

I - INTRODUÇÃO

1. Introdução à temática e aos casos de estudo

[...].Em face das rápidas mutações que se têm verificado, da conversão das funções resultante das alterações da vida social, dos novos hábitos e disponibilidades de tempos livres e, inclusivamente, do progresso económico (...), tomam cada vez mais importância as reservas territoriais que o planeamento urbano prevê e acautela com vista ao futuro – no sentido de resolver ou atenuar as dificuldades das administrações perante as necessidades de suporte urbano para o equipamento. (Freitas, 1969: 60).

Passados mais de 40 anos, a ideia contida no texto acima citado permanece actual: as últimas décadas, caracterizadas por acentuadas mudanças demográficas, territoriais, sociais, políticas e culturais, exigem uma resposta que acautele atempadamente as rápidas alterações das necessidades de equipamento. As áreas urbanas consolidadas das cidades têm sofrido contínuos processos de recomposição social (envelhecimento populacional, gentrificação, diminuição da dimensão das famílias, etc.) e um esvaziamento populacional, em contraste com o crescimento demográfico e urbano das coroas periféricas. Estas dinâmicas, aliadas à alteração dos critérios de programação dos equipamentos que tem ocorrido ao longo dos anos, têm afectado a redes de equipamentos tornando-as desajustadas e obsoletas em relação à realidade urbana onde estão inseridas: existem, por um lado, áreas urbanas sem equipamentos ou com equipamentos superlotados e, por outro, áreas com equipamentos subutilizados, inadequados na sua programação ou abandonados.

A tendência actual para concentrar os equipamentos aumentando os limiares mínimos de funcionamento dos equipamentos, em detrimento do critério da menor distância para a sua localização (facilitada pelas novas condições de acessibilidade), põe em causa a existência de equipamentos de proximidade essenciais ao suporte de vida local e à qualidade e vitalidade urbanas, correndo-se o risco da perda de capacidade de alguns territórios para reterem a sua população (e atraírem nova no futuro) e do aumento da marginalização dos territórios (Pereira e Pisco, 2010). Aliás, a existência de

equipamentos e o seu tipo são um excelente indicador da segregação social do espaço urbano, pois a diferença entre áreas bem e mal equipadas tem (também) relação directa com as características socio-económicas da população que nelas reside e trabalha (Valente Pereira, 1983). Por outro lado, a cidade tem sido (re)construída numa lógica de promoção privada, segundo pressupostos de rendibilidade económica, com consequências negativas, nomeadamente a ausência ou déficite de espaços verdes e de equipamentos de lazer. Estes desequilíbrios, juntamente com o quadro actual de menores recursos públicos e as exigências de mais e melhor serviço público, em particular, põem em causa uma gestão eficaz dos equipamentos por parte dos Municípios.

Neste contexto, o investimento privado retoma a sua importância na resposta às necessidades da comunidade; por iniciativa própria, cabendo ao Estado o papel regulador, ou através de parcerias público-privadas. Repare-se o crescente interesse do sector privado na prestação de cuidados de saúde. Segundo Ascher (2010: 86), no urbanismo moderno a cidade desenvolveu-se, geralmente, atribuindo ao “público” a responsabilidade pelos equipamentos colectivos, e actualmente um crescente número “de equipamentos combinam intervenções públicas e privadas por meio de formas diversificadas de parcerias, de concessões e de prestações cruzadas de serviços”.

Ao mesmo tempo que têm aumentado as oportunidades de acesso aos serviços sociais e culturais pela melhoria das acessibilidades, com deslocações mais frequentes e a distâncias cada vez maiores, existe actualmente uma propensão para a procura da proximidade em relação a certos serviços (Gaspar et al, 2005). O comércio de proximidade, substituído em grande parte a partir da década de 1970 por estruturas maiores, é outra vez mais procurado, nomeadamente, porque a vida citadina é mais irregular e com horários mais tardios; as famílias são mais pequenas; certos consumidores experimentam um desencanto a respeito das relações impessoais nas grandes superfícies comerciais e procuram restabelecer laços de proximidade (Ascher, 2010). A (re)valorização dos equipamentos a nível local emerge de novo, nomeadamente como estratégia para criar bairros mais sustentáveis, para aumentar a coesão e equidade sociais, para atenuar as assimetrias, impedir a degradação da qualidade de vida e aumentar a segurança das comunidades (Pereira e Pisco, 2010).

O Novo Urbanismo (1996), Rogers (1999) e a Nova Carta de Atenas (2003)

reforçam a ideia de que a relação equilibrada dos equipamentos com o espaço público, com os transportes e com as outras funções urbanas pode contribuir para o equilíbrio social, tendo o planeamento urbano um papel determinante nesse objectivo. Assim, os equipamentos colectivos devem ser recolocados no planeamento e no desenho urbano como elementos ordenadores e não apenas numa lógica do menor custo e do melhor acesso ao automóvel. A selecção da localização dos equipamentos deve ser maior, para responderem a uma maior diversificação e ao aumento dos níveis de exigência na qualidade da oferta de serviços e, ao mesmo tempo, servirem as populações dentro de limiares aceitáveis (Gaspar et al, 2005).

Apesar da importância desta temática, escasseiam estudos científicos sobre a integração dos equipamentos colectivos nos planos urbanísticos em Portugal. Os regulamentos dos planos municipais do ordenamento do território são frequentemente vagos em matéria de localização e inserção urbanas dos equipamentos colectivos, e o regime jurídico da urbanização e da edificação mostra também omissões nesta matéria. As orientações da DGOTDU (2002), decorrentes das diversas abordagens sectoriais de planeamento, carecem de actualização. Torna-se necessário, portanto, aprofundar as exigências de programação (localização, inserção urbana, etc.) dos equipamentos nos planos urbanísticos (PDM, PU, PP) e conhecer a sua evolução, através de uma aprendizagem contínua ao longo do tempo.

Adoptou-se a escala do bairro como objecto de estudo, porque nele se reflectem todas as outras escalas de planeamento e porque a diversidade das características da cidade exigem um conhecimento mais próximo das populações. A selecção recaiu sobre bairros que são referências urbanísticas na cidade de Lisboa - Alvalade (1945), Olivais-Sul (1960) e Telheiras-Sul (1974) – concebidos como áreas de expansão em períodos distintos. Os seus planos urbanísticos introduziram os equipamentos colectivos como elementos estruturantes do tecido urbano e social, segundo conceitos aplicados internacionalmente e sob princípios de planeamento hoje reconhecidos como sustentáveis: integração e miscigenação sociais, espaços verdes e percursos pedonais, promoção de habitação acessível, integração na cidade. Os três bairros, hoje consolidados, correspondem a processos de construção da cidade controlados pela intervenção pública, no seu planeamento e execução, revelando resultados qualitativos melhores do que em outras formas de fazer cidade.

2. Objectivos, metodologia e estrutura da dissertação

Esta investigação tem como objectivo central analisar os critérios de planeamento de equipamentos colectivos aplicados em planos urbanísticos elaborados em diferentes períodos, marcados por conceitos e referências urbanísticas internacionais, e sob princípios hoje considerados como sustentáveis. A questão a que se pretendeu dar resposta foi: quais os critérios que permanecem actuais e podem contribuir para (re)estruturar o espaço urbano na perspectiva do desenvolvimento urbano sustentável, como defendido pelo Novo Urbanismo (1996), pela Nova Carta de Atenas (CEU, 2003), pelos Compromissos de Aalborg (CE, 2004) e pela Carta de Leipzig (U.E., 2007). Os objectivos específicos foram orientados para: compreender a importância e a evolução dos equipamentos na estruturação urbana; perceber como as orientações concebidas às escalas internacional, nacional e da cidade se repercutiram ao nível do bairro; identificar a relação entre princípios urbanísticos e equipamentos no espaço urbano.

Seleccionaram-se os equipamentos a estudar: os básicos (saúde e educação) e os equipamentos dos bairros mais importantes para as populações. Todavia, as escolas mereceram uma atenção particular como consequência do destaque dado ao seu planeamento, nas diversas escalas, no período em análise. Por outro lado, tomaram-se como referência os critérios actuais de programação dos equipamentos estabelecidos pela DGOTDU (2002): áreas de influência, dimensionamento, localização, inserção urbana e características físicas dos terrenos. Em termos metodológicos, partiu-se da análise dos princípios orientadores contidos nas principais correntes urbanísticas, desde o fim do século XIX à actualidade, com o objectivo de analisar as referências que influenciaram a concepção dos bairros e definir as actuais orientações. O desenvolvimento desta fase apoiou-se na consulta de bibliografia especializada directamente relacionada com os vários movimentos. Passou-se à análise do planeamento dos equipamentos em Portugal no período que abrangeu os três planos, pode ser balizado, sem rigidez, entre 1940 e 1974. Este período foi dividido em dois sub-períodos com diferenças substanciais a vários níveis: o primeiro, marcado por um planeamento racionalista e funcionalista caracterizado pela separação rígida das funções e dos vários sectores de planeamento dos equipamentos; o segundo, correspondente à fase final do Estado Novo, caracterizado por mudanças no quadro político nacional,

com reflexos nas políticas do planeamento e ordenamento do território, da educação (Lei 5/73, de 25 de Julho) e da saúde (DL n.º 413/71, de 27 de Setembro), com a consequente alteração da organização dos organismos responsáveis pelos equipamentos, dos paradigmas de planeamento urbano, da legislação dos planos urbanísticos, e o aumento da necessidade de coordenação entre diferentes domínios e sectores dos equipamentos, nomeadamente através da criação de normas e da uniformização das orientações dispersas pelos vários organismos, por vezes, com critérios distintos para o mesmo tipo de equipamento. Para cada sector de equipamento abordou-se as orientações dos Ministérios responsáveis pelo seu planeamento (redes de equipamentos, organização, etc.), as orientações do CSOP (e por vezes de outros organismos, como a DGSU ou da DGCE) para os planos de urbanização e as normas quando existentes. Nesta fase, analisaram-se os pareceres do CSOP aos planos e ante-planos de urbanização, que constituíram uma importante base de trabalho, porque, em última instância, se sobrepunham aos pareceres de outras entidades que analisavam os planos e porque a documentação histórica respeitante ao planeamento dos equipamentos se encontra actualmente dispersa por vários arquivos e instituições, sendo impossível aceder a toda a informação dentro do tempo estabelecido para a dissertação. No entanto, os pareceres foram complementados com a consulta de planos de urbanização e ante-planos de urbanização, projectos de arquitectura dos equipamentos, documentação publicada pela DGSU e bibliografia relevante.

Passou-se então aos casos do estudo, através de uma abordagem estruturada em duas escalas: a) o Município, onde se sistematizaram os princípios urbanísticos e os critérios de planeamento dos equipamentos contidos nos planos directores para a cidade de Lisboa directamente ligados ao planeamento de cada bairro [Plano de Gröer, Plano Geral de Urbanização de Lisboa (1959), Plano Director da Cidade de Lisboa, (1967)]; b) o Bairro, onde se analisaram os princípios urbanísticos e os critérios de programação dos equipamentos contidos nos planos de urbanização dos bairros de Alvalade e Olivais-Sul e no Plano de Pormenor para o bairro de Telheiras-Sul. Nesta fase, houve a preocupação de consultar as fontes primárias, planos urbanísticos e memórias descritivas. No entanto, deparamo-nos com dificuldades na obtenção de alguns elementos. O Plano de Gröer, disponível ao público, está incompleto no conteúdo relativo aos equipamentos, e a informação contida nos dois volumes do Plano Director de 1967 era insuficiente para os objectivos propostos. Contactou-se com o Centro de

Informação Urbana da CML e a própria Câmara, mas sem êxito. Para colmatar estas limitações complementou-se a informação dos planos com outra documentação relevante (estudos preparatórios, pareceres dos planos, projectos de alguns equipamentos dos bairros, bibliografia da época e actual, etc.) e fez-se uma leitura das peças desenhadas dos planos dos bairros. Para suportar a reflexão prospectiva sobre a estruturação dos bairros recolheu-se informação por observação directa dos equipamentos e estabeleceu-se contactos com alguns actores envolvidos actualmente na gestão dos equipamentos (ART e EPUL). Após as análises individuais, procedeu-se à análise comparada dos bairros, de forma a estabelecer relações, convergências e diferenciações dos critérios de planeamento. Para tal, criou-se um quadro síntese comparativo.

A informação utilizada durante a investigação foi coligida em vários arquivos e bibliotecas: Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas, Transportes; Arquivo Histórico da Secretaria-Geral Ministério da Educação e Ciência; Arquivo Municipal de Lisboa/Núcleo Arco do Cego; Arquivo do Gabinete de Estudos Olissiponenses; Centro de Informação Urbana/CML; Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian; Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca Municipal do Palácio Galveias; Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro; Centro de Documentação e Informação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Centro de Documentação do Ministério da Solidariedade e Segurança Social; Arquivo Histórico da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Documentação da EPUL e da ART.

A dissertação foi estruturada em cinco capítulos, cujo conteúdo se sintetiza de seguida:

O *primeiro capítulo* contém uma breve introdução ao tema e à sua importância, justifica e define os estudos de caso, o âmbito e objectivos da investigação e a metodologia adoptada para os atingir.

O *segundo capítulo* define o conceito de equipamentos, a sua importância na estruturação urbana e faz uma síntese da evolução dos equipamentos nas principais correntes urbanísticas, desde o fim do século XIX à actualidade.

O *terceiro capítulo* apresenta uma leitura dos princípios orientadores para o planeamento dos equipamentos e, concretamente, para os planos urbanísticos, em

Portugal, no período do Estado Novo.

O *quarto capítulo* aborda os casos de estudo: os Bairros de Alvalade, Olivais-Sul e Telheiras-Sul. O seu planeamento é analisado quanto aos princípios urbanísticos, à concepção dos equipamentos e sua execução, enquadrando-os nas orientações dos Planos Directores de Lisboa, então em vigor (1948, 1959 e 1967), e comparando as três soluções, sublinhando as permanências e as mudanças.

Por fim, expõem-se as conclusões e abrem-se pistas para o prosseguimento da investigação.

II – EQUIPAMENTOS COLECTIVOS: DIMENSÃO MULTIFACETADA

3. Equipamentos no planeamento urbano

3.1. Conceito e objectivos dos equipamentos no planeamento

No período do Estado Novo, os equipamentos (escolas, hospitais, CTT, etc.) fizeram parte das chamadas “Obras Públicas”, que abrangiam as infra-estruturas, o urbanismo e os edifícios promovidos directamente pelos poderes públicos (Estado e Municípios) (Rosas e Brito, 1996). Nos anos 40 e 50, em Portugal, os equipamentos colectivos eram de um modo geral designados nos planos urbanísticos por “Edifícios públicos e de interesse público” ou “Instalações de interesse público”, que eram públicos e particulares. A designação “Equipamentos” começa a surgir nos planos urbanísticos, com alguma frequência, no fim dos anos 50. No entanto, o termo “Equipamentos urbanos”, continuava a ser utilizado em sentido lato, compreendendo todas as infra-estruturas, serviços, funções e actividades, e, simultaneamente, em sentido restrito, para designar os serviços urbanos colectivos. Em 1972, no âmbito do III Plano de Fomento, o Grupo de Trabalho dos Equipamentos Urbanos e Rurais, propôs a definição do conteúdo da designação “Equipamentos urbanos”, através da sua subdivisão em equipamentos estruturantes, ou seja, as actividades básicas (terciárias, habitação e indústria) que geram a necessidade de serviços; e equipamentos induzidos (pela localização das actividades básicas) que servem a população urbana (ST-PC, 1972).

Independentemente da sua designação e conteúdo terem variado ao longo do tempo, considerou-se que o conceito de “Equipamentos Colectivos” definido pela DGOTDU (2002: 6), “Edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações”, podia ser aplicado a este estudo, abrangendo tanto os equipamentos promovidos por instituições públicas (estatais ou autárquicas) como os equipamentos privados, dependentes das orientações e do controlo público. Foi com este conteúdo que o termo foi entendido no âmbito desta investigação.

Actualmente, a programação dos equipamentos, embora possa acontecer de forma sectorial, faz parte dos principais objectivos do Ordenamento do Território e do Urbanismo e deve contribuir para a distribuição equilibrada das funções (habitação,

trabalho, cultura e lazer) (DGOTDU, 2002), o bem-estar da população e a competitividade das cidades e regiões. A implantação dos equipamentos não constitui um fim, mas tem como objectivo assegurar a qualidade do serviço colectivo que aí é prestado, logo, deve acompanhar a evolução dos serviços (pelo desenvolvimento económico-social e tecnológico), que por sua vez devem responder ao surgimento de novas necessidades: “É a qualidade desse equipamento, a sua composição e distribuição, o justo equilíbrio entre as necessidades que vão surgindo e os serviços que se prestam, que distinguem uma cidade de um simples aglomerado de habitação” (Freitas, 1969: 59). Assim, os equipamentos são causa e consequência do desenvolvimento económico e social e têm um papel determinante na organização do território.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial estabelece que os planos de ordenamento do território, nas suas diversas escalas, devem identificar as redes de “equipamentos de nível fundamental que promovem a qualidade de vida, apoiam a actividade económica e asseguram a optimização do acesso à cultura, à educação e à formação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer”¹, e definir uma estratégia coerente de instalação e de desenvolvimento dos equipamentos, considerando as necessidades sociais e culturais da população e as perspectivas de evolução económico-social. O PDM deve definir estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento dos serviços e áreas para os equipamentos. O PU e o PP devem referir os critérios da localização, inserção urbanística e dimensionamento dos equipamentos. A DGOTDU (2002) nas "Normas para Programação de Equipamentos Colectivos" define, para os equipamentos de utilização colectiva, os critérios a observar no que respeita a tipologias, irradiação máxima, capacidade mínima e máxima, áreas necessárias e condicionantes locativas.

3. 2. Equipamentos e estruturação urbana

A importância funcional dos equipamentos repercute-se à escala macro, na (re)estruturação das redes dos territórios nacional e regional, e à escala micro, na rede de equipamentos local, na (re)estruturação do espaço urbano (tecido urbano e social e desenho urbano). No âmbito particular desta investigação, a escala micro refere-se à

¹ DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo DL 316/2007, de 19 de Setembro, pelo DL 46/2009 de 20 de Fevereiro e pelo DL 2/2011 de 6 de Janeiro, art.º 17.

forma como determinados elementos urbanos se posicionam no suporte físico do território, estabelecendo relações que o organizam nas suas dimensões, física e social. A estruturação diz respeito à criação de novos espaços urbanos, enquanto a reestruturação, a espaços urbanos consolidados e estruturados, com equipamentos, mas que necessitam de ser reprogramados e/ou completados.

Os equipamentos estão associados à estruturação de territórios, assim como à sua identidade. Por outro lado, organizam e orientam o tecido urbano, através da sua inserção numa malha urbana (ligação de equipamentos por grandes avenidas, espaços residenciais desenvolvidos à volta de núcleos de equipamentos), que tem evoluído com a própria evolução dos equipamentos, do seu valor e significação social, política e religiosa. Por exemplo, na cidade clássica (e ao longo de anos), a Câmara Municipal, o palácio, e a Igreja foram colocados em posições privilegiadas e predominantes, adquirindo grande individualidade e expressão no seu posicionamento urbano (Lamas, 2011).

O planeamento dos equipamentos [na (re)estruturação urbana] não depende apenas dos números propostos, dos raios de influência, dos índices per capita, mas também das opções urbanísticas para a cidade e seus bairros, às quais estiveram associados ao longo dos tempos. Segundo Vieira de Almeida (1969), no planeamento dos equipamentos, as inter-influências entre o conceito de cidade e o conceito de equipamento são demasiado fortes, para poderem ser tratados separadamente. Valente Pereira (1983) refere que a localização dos equipamentos em novas áreas urbanas corresponde à decisão de localizar a estrutura activa do novo tecido, que exprime o próprio conceito da cidade. A sua concentração ou dispersão (nas várias escalas de planeamento) gera diferenciação na estrutura e desenvolvimento dos territórios. Para Valente Pereira (1983), no espaço urbano, a concentração pontual dos equipamentos pode garantir, por um lado, a sua utilização mais intensa, mas por outro lado, cria zonas sem poder de atracção que permanecem desconhecidas, marginalizadas, dificultando a leitura e a apropriação do conjunto do tecido urbano, enquanto a distribuição do equipamento em continuidade no espaço urbano permite a estruturação de percursos, a criação de referências para uma leitura orientada do tecido urbano.

O posicionamento dos equipamentos no território define a organização e qualidade do quotidiano da população, a sua integração/segregação espacial, as

características morfológicas e ambientais do território (Valente Pereira, 1983). Na reestruturação urbana, pode aumentar a atractividade de determinados locais ou canalizar o desenvolvimento urbano em determinadas direcções, adaptando e renovando as instalações existentes, criando pólos de actividade em áreas menos equipadas, reorganizando usos, etc..

4. Equipamentos nas correntes urbanísticas

4.1. Correntes urbanísticas: princípios orientadores

Socialistas Utópicos

Para dar resposta aos graves problemas urbanos nos centros das cidades industriais, provocados pela excessiva e desadequada concentração humana, industriais filantropos propuseram, em meados do século XIX, a construção de complexos industriais e habitacionais em zonas afastadas dos aglomerados, cuidadosamente planeados com o objectivo de melhorar as condições de vida e a produtividade dos operários. Nesses conjuntos introduziram espaços verdes e equipamentos para os habitantes: escolas, igrejas, equipamentos dedicados ao exercício físico, à saúde e ao lazer, pavimentando o caminho para a concepção de ambientes urbanos equilibrados (Pevsner, 2002). Os Socialistas Utópicos (Owen, Fourier, etc.) associaram a um novo modelo social e político um novo ordenamento espacial, regido por princípios de higiene, racionalização e classificação, e por uma “ordem-tipo” susceptível de ser aplicada “a qualquer agrupamento humano, em qualquer tempo, qualquer lugar.” (Choay, 2000: 8), que se traduziram na concepção de cidades-tipo, edifícios-tipo e equipamentos-tipo (escolas-tipo, hospitais-tipo, etc.). Nos seus modelos, a supressão da oposição entre cidade e campo e a separação rigorosa entre a habitação, trabalho, cultura e lazer estiveram presentes (Choay, 2000). A aldeia-modelo de Owen, inserida num espaço verde, atractivo e saudável, separava as diversas funções segundo uma ordem: equipamentos, habitação, produção, zona rural. O “Falanstério” de Fourier integrou as diversas funções num único edifício-tipo, separadas em zonas e ligadas por percursos cómodos (ruas-galerias).

A Cidade-Jardim

Ainda no fim do século XIX, é proposta uma nova organização territorial, social

e económica, que conjugava as vantagens do campo e as da cidade, procurando o seu equilíbrio funcional. Howard (1850-1928), no seu livro “Tomorrow: A Peaceful Path to Real Reform”, publicado em 1898, expôs o seu modelo de cidade, a Cidade-Jardim (Botelho, 1959), que tinha o objectivo, não só de melhorar a vida urbana e descentralizar a indústria, mas também a vida intelectual e social do campo em decadência (Duarte, 1958). Completo com todas as suas funções económicas e equipamento social, o modelo pretendia criar comunidades perfeitas e auto-suficientes (Benévolo, 2003), ao alcance de todos os grupos sociais, eliminando as suas diferenças (Santos, 2007).

A Cidade-Jardim tinha uma estrutura radiocêntrica compartimentada em zonas – residencial, recreativa, industrial (na periferia) e agrícola (em torno da cidade para impedir a sua extensão) – e foi concebida à escala do homem: com uma população máxima de 32.000 habitantes e um raio próximo de 1000 metros, de modo a poder alcançar-se, de qualquer ponto, o centro a pé em poucos minutos. O crescimento urbano para além desse limite seria realizado através de uma nova cidade igualmente auto-suficiente, fora do seu raio de influência imediato e para lá de uma cintura agrícola intermédia (Botelho, 1959). Desta forma, criava-se um conjunto de comunidades urbanas articuladas entre si por uma rede de transportes (Lourenço, 1998).

Através da eliminação da especulação fundiária, “os edifícios podiam espalhar-se em zonas verdes; desaparecia o incentivo ao crescimento ilimitado e as dimensões das cidades podiam estabelecer-se adequadamente (...). Assim (...) se podiam ligar as vantagens da cidade - a vida de relação, os serviços públicos – com as vantagens do campo – as zonas verdes, a tranquilidade, a salubridade” (Benévolo, 2003: 383). Dominada por espaços livres, onde o ar e o sol podiam circular livremente, e por vastos espaços de implantação de mercados, escolas, piscinas, biblioteca pública, hospital, etc. (Howard, 1969), a Cidade-Jardim abriu o caminho para a cultura do espaço urbano enquanto resultante da implantação de objectos arquitectónicos individualmente perceptíveis, diluindo a ideia de rua e praça (Lourenço, 1998).

As cidades-jardins (especialmente Lechtworth iniciada em 1904 e Welwyn em 1919) converteram-se em modelos na Europa e nos EUA. O conceito foi utilizado na Europa como protótipo para a construção das Cidades Novas na Grã-Bretanha (Choay, 2000) e adaptado ao subúrbio-jardim, através das “siedlung” alemãs e das experiências

francesas veiculadas à obra “La Cité-jardin” de Benoît-Lévy. Nos Estados Unidos, a influência deu-se através de Clarence Stein e de Henry Wright, em particular com a Cidade-Jardim de Radburn²(New Jersey) (Hall citado por Lourenço, 1998; Duarte, 1958).

A cidade moderna

As ideias de Howard para a Cidade-Jardim e as teorias dos Socialistas Utópicos, juntamente com o Plano da “Cité Industrielle” de Tony Garnier, concluído em 1901, exerceram uma considerável influência sobre os “modernistas” (Pawlowski, 1993). Garnier, no seu Plano para uma cidade industrial com 35.000 habitantes (Choay, 2000), utilizou o zonamento separando as diferentes funções (trabalho, residência, lazer e transportes), de forma a que cada uma pudesse expandir-se sem prejudicar as outras. As zonas residenciais foram separadas das ruas de grande tráfego e da indústria por zonas verdes; os edifícios foram envolvidos por espaços verdes comunitários; o quarteirão fechado e a “rue corridor” foram eliminados, permitindo o atravessamento da cidade pelo interior dos quarteirões (Giedion, 2004); a circulação foi dividida em mecânica (rápida e lenta) e pedonal, independentes uma da outra (Pawlowski, 1993).

Os princípios modernistas foram enunciados na Carta de Atenas publicada em 1943. Esta resultou das propostas do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, realizado em 1933 sob o tema “A cidade Funcional”, que visaram corrigir as dramáticas condições de vida urbana causadas pela Revolução Industrial, pela 1ª Guerra Mundial e pela explosão demográfica (Congresso Internacional de Arquitectura Moderna [CIAM], 1933).

A Carta de Atenas propôs o zonamento com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo o seu lugar adequado, tendo por base a discriminação entre as diversas actividades humanas, pois cada uma reclamava o seu espaço particular. Defendeu a separação de zonas segundo funções-chave - habitar, trabalhar, recrear e circular - instaladas nos terrenos mais favoráveis e organizadas de acordo com uma rigorosa economia de tempo, controlada através da regulamentação das distâncias, definidas em função das unidades habitacionais. A dispersão dos subúrbios e das cidades-jardins devia ser combatida para evitar infraestruturas dificilmente rentáveis

² Desenvolvida entre 1927 e 1929 (WARD, 2000).

(escolas, hospitais, vias, transportes, etc.) e distâncias que não se adequavam ao tempo disponível (CIAM, 1933). A Carta atribuiu grande importância às questões de saúde e higiene (Choay, 2000) e, nesse sentido, concebeu regras para melhorar as condições de vida, criticou o consumo de espaços verdes pelo crescimento da cidade e o afastamento do contacto com a natureza e defendeu a existência de proporções suficientes de sol, espaço e vegetação, fundamentais ao bem estar. O espaço urbano estruturado na rua tradicional dá lugar a “unidades” autónomas isoladas e desenvolvidas em altura, afastadas das vias de trânsito por cortinas de vegetação, libertando espaços para lazer e comunicações e evitando ruídos, poeiras e gases nocivos. Os conflitos eram também diminuídos pela separação das circulações, pedonal e viária (CIAM, 1933).

As Cidades Novas Inglesas

O County of London Plan (1943) colocou em prática muitos dos princípios atrás descritos. A necessidade de descentralização funcional da metrópole de Londres e da salubridade do seu núcleo central, levaram à criação de cidades-satélites rodeadas por cinturas verdes, ligadas entre si e a Londres, por uma linha de comboio suburbano rápido, à semelhança do que sucedera com as cidades-jardins (Lourenço, 1998). Foi criada uma comissão para “Estudar os aspectos gerais de estabelecimento, desenvolvimento, organização e administração relacionados com a execução de cidades novas”, que deviam constituir comunidades autónomas e equilibradas (Shaw, 1961: 466). A Comissão Reith recomendou cidades com populações entre 20.000 e 60.000 habitantes. O limite inferior foi imposto para assegurar um nível satisfatório de serviços e de empregos, e um conjunto de classes representativo; enquanto o limite superior teve como finalidade criar estruturas urbanas facilmente percorriáveis a pé e de bicicleta (Merlin, 1969). Na prática estes valores foram excedidos para assegurar a variedade necessária. Segundo Botelho (1959), a população destas cidades variou entre 30.000 e 80.000 habitantes, dimensões que diminuía largamente as despesas com os serviços (transportes, equipamento, etc.) comparadas com as das grandes cidades:

“Efectivamente estudos recentes tendentes a observar as condições de vida oferecida por diversos aglomerados, (...) levaram a concluir que as cidades daquele tamanho apresentam grandes vantagens. Aquelas dimensões são suficientemente grandes para oferecerem já a possibilidade dum equipamento social suficiente para uma vida plena, e ainda pequenas para permitir dar à

urbe uma escala humana, proporcionada por um melhor acerto entre os valores dimensionais de espaço e de tempo urbano com os do ser humano” (Botelho, 1959: 4).

A organização das Cidades Novas Britânicas seguiu os princípios da Carta de Atenas: zonamento rigoroso das principais funções; unidades de vizinhança de 5000 a 10.000 habitantes separadas por vastas zonas verdes (Merlin, 1969); sistema de circulações constituído por uma hierarquia de arruamentos, tendo em conta a protecção do peão; faixas de circulação automóvel separadas dos caminhos destinados a ciclistas e a peões (Barros, 1958-1960); tráfego de passagem separado e independente do tráfego local (cruzamentos a níveis diferentes, etc.); deslocações (para a escola, trabalho, etc.) rápidas, fáceis e seguras (Shaw, 1961: 468). Como nas cidades-jardins, foram privilegiadas as habitações unifamiliares com direito ao sol e vastos espaços livres (parques, espaços verdes públicos, etc.), proporcionais à habitação e facilmente acessíveis (Barros, 1958-1960).

Estas cidades influenciaram os planos urbanísticos de vários países (França, Suécia, Holanda), incluindo Portugal.³ Em todos podem ser identificados princípios comuns: o zonamento e a sua organização hierárquica em três níveis; o grupo de habitações (com lojas, etc.), o centro da unidade de vizinhança, e o centro cívico-comercial principal como elemento estruturante do conjunto (Merlin, 1976).

O Novo Urbanismo

Como resposta aos fracassos das cidades-jardins e do Movimento Moderno, a partir do fim dos anos 60, início dos anos 70, surgiram na América do Norte várias abordagens que contribuíram para a criação do Movimento designado por “Novo Urbanismo” no primeiro Congresso do Novo Urbanismo em 1993 (CNU): “A morte e vida das grandes cidades americanas” de Jane Jacobs; Traditional Neighbourhood Design; Transit-Oriented Design; Transit Villages; Pedestrian Pockets; etc.. Os seus defensores consideravam que a Cidade-Jardim não tinha resolvido os problemas da cidade industrial e que o Movimento Moderno tinha contribuído para os problemas da cidade contemporânea: o “sprawl” urbano, a segregação e a concentração da pobreza. Assim, os princípios e as estratégias do Novo Urbanismo Americano, para manter as

³ Através das visitas realizadas pelos Técnicos da DGSU e do GTH a estas cidades.

cidades competitivas na era da globalização, publicados na Carta do Novo Urbanismo em 1996, apoiaram-se nas cidades europeias clássicas: cidades compactas percorriáveis a pé com mistura de usos e comunidades relativamente auto-contidas (Grant, 2006).

As ideias do Novo Urbanismo difundiram-se por todo o mundo e chegaram à Europa, nomeadamente através de Léon Krier e o seu conceito de “Urban Village” aplicado inicialmente em Inglaterra: um aglomerado limitado por espaços verdes, com uma dimensão suficiente para criar uma comunidade e manter um nível razoável de serviços, com uma alta densidade e uma escala sustentável, que permitia criar usos mistos e percursos pedonais (Stefan, 2004/2005). Apesar das diferenças próprias de contextos distintos, os princípios, objectivos e problemáticas do Novo Urbanismo Europeu (sprawl, padrões de mobilidade baseados no automóvel, segregação social) identificavam-se com os dos americanos, e o Conselho Europeu de Urbanistas⁴ adaptou os princípios básicos do Novo Urbanismo Americano às circunstâncias europeias (Grant, 2006).

O Novo Urbanismo teve como base preocupações ecológicas. A organização urbana devia ter como princípio a redução da dependência do automóvel, oferecendo várias opções de transporte, privilegiando os percursos pedestres e criando condições para o transporte público constituir uma alternativa ao uso do automóvel. Os territórios (regiões, cidades, vilas, freguesias e bairros) deviam ter limites de crescimento, densidades e uso do solo adequados, de modo a proporcionarem actividades quotidianas (comércio, educação, lazer, trabalho) a distâncias percorriáveis a pé, “possibilitando independência àqueles que não dirigem veículos, especialmente o idoso e o jovem. Uma rede interligada de vias pode ser projectada para encorajar o caminhar, reduzir o número e a distância das viagens de automóvel, e conservar energia.” (Congresso do Novo Urbanismo [CNU] citado por Macedo, 2007: 6).

O bairro constitui a unidade básica de desenvolvimento da metrópole, mas sob princípios distintos da “unidade de vizinhança” modernista. Segundo Krier (1999), o bairro devia basear-se no ordenamento urbano ecológico: ter elevada auto-suficiência e uma dimensão definida pela capacidade de movimento quotidiano do peão, que devia ter acesso a todas as funções urbanas, quotidianas e semanais, em menos de 10 minutos

4 O Conselho Europeu de Urbanistas procura dar recomendações práticas para os urbanistas sobre como contribuir para o desenvolvimento sustentável através do planeamento do território.

a pé, ou seja a uma distância de 500-600 metros. Assim sendo, o bairro não devia estender-se além dos 900 metros em nenhuma direcção, nem ultrapassar a capacidade de 10.000 pessoas. Cada bairro continha uma coluna vertebral, com uma praça central reservada a peões e uma rua principal fechada ao trânsito de veículos em certos períodos, e o seu tecido urbano era formado por uma hierarquia de ruas e praças. Os vários usos deviam ser misturados e dispersos, inclusive ao nível do bloco urbano; os espaços públicos não deviam ser excessivos como na cidade modernista e os percursos pedonais deviam criar um tecido urbano coerente.

O Novo Urbanismo defendeu (e defende) a coesão social através da mistura de tipologias de habitação para pessoas de diversas idades, raças e níveis de renda, e a integração da habitação social na habitação de mercado, para evitar a concentração da pobreza (CNU citado por Macedo, 2007). O desenho urbano assume um papel importante na resolução dos problemas da cidade, na criação de condições para uma comunidade melhor (Grant, 2006), na protecção, segurança e conforto das comunidades, e no incremento das deslocações a pé (CNU citado por Macedo, 2007; CEU, 1998).

Ilustrativo das ideias do Novo Urbanismo e referência em vários países da Europa é o estudo “Towards the Urban Renaissance” preparado pela Comissão Urbana Britânica em 1999, sob a coordenação de Richard Rogers, com o objectivo de encontrar as causas do declínio urbano em Inglaterra e recomendar soluções práticas para tornar as cidades e os bairros urbanos lugares desejados para viver. O relatório indicou políticas urbanas e princípios de desenho urbano para o desenvolvimento sustentável das cidades e propôs um modelo alternativo à Cidade-Jardim e à cidade modernista, a cidade compacta multi-modal de usos mistos, percorrível a pé, e a substituição do zonamento pela flexibilidade dos planos, para permitir a mistura de funções e a sua alteração ao longo. O modelo urbano proposto evitava o consumo excessivo do solo, permitia sustentar níveis apropriados de actividade social e económica à volta dos centros urbanos e assegurar que todas as partes da cidade estivessem a distâncias razoáveis dos transportes, serviços e equipamentos. Um bom desenho urbano constituía um princípio essencial a uma vida sustentável: contribuía para a inclusão social, para a coesão das comunidades e dos bairros e servia de base ao correcto funcionamento dos investimentos na saúde, educação, serviços sociais, segurança e emprego (Rogers,

1999).

Cidades sustentáveis do século XXI

O processo de revisão da Carta do Novo Urbanismo Europeu (1998) resultou na Nova Carta de Atenas (2003), que estabeleceu princípios orientadores para a prática urbanística nas cidades europeias, numa perspectiva sustentável do ambiente urbano. O isolamento e exclusão sociais; a expansão urbana; o desperdício de territórios e de recursos naturais; os desenvolvimentos monofuncionais; a perda de competitividade e de respeito pelas culturas locais e regionais são alguns dos desafios que se propôs combater através de cidades mais sustentáveis, nas suas dimensões económica, ecológica e social. As cidades deviam ser coerentes em todas as escalas e domínios; integrar políticas urbanas e de transportes na organização do seu espaço; coordenar nos diversos níveis transportes públicos, percursos pedonais e ciclovias, para reduzir o uso diário do automóvel; e fomentar um urbanismo e planeamento estratégico promotores do uso eficiente e sustentável dos recursos: edifícios, território, etc. (CEU, 2003).

A Nova Carta de Atenas retomou ideias defendidas na Carta do Novo Urbanismo Europeu: usos mistos; diversidade social; segurança; acessibilidade a peões, bicicletas, automóveis e transportes públicos; fronteiras dos territórios claramente definidas e bairros compactos facilmente acessíveis a pé, com todos os serviços de uso diário e tipologias habitacionais diversificadas, para atrair pessoas de diferentes idades, raças e rendimentos e promover o seu contacto diário (CEU, 2003).

Os compromissos de Aalborg (2004) deram ênfase à acção estratégica e coordenada a nível local e ao papel estratégico do planeamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, económicas, culturais e de saúde; defendendo a adopção de critérios de desenho urbano sustentáveis e a compatibilidade de usos ao nível das áreas urbanas e dos edifícios. As cidades comprometeram-se a promover comunidades inclusivas e solidárias, mais seguras e com melhores condições de vida (CE, 2004).

Para dar resposta aos desafios associados às mutações das estruturas económicas e sociais; à globalização; aos problemas de desemprego, demográficos, ambientais, de desigualdade e exclusão social, etc.; e tornar as cidades europeias mais competitivas, a Carta de Leipzig (2007) definiu princípios e estratégias a adoptar em matéria de política

de desenvolvimento urbano sustentável, nas vertentes económica, social, ambiental, de saúde e cultura. Defendeu para a cidade políticas de coesão/integração social para combater as desigualdades e garantir a sua segurança; políticas activas no domínio da educação e da inovação; coordenação das políticas urbanas e de transportes, e dos sectores público e privado. As estratégias propostas incluíam: um ordenamento que impedisse a dispersão urbana, por exemplo, pela criação de bairros urbanos de usos mistos; o incremento da interacção entre arquitectura, planeamento de infra-estruturas e ordenamento urbano; um sistema de transportes sustentáveis, ou seja, coordenados, acessíveis e ajustados às diferentes exigências da habitação, do trabalho, dos espaços públicos e do ambiente; e a estabilização atempada dos bairros degradados evitando o desperdício de recursos e as dificuldades para inverter a situação (CE, 2007).

4. 2. Equipamentos

Socialistas Utópicos do século XIX

Aristóteles defendeu a limitação da dimensão urbana e do número de habitantes da cidade: o seu raio devia ter uma distância máxima, para que toda a gente pudesse conhecer-se (Pinto Machado, 1984). A limitação do espaço e do número de habitantes aparece nos Socialistas Utópicos associada à vida de relação comunitária e ao princípio da racionalização subjacente à criação dos equipamentos (proximidade e comodidade): a população ideal para a aldeia-modelo de Owen era de 1200 pessoas, no Falanstério de Fourier variava entre 1500-1600 pessoas, e no Familistério de Godin, 1500 pessoas (Choay, 2000). Estas populações permitiam criar pequenos conjuntos urbanos semi-autónomos com os equipamentos básicos (educação, saúde, Igreja, biblioteca, etc.), ligados a um centro urbano maior a alguma distância.

Owen sabia que para viabilizar o seu modelo, os benefícios a introduzir, nomeadamente as escolas, não podiam ser concedidos a indivíduos ou a famílias isoladas, nem a massas demasiado numerosas. Fourier considerava que a casa colectiva favoreceria a concentração de serviços e, por consequência, as relações mútuas (Benévolo, 1994). Considérant defendia a unidade colectiva de habitação em oposição à casa isolada, por razões de economia, comodidade, facilidade das relações e serviços: “pensai* que estareis poupando quatrocentas cozinhas, quatrocentas salas de jantar” (Considérant citado por Choay, 2000: 86). O Familistério de Godin (“palácio social”)

permitia aos seus habitantes reunirem-se em espaços públicos e fazerem compras em menos de 600 metros a pé através de percursos cómodos (galerias cobertas). Segundo Godin citado por Choay (2000: 105), a facilidade de relações do Familistério aumentava o nível moral e intelectual da população, porque existia uma escola para a criança perto de sua casa e porque libertava o trabalhador das dificuldades da casa isolada, deixando-lhe “mais tempo de lazer para iniciar-se nos feitos do progresso e nos da vida social, pela leitura dos jornais e livros que uma biblioteca, fácil de organizar, torna acessíveis a toda a população.”

Owen e Fourier privilegiaram a vida societária localizando os equipamentos como elementos centrais dos seus modelos e de união das outras funções: cozinha pública/refeitório, escolas, biblioteca, salas de reunião, etc.. Já o Familistério de Godin facilitava as relações e o acesso aos equipamentos salvaguardando a individualidade e a privacidade da habitação. Os serviços comuns estavam organizados em vários edifícios à volta do edifício principal (com apartamentos para cada família): escolas, lavandaria-piscina-balneários; cozinha-refeitório-matadouro-estábulos; bilhares-café-casino (Benévolo, 1994).

A higiene física constituía um dos principais critérios de localização e da relação dos equipamentos com o espaço urbano. Cabet considerava que os cemitérios e os hospitais não deviam ficar no interior da cidade, mas na sua extremidade, em praças arejadas ou no campo. Para Richardson, as igrejas, hospitais, teatros, bancos, salas de conferência e outros edifícios públicos deviam ser independentes e cercados por jardins, contribuindo para a beleza e salubridade da cidade. Júlio Verne defendia a assistência geral ao domicílio e a existência de poucos hospitais na cidade, de preferência sem grandes dimensões, porque “juntar num mesmo foco de infecção setecentos ou oitocentos doentes não pode entrar na cabeça de um fundador da cidade-modelo.” (Júlio Verne citado por Choay, 2000: 112).

Os Socialistas Utópicos valorizaram a escola enquanto elemento democraticamente estendido a toda a população. A ideia de complexo escolar organizado em vários níveis de ensino (creches, jardins de infância, escolas) e aberto à comunidade foi adoptado por Owen e Godin. Para Owen, a educação aumentava o domínio sobre a máquina e o rendimento individual (Benévolo, 1994) e a criação de um ambiente de cultura contribuiria para o bom funcionamento da escola, por isso

introduziu no seu complexo escolar salas de conferências para a população adulta (Silva, 1941). Segundo Giusti (1976), estas experiências permitiram destacar certos aspectos da noção de integração dos equipamentos: conjugação no mesmo lugar de equipamentos complementares; integração no habitat de diversas funções de equipamentos; utilizações múltiplas de um local ou de um espaço; sendo a ideia principal destas realizações a procura de associações novas entre habitat, lazer, educação, agrupados num pólo atractivo.

A ideia de um conjunto semi-autónomo associado a um centro maior foi, também, adoptada na Cidade-Jardim: com 32.000 habitantes, devia ser auto-suficiente em termos de educação, saúde, entretenimento e lazer. Os edifícios públicos que serviam toda a população da cidade (hospital, Câmara Municipal, sala de concertos e de leitura, teatro, biblioteca, museu, galeria de arte) estavam concentrados no seu centro geométrico, em terrenos espaçosos à volta de um jardim, a uma distância de 1000 metros dos habitantes mais afastados da cidade. À sua volta situavam-se os campos de jogos, integrados num parque público a uma distância de 550 metros da habitação mais distante. A seguir vinham os bairros, separados por largas avenidas que irradiavam do centro, com as suas escolas (cercadas por campos de jogos e jardins) e Igrejas localizadas a uma distância máxima de 220 metros do habitante mais longe, num cinturão verde que circulava a cidade (Howard, 1985).

O planeamento dos equipamentos como elementos de referência no espaço urbano foi um dos princípios utilizados nas cidades-jardins, defendido por Raymond Unwin⁵um dos seus principais projectistas. Para Unwin os edifícios públicos deviam ser localizados como focos de vida social, agrupados em núcleos principais (edifícios do Estado e Municipais) e secundários (centros de educação com escolas públicas e de arte acompanhadas de ginásios, campos de jogos, etc.). O seu agrupamento valorizava-os e possibilitava um impacto, impossível se dispersos (Choay, 2000). Por outro lado, a propriedade colectiva controlada pelo município permitia criar equipamentos com alguma imponência: “E sendo o povo, em seu poder colectivo, o dono da terra em que este belo grupo de cidades virá a ser construído, os edifícios públicos, as igrejas, as escolas e universidades, as bibliotecas, as galerias de arte e teatros serão erigidos numa escala magnífica, a que nenhuma cidade do mundo, cujos terrenos são de propriedade privada poderá aspirar” (Howard citado por Munford, 1958: 22).

⁵ Raymond Unwin, arquitecto inglês, planeou com Barry Parker a primeira Cidade-Jardim, Letchworth.

Unidade de vizinhança

O conceito de unidade de vizinhança é atribuído a Clarence Perry. Pensa-se que foi inspirado no modelo das cidades-jardins: uma unidade urbana semi-autónoma, limitada, agrupada e separada a várias unidades sócio-espaciais iguais, como forma de expandir o espaço urbano. Um dos objectivos de Perry era promover as relações de vizinhança enfraquecidas com as transformações urbanas ocasionadas pela Revolução Industrial, e a escola surge como elemento de dinamização e integração social, constituindo um centro comunitário (com centro social, biblioteca e galeria de arte) (Barcellos, 2011). Por um lado, o conceito aparece ligado a uma visão funcional que tem nos equipamentos o seu fundamento, funcionando como unidade elementar de estruturação e de composição dos espaços urbanos, que difere das estruturas morfológicas tradicionais (Janarra, 1994), por outro lado, na linha das ideias dos Socialistas Utópicos, vai ao encontro de Aristóteles quando exigia para a cidade um número limitado de cidadãos, que permitisse a todos conhecerem-se.

A unidade de vizinhança de Perry continha 5000 habitantes num raio de 800 metros a partir do centro da escola (5 minutos a pé) (Lourenço, 1998) e obedecia a 6 princípios fundamentais: 1) o seu tamanho devia ser determinado pelo número de alunos de uma escola elementar e pela densidade; 2) devia ser contornada por artérias largas para a passagem do tráfego de atravessamento; 3) ter um sistema de pequenos parques e espaços de recreação; 4) as escolas e outros equipamentos com raios de serviço a coincidir com os limites da unidade deviam ser agrupados num ponto central; 5) ter uma ou duas zonas de lojas localizadas nos limites da circunferência da unidade, de preferência nos cruzamentos do tráfego e adjacentes a zonas semelhantes das unidades vizinhas; 6) ter um sistema viário proporcional à carga de tráfego que desencorajasse o tráfego de passagem (Perry, 1929).

O conceito foi aplicado por Clarence Stein em Radburn (EUA) e pelo Movimento Moderno na construção de cidades de raiz e na reconstrução de cidades no pós-guerra. Em Radburn, Clarence Stein utilizou o raio de influência de Perry (800 metros), mas considerou uma população entre 5.000 e 10.000 habitantes para assegurar o funcionamento da escola básica e localizou o comércio diário junto da escola. Cada grupo de três unidades de vizinhança tinha uma escola secundária e um ou dois centros comerciais, com um raio de influência de 1500 metros (Moutinho et al, 2001). Patrick

Abercrombie aplicou o conceito na reconstrução da cidade de Londres (1943) como estrutura para criar comunidades com forte identidade e independência elevada, embora não o suficiente para comprometer a interdependência das comunidades adjacentes ou de Londres como um todo. A unidade de vizinhança tinha 6000 a 10.000 habitantes, determinados a partir de uma escola primária (constituída como centro social) com um raio de influência de 800 metros (o mesmo de Perry e de Stein) e uma capacidade que podia oscilar entre 240 a 400 crianças. Continha creches e infantários, estes últimos dispersos em pequenas unidades, para evitar longos percursos, e ligados a outros graus de ensino ou às habitações como suas extensões. A impossibilidade de criar campos de jogos em todas as escolas, levou à sua coordenação com os espaços públicos da cidade, servindo a população em geral (Forshaw & Abercrombie, 1943).

Cidade Moderna

Na cidade moderna, os equipamentos surgem como elementos subordinados à habitação, à funcionalidade e à racionalidade. A funcionalidade prendia-se com a sua relação com o utente e a racionalidade com a capacidade para servir uma população específica, dentro da relação número de alojamentos (ou habitantes)/equipamento. Neste sentido, realizaram-se estudos dos “límites, mínimos e máximos, de serviço prestado por cada equipamento e, como estes poderiam contribuir para a criação de comunidades reconhecíveis e com identidade.” (Pisco, 2005: 25). Assim, funcionalidade e racionalidade levaram à organização do tecido urbano e das zonas residenciais, reunindo as habitações em unidades de vizinhança de proporções adequadas, para que fosse mais fácil dotar as habitações de serviços comuns (abastecimento, educação, assistência médica, lazer). Por outro lado, a Carta de Atenas indicava a necessidade de criar equipamentos na proximidade das habitações como seus prolongamentos: centros de abastecimento, serviços médicos, creches, jardins de infância, escolas, equipamentos desportivos, organizações intelectuais e desportivas destinadas a adolescentes. A proximidade às habitações era particularmente importante no caso das escolas primárias, para minorar os riscos da rua (CIAM, 1933).

Le Corbusier levou ao limite a proximidade dos equipamentos à habitação: para organizar os serviços comuns concebeu as “unidades de habitação”, ou seja, pequenas comunidades semi-autónomas com 1000 a 2000 habitantes organizadas num único edifício, à semelhança dos modelos teorizados pelos Socialistas Utópicos. Procurava

concentrar num edifício monumental a dinâmica da vida urbana, permitir o acesso ao lado de casa a determinadas actividades, eliminando a utilização de qualquer meio de transporte, e facilitar a gestão da vida familiar, libertando as mães das suas preocupações (Fondation Le Corbusier, 2012). A unidade-modelo oferecia aos seus habitantes equipamentos desportivos e de lazer instalados na cobertura em terraço (pistas de atletismo, ginásios, solários, salões de festas, etc.), e serviços domésticos no piso térreo (consertos, abastecimento de géneros alimentícios, cozinhas, lavandaria), geridos por organizações hoteleiras ou cooperativas (Le Corbusier, 2009).

A localização e inserção urbanas dos equipamentos, o seu agrupamento em núcleos ou a sua separação, estava associada ao tipo de actividades, aos princípios higienistas e à frequência de utilização. Na Cidade Industrial de Garnier, os principais equipamentos foram agrupados no centro da área residencial separados em zonas: zona de equipamentos administrativos e zona de equipamentos culturais, ambas num parque, e zona de desporto e espectáculos (estádio, campos de jogos, piscina, teatro e anfiteatro, etc.), que eram actividades complementares, junto à zona rural para permitir a sua expansão. Os grupos escolares terão organizado a zona residencial e foram distribuídos por cada “unidade residencial”, implantados em espaços verdes que os isolavam das habitações. O mercado ao ar livre, o matadouro, os cemitérios e o núcleo de equipamentos assistenciais (hospital, sanatório, etc.) ficavam fora da zona residencial, os últimos orientados a sul, protegidos dos ventos e afastados da zona industrial (Pawlowski, 1993).

Os espaços verdes da cidade modernista foram consagrados a equipamentos colectivos próximos da habitação (jardins de infância; escolas; centros juvenis; equipamentos desportivos; etc.) e a altura das edificações devia permitir as condições necessárias para a sua criação (insolação, ar puro, etc.). As actividades recreativas e desportivas foram consideradas uma questão de saúde pública e uma necessidade vital. No início dos anos 30, o desporto quotidiano estava pouco desenvolvido, de forma fragmentária e desvinculada das necessidades das habitações (CIAM, 1933), no entanto, a partir desta altura, inicia-se a universalização do lazer nas preocupações dos urbanistas e arquitectos e surge a ideia da sua descentralização, passando a ser encarado como elemento do quotidiano da população (Carvalhinho, 1997).

Segundo a Carta de Atenas, os equipamentos de lazer deviam ser distribuídos em

função da frequência da sua utilização. Os de utilização diária ficavam situados nos bairros residenciais na proximidade das habitações, em espaços verdes suficientes para os jogos e desportos de crianças, adolescentes e adultos. Os de utilização semanal, organizados à volta da cidade, em terrenos amplos reservados para o efeito (parques, florestas, áreas de desporto, estádios, etc.) e facilmente acessíveis por meios de transporte cómodos e frequentes (CIAM, 1933).

Novas Cidades Inglesas

As Novas Cidades Inglesas foram planeadas para terem uma elevada auto-suficiência: as deslocações à metrópole seriam eventuais, para a utilização de funções específicas, presentes apenas nas grandes cidades ou capitais. No centro da cidade, perto das vias de trânsito rápido e facilmente atingível a pé, ficava localizado o centro cívico, que constituía o elemento estruturante do conjunto e incluía os principais elementos vitalizadores da vida urbana: comércio semanal; comércio eventual ou de luxo; centro de negócios; serviços administrativos; equipamento cultural e recreativo (teatros, cinemas, bibliotecas, museus); escolas complementares; serviços hospitalares e de assistência; etc. (Botelho, 1959). Em regra, este centro tinha apenas trânsito de peões (Barros, 1958-1960). Pretendia-se criar centros plurifuncionais, mas esse objectivo só foi conseguido parcialmente e na componente comercial (Merlin, 1976).

Cada unidade de vizinhança tinha um centro secundário com escola primária, centro comunitário, igreja, etc. (Merlin, 1969). Os trajectos para a escola primária não ultrapassavam os 400 metros e não cruzavam de nível as principais vias. Em certos casos, as unidades de vizinhança eram agrupadas numa unidade de vizinhança maior, com 20.000 habitantes no máximo, que tinha por sua vez um centro com equipamentos de nível intermédio: cinema; sala de festas; biblioteca, igrejas; policlínicas; serviços de assistência; etc.. (Barros, 1958-1960; MOP, 1961). As escolas secundárias tinham áreas de influência maiores do que a unidade de vizinhança e localizavam-se normalmente junto às vias de autocarros. As áreas recreativas distribuíam-se pelas unidades de vizinhança, pelos espaços verdes que as separavam e junto ao centro cívico principal (Botelho, 1959).

O Novo Urbanismo

Alguns princípios urbanísticos do Movimento Moderno relacionados com os

equipamentos, em particular a “unidade de vizinhança”, foram fortemente criticados nos anos 60 e 70, por Jacobs (2009), Lynch (2010), e Alexander (1973).

Para Jacobs (2009), a intenção de criar laços comunitários através dos equipamentos da unidade de vizinhança não se adaptava a uma grande metrópole, onde o inter-relacionamento era diferente das pequenas cidades, e a falta de autonomia dos bairros (económica e social) era natural e necessária, por serem partes integrantes da cidade. Defende que os usos principais (recreio, educação, cultura), que servem de âncoras, devem ser combinados de forma a gerar vida nas ruas e diversidade todo o dia, e critica os shopping centers e os grandes centros culturais modernistas, pois, estes encobrem a exclusão do comércio, da cultura, da vida íntima e diária das cidades.

Para Lynch (2010), a unidade de vizinhança falhou porque não se adequou às cidades norte-americanas caracterizadas por contactos dispersos por grandes sectores da cidade; as amizades dos adultos não se baseavam no facto das crianças frequentarem a mesma escola primária; as áreas de captação dos diversos serviços da unidade de vizinhança não se adaptavam à dimensão da área de captação da escola primária; e as dimensões administrativamente eficazes das escolas da unidade de vizinhança tinham deformado o tecido urbano.

Alexander (1973) criticou a “cidade em árvore”, resultante da organização em unidades de vizinhança, por constituir uma estrutura rígida e hierarquizada, quando a realidade era mais complexa e menos fechada, com um maior número de combinações possíveis: as “unidades” cruzam-se e sobrepõem-se, e as áreas de influência dos vários equipamentos do bairro são diferentes e abrangem por vezes utentes de bairros adjacentes. Condenou a separação das zonas de recreio de outras zonas, pois considerava que as actividades lúdicas não existiam isoladamente, separadas dos outros sistemas urbanos. Os jogos de criança não deviam estar confinados a um recinto fechado ou murado, o «playground», mas vividos no espaço urbano, num edifício abandonado, junto ao rio, etc.. Da mesma forma, criticou a separação da universidade do espaço urbano da cidade, porque ela existe para além do limite de uma linha desenhada e intersecciona-se com múltiplos sistemas de actividade da vida urbana.

O Novo Urbanismo seguiu a mesma linha crítica aos núcleos de serviços mono-funcionais, defendendo a dispersão dos equipamentos pelos bairros: escolas, áreas para

crianças, parques, pequenos espaços verdes, campos de jogos e jardins comunitários (CNU citado por Macedo, 2007; CEU, 1998). Krier (1992) propôs a substituição do edifício escolar monolítico modernista por um complexo urbano flexível, formado por pequenos volumes mais facilmente adaptáveis à estrutura da cidade e a diferentes usos, incluindo usos para o público em geral.

O princípio da coesão social está presente na visão do Novo Urbanismo para os equipamentos. As grandes e médias cidades deviam proporcionar uma larga oferta de serviços, públicos e privados, que beneficiasse todas as categorias socio-económicas (CEU, 1998). Os equipamentos públicos deviam localizar-se em locais importantes, para reforçar a ideia de identidade comunitária e a cultura da democracia (CNU citado por Macedo, 2007; CEU, 1998). Krier (1999: 139) defendeu a localização dos edifícios “públicos e simbólicos” em locais privilegiados da paisagem: “o ponto de mira de uma praça, os pontos de convergência das perspectivas urbanas”. Os de interesse urbano, regional ou nacional nas praças, avenidas, boulevards que limitavam os bairros ou as freguesias; os de interesse local, no interior dos bairros (escola infantil e primária, mercados diários, equipamentos de saúde e cultura). A freguesia (conjunto de bairros) devia ser independente em relação a equipamentos administrativos e culturais de nível local, escolas secundárias e mercados semanais.

O Novo Urbanismo defendeu a coordenação dos equipamentos com o sistema de transportes e com a habitação, as escolas dimensionadas e localizadas de forma a que as crianças pudessem deslocar-se a pé ou de bicicleta (CNU citado por Macedo, 2007; CEU, 1998). A proposta de Rogers (1999) vai no mesmo sentido: princípios comuns à distribuição dos equipamentos e à organização dos transportes, pois as pessoas não estão dispostas a andar grandes distâncias para alcançar os equipamentos (5 minutos no máximo até à escola ou à paragem de autocarro), e a restrição de serviços baseados num raio maior e no uso predominante do carro, de forma a salvaguardar os serviços locais dos bairros, que deverão obedecer a prioridades, de acordo com a escala, natureza e especificidade de cada bairro.

Cidades Sustentáveis do século XXI

A visão do CEU (2003) para as cidades do séc. XXI indicou os novos desafios a que os serviços e equipamentos colectivos das cidades europeias deveriam dar resposta:

adaptação dos serviços urbanos à rápida evolução das necessidades e dos meios dos residentes, através de uma programação flexível; oferta diversificada de forma a responder a maiores diferenças culturais, ao envelhecimento contínuo da população, à diminuição do tempo médio de trabalho, e à rápida alteração da composição sociocultural das populações; resposta à maior exigência na qualidade e a uma maior utilização, quer por parte dos residentes, quer pelos “utilizadores” da cidade.

Serviços educativos, comerciais, culturais e de lazer devem ser assegurados em boas condições de custo e de segurança. Assim sendo, deverão ser evitadas a suburbanização e a dispersão das funções (habitação, etc.), que constituem causas da deterioração da qualidade dos equipamentos e serviços. Os equipamentos deverão ser acessíveis a todos e constituir elementos de coesão social, nomeadamente, contribuindo para o restabelecimento da coesão entre gerações, afectada pelos desequilíbrios entre os diferentes grupos etários e pelo envelhecimento da população (CEU, 2003a):

[...] o objectivo consiste em considerar as necessidades da vida social de todas as gerações, assim como criar novas actividades adequadas aos ritmos específicos das pessoas reformadas e dos mais velhos, nomeadamente na concepção, utilização e localização dos espaços exteriores públicos (...) a cidade coerente do séc. XXI (...) deverá assegurar um melhor acesso à educação, à saúde e ao maior número de equipamentos possível (CEU, 2003a:7).

Mantém-se o critério da Carta do Novo Urbanismo (1998) de dispersar os equipamentos pela cidade, os principais em lugares de destaque: “Os edificios públicos mais importantes devem ocupar um lugar de destaque na estrutura da cidade ou da vila e a sua arquitectura deverá contribuir para definir o seu carácter. Os edificios públicos de menor importância deverão distribuir-se pelos diversos bairros” (CEU, 2003b: para. II.11).

As autoridades locais que assinaram os Compromissos de Aalborg (2004) comprometeram-se a garantir o acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, à formação profissional, às actividades culturais e à saúde, e a promover o planeamento urbano para o desenvolvimento saudável das cidades, assegurando os meios para a criação de parcerias estratégicas na promoção da saúde e incentivando os urbanistas a

integrarem condicionantes de saúde nas estratégias de planeamento e de desenho urbano (CE, 2004).

A Carta de Leipzig (2007) considerou a eficácia económica dos serviços de utilidade pública um dos pressupostos fundamentais para a sustentabilidade das cidades. Para tal, a evolução dos serviços, da habitação, da economia e das infra-estruturas devem ser coordenados antecipadamente, tendo em conta, o impacto das tendências de envelhecimento e migração e as condições no sector energético. A educação, fundamental para melhorar a situação dos bairros carenciados (em particular a escolar e pré-escolar), deverá ser melhorada, nomeadamente, através da optimização das suas estruturas. A proximidade dos serviços ao cidadão deverá ser utilizada para reforçar a economia dos bairros carenciados, na medida em que existe uma ligação importante entre infra-estruturas urbanas de qualidade, nomeadamente equipamentos modernos e eficientes, investimentos e actividades económicas. A criação e preservação de equipamentos urbanos funcionais deve ser da responsabilidade das autoridades nacionais, regionais e locais, mas também dos cidadãos e das empresas (CE, 2007).

III – PLANOS URBANÍSTICOS E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS NO ESTADO NOVO

5. Equipamentos e Planos “Racionalistas”: Orientações

No período designado de “Estado Novo”, compreendido entre a Constituição de 1933 e o Golpe Militar de 25 de Abril de 1974, os programas de “Obras Públicas” estenderam-se a todo o país através da acção do MOP/MOPC e tiveram um impulso particular com Duarte Pacheco⁶, com a ajuda das verbas do fundo de desemprego (Rosas e Brito, 1996). Assistiu-se a uma tendência para aumentar a intervenção estatal na responsabilização das necessidades e encargos com a educação, saúde, previdência, cultura e recreio, que no início do século XX ainda recaíam sobre os indivíduos e constituíam factores de inquietação e insegurança (Freitas, 1969).

A política de “Obras Públicas” fazia parte do Plano de Reconstituição Económica, no qual o regime tentaria planificar os 15 anos subsequentes. A Lei da Reconstituição Económica (1935) substituiu as realizações improvisadas e dispersas, pela elaboração de Planos, com a respectiva definição de soluções, de fases de desenvolvimento, prazos de execução, processos de realização, orçamento e valor económico das obras, tendo em conta as disponibilidades públicas e particulares, e previu programas de urbanização, de construção de bairros sociais e de edifícios públicos⁷.

Assim, por intermédio da contratação de especialistas (Foriester, Agache, e De Gröer), o Estado empreendeu uma ampla intervenção urbanística (Rosmaninho, 1995), que levou à reformulação do sistema legal, administrativo e processual do urbanismo no País, para viabilizar as suas realizações (Pinto, 2002). O Estado participou a realização de “obras de interesse local e vantagem colectiva”⁸ (melhoramentos urbanos) em todo o País, ou seja, planos de urbanismo, edifícios públicos ou de interesse público, parques, jardins, etc.. (Sousa, 1946). A elaboração de vários Planos de âmbito nacional⁹ criou uma nova rede de equipamentos, que iria estruturar o território, “dotar o

6 Duarte Pacheco esteve à frente do MOPC entre 1932-1936 e entre 1938-1943.

7 Lei n.º 1914, de 24 de Maio de 1935.

8 Decreto n.º 21697, de 30 de Setembro de 1930.

9 Plano de luta contra a tuberculose (1935); Plano geral de edificações dos correios, telégrafos e telefones

país carenciado de novos equipamentos públicos”, e servir como símbolo de desenvolvimento e de afirmação de um novo regime (Da Silva, 2010: 45).

Os programas de urbanização e de edifícios públicos obedeceram à política de concentrar no MOPC a sua execução¹⁰. Este criou várias comissões e delegações, algumas integradas na DGEMN¹¹e outras na sua dependência directa¹². No entanto, e apesar da reorganização de alguns Ministérios e dos respectivos serviços, existiram sobreposições de competências em relação a certos serviços, que resultaram na existência de diferentes critérios de programação para os mesmos equipamentos (ST-PC, 1972).

5. 1. Planos de urbanização

Para que a aplicação dos fundos fosse eficaz, segundo critérios apropriados na consideração das condições locais, das necessidades futuras e das regras de higiene, para o maior aproveitamento e comodidade dos habitantes, foi imposta às Câmaras Municipais¹³a elaboração de Planos Gerais de Urbanização (PGU), sem os quais não podiam proceder à realização de obras de urbanização¹⁴. Contudo a subordinação da construção de novos edifícios do Estado a planos de urbanização realizados pelos Municípios ou pela DGEMN, já tinha sido imposta pelo Decreto n.º 21: 697, de 19 de Setembro de 1932.

A partir de 1944, a DGSU (criada no MOPC) concentrou todos os serviços dispersos do Estado, no domínio dos melhoramentos urbanos (e rurais), a fim de lhes

(1937); Planos de edifícios liceais (1938 e 1958); Plano dos Centenários (1940); Plano geral de novas instalações para o exército (1941); Plano geral de edifícios da Caixa Geral de Depósitos (1942); Plano de organização dos serviços de saúde e assistência (1946); Plano de construções prisionais (1946); Plano de construção de escolas técnicas (1947); Plano de organização hospitalar (1947); Plano geral para a instalação definitiva dos serviços centrais dos Ministérios (1948).

10 Decreto n.º 31:272, de 17 de Maio de 1941.

11 A DGEMN foi criada pelo Decreto n.º 16.791, de 30 de Abril de 1929 e integrou a Delegação para as Obras de Construções de Escolas Primárias; a Comissão dos Novos Edifícios para os CTT; a Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência, etc..

12 A Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército; a Comissão das Construções Prisionais; a Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos (que passou para a DGEMN em 1970); a Comissão de Construções Hospitalares; a Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário.

13 Para as sedes de concelho, aglomerados populacionais de grande dimensão e crescimento (com mais de 25000 habitantes) e “centros urbanos ou zonas de interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico ou artístico”.

14 DL n.º 24:802, de 21 de Dezembro de 1934: art. 2º.

dar maior unidade e eficiência¹⁵, e assumiu a responsabilidade da DGEMN de orientar tecnicamente os planos de urbanização. A morosidade na realização dos PGU levou à criação dos Planos Parciais de Urbanização (PPU), que podiam ser elaborados antes da aprovação dos PGU¹⁶, e mais tarde à constituição do Antepiano de Urbanização (estudo-base dos PGU) como figura legal de planeamento após a sua aprovação¹⁷. Os PPU, com conteúdo e a índole do PGU, abrangiam zonas prioritárias e evitavam as demoras de estudo e de apreciação do esquema geral (Costa Lobo, 1979).

Do PGU fazia parte uma planta geral que devia indicar, entre outros elementos: praças, alamedas, jardins, parques, espaços livres e a localização dos principais edifícios públicos (campos de jogos, mercados, matadouros, cemitérios, e outras instalações de interesse social ou económico, etc.¹⁸. A partir de 1946, os planos e os antepianos de urbanização, de acordo com as normas estabelecidas pela DGSU para a sua elaboração, passaram a conter três componentes obrigatórias na memória descritiva: 1) *inquérito e análise*, que incluía a caracterização da população, das funções dominantes, das instalações de interesse público existentes e respectiva localização, etc.; 2) *programa e solução*, que incluía o zonamento, densidades habitacionais, justificação e identificação das instalações de interesse público, etc.; 3) *regulamento das zonas*, que definia a possibilidade de utilização do solo em cada zona (CEUHDP, 1965). Foi realizado um plano-tipo para servir de guia quanto ao método de trabalho e forma de apresentação dos planos (Costa, 1954).

Os PGU deviam corresponder a uma imagem urbana com que o regime se identificasse (Lôbo: 1995). Assim, vão obedecer a princípios e conceitos urbanísticos com os quais o regime se identificava.

Na década de 40, o zonamento é o princípio director dos planos de urbanização, agrupando em cada zona as actividades e particularidades que lhe eram mais próprias. O zonamento era visto como “O grande princípio básico do urbanismo moderno” que destacava “os diferentes géneros de actividade, de maneira a poderem desenvolver-se plena e normalmente” (Faria da Costa e Jacobetty, 1944: 5).

O conceito de unidade de vizinhança aplicado no Plano Parcial de Urbanização

15 DL n.º 34:337, de 27 de Dezembro de 1944.

16 DL n.º 33921, de 5 de Setembro de 1944 que substituiu o DL n.º 24:802 de 21 de Dezembro de 1934.

17 DL n.º 35:931, de 4 de Novembro de 1946.

18 DL n.º 33:921, de 5 de Setembro de 1944.

de Alvalade (1945) constituiu uma referência para o CSOP, que dava orientações no sentido de ver generalizado nos planos de urbanização o mesmo princípio que estava a ser aplicado na maior parte dos países da Europa e da América. Para o CSOP, a partir de um certo grau de desenvolvimento, os aglomerados urbanos e as zonas de expansão deviam decompor-se em unidades de vizinhança “articuladas entre si pelas necessidades comuns não satisfeitas localmente, mas nitidamente diferenciadas por hábitos, tradições e características sociais e económicas próprias” (CSOP, Antepiano de Urbanização de Évora, 1947: 65). A unidade de vizinhança devia obedecer a determinadas características: ter uma extensão limitada; ser socialmente equilibrada; conter todas as classes sociais, tipos e categorias de habitação; e todos os órgãos necessários à vida local dos seus habitantes. Facilitava, assim, o despertar de um sentimento de vizinhança e comunidade, que contribuiria para a unidade social do conjunto urbano (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Vila Franca de Xira, 1948).

Segundo o CSOP, as zonas residenciais deviam ser organizadas em vários escalões definidos em população e equipamento: unidade de vizinhança, bairro, freguesia e unidade urbana (CSOP, Parecer do Plano regulador da cidade do Porto, 1954). A DGSU publicou em 1960, um documento intitulado “Planos Regionais e Planeamento Territorial” que continha orientações urbanísticas na linha dos princípios da Carta de Atenas. Os planos regionais deviam ser desenvolvidos segundo o mesmo princípio orgânico da construção de unidades residenciais auto-suficientes (células) com um equipamento colectivo proporcional às exigências (estudado após um inquérito local) e dotadas com as 4 funções fundamentais da vida humana: residência, recreio, trabalho e movimento (Pinto Machado, 1960: 30).

5. 2. Equipamentos

Os edifícios públicos ou de interesse público incluíam: serviços municipais (bibliotecas, Paços do Conselho, museus, polícia Municipal, etc.); serviços públicos (tribunais, quartéis e postos da PSP, quartéis de bombeiros, cadeias, etc.); obras de salubridade pública (mercados, feiras, matadouros, cemitérios, etc.); obras de assistência (albergues e asilos, centros de assistência social, lactários e creches, maternidades, dispensários, sanatórios, etc.); obras de carácter desportivo, recreativo e cultural (ginásios, piscinas, instalações de campos de jogos, teatros, cinemas, centros de recreio, etc.). Todos deviam ser realizados de acordo com os planos de urbanização e instalados

tendo em conta o maior interesse público (Sousa, 1946). Assim, deviam obedecer a critérios de planeamento: programação e dimensionamento relacionados com o tipo de equipamento e escolha das localizações mais favoráveis (locais que obedecessem às possibilidades de urbanização, acessibilidade, valorização e protecção dos edifícios públicos, facilidade de construção, etc..).

Os PGU identificavam os lotes reservados para edifícios de interesse público, tanto oficiais como particulares. Segundo as orientações do CSOP, os Planos deviam fixar os locais convenientes para todos os edifícios dessa natureza, pois da “localização de grande parte de tais edifícios podem depender, não só a orientação e características de certos arruamentos, como a disposição de outros afins ou não com eles”, e a previsão de início dos locais mais adequados não obrigava à imediata construção pelo Município, que não tinha de comportar a construção de alguns a cargo do Estado (CSOP, Parecer do Anteprojecto de Urbanização da Cidade de Portalegre, 1945: 13). Aliás, segundo Losa (1952: 74) “A compartimentação, em zonas bem definidas, das diversas funções urbanas, implica a arrumação dos vários serviços de interesse público na localização mais conveniente”.

Os edifícios públicos e de interesse público eram localizados em zonas destinadas exclusivamente a esse fim (zona cívica, zona hospitalar, zona desportiva, centros escolares), em zonas de espaços livres e em zonas com outras funções (zonas mistas, centros comerciais locais). Alguns podiam localizar-se nas zonas rurais, por questões de salubridade e possibilidade de ampliação (cemitérios, hospitais, sanatórios, escolas, etc.). A reserva de terrenos livres, incluindo locais provisoriamente livres para a construção futura de edifícios públicos, era “sob o ponto de vista higiénico, social e estético, muito importante” (Faria da Costa, 1944: 14). Eram reservadas zonas arborizadas ou não, para garantir no futuro locais próprios para edifícios de interesse público que eram imprevisíveis naquele momento (Faria da Costa, 1950). Estas “zonas de reserva” permitiam uma margem nas previsões estabelecidas, para atender à evolução no tempo, principalmente nas novas zonas, pois não existiam elementos suficientes para a previsão das necessidades.

De modo a garantir um enquadramento condigno à sua importância, preservar panorâmicas do local e evitar a proximidade de construções incómodas ou impróprias à sua finalidade, tinham sido criadas, em 1932, “zonas de protecção aos edifícios públicos

de reconhecido valor arquitectónico”, onde podiam ser delimitadas áreas vedadas a qualquer construção¹⁹. As zonas de protecção estenderam-se a outros edifícios públicos (escolas, quartéis, etc.) através de legislação entretanto promulgada e, em 1955, o seu âmbito foi alargado aos “edifícios e construções de interesse público cuja natureza ou importância especiais assim requeiram”²⁰. Assim, abrangeram vários equipamentos, mesmo os de construção modesta: liceus, Paços do Conselho, cadeias, quartéis, cemitérios, conjuntos assistenciais, Igrejas, hospitais, CTT, praças de touros, piscinas, etc.. Podiam ser previstas nos planos de urbanização e tinham também a função de permitir a expansão dos edifícios, sendo muitas vezes alvo de arranjos urbanísticos que pretendiam pôr em evidência a arquitectura dos edifícios. Também era prática dotar alguns edifícios públicos com faixas verdes de protecção (cemitérios, escolas, hospitais, etc.), para garantir o seu enquadramento condigno e vincular as suas áreas a futuras expansões.

O CSOP via a subdivisão do espaço urbano em unidades de vizinhança como uma forma de simplificação e eficiência da organização da administração pública e do “funcionamento do ensino, da religião, do comércio, do abastecimento e, de um modo geral, dos serviços públicos ou de interesse público” (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Évora, 1947: 66). No Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto, Garrett (1948: 30-31) também defendeu a relação entre unidade de vizinhança e eficiência administrativa, pois existia um limite para o conhecimento de governantes e governados, variável em função das facilidades de contacto e do número de população da unidade considerada: “Quando a extensão do território afasta muito os habitantes uns dos outros, é difícil que os cuidados da administração a todos cheguem e que a justiça se reparta com equidade”. Assim, as freguesias deviam ter uma dimensão adequada ao benefício colectivo e coincidir com as paróquias e com as unidades de vizinhança; relação que viria a ser aplicada no Plano Director de Urbanização de Lisboa concluído em 1959²¹.

Para o CSOP, uma população entre 5000 a 10.000 habitantes era ideal para uma unidade de vizinhança, porque era “suficientemente grande para requerer e sustentar

19 Decreto n.º 21:875, de 18 de Novembro de 1932. As zonas de protecção eram fixadas pelo MOPC, mediante parecer do CSOP, sob proposta devidamente fundamentada pela DGSU (antes de 1945 pela DGEMN) e sob sugestão dos serviços responsáveis (Câmara, organismos do MOPC) (DL n.º 34:993, de 11 de Outubro de 1945).

20 DL n.º 40388, de 21 de Novembro de 1955.

21 DL n.º 42142, de 7 de Fevereiro de 1959.

uma variedade interessante de serviços comuns” e ainda “suficientemente pequena para garantir que cada habitação estará a distância cómoda dos centros comercial e social”. Com 10.000 habitantes a unidade de vizinhança teria a vantagem de ter uma escala para manter uma maior variedade de equipamentos²²: creche, escolas, posto clínico, biblioteca, funções religiosas, campos de jogos (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Évora, 1947: 68). Depois de traçado o esquema geral das grandes circulações deviam ser definidos “convenientemente os limites das unidades de vizinhança, as respectivas populações e o equipamento de cada uma delas de forma a dotá-las dos órgãos indispensáveis à vida local dos seus habitantes” (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Espinho, 1954: 66). A configuração geométrica da unidade de vizinhança devia permitir o seu correcto funcionamento: “A forma desejável para uma “unidade residencial” é o círculo e quanto mais dela nos afastarmos mais difícil se torna a sua organização por forma a que funcione para o que foi concebida.” (DGSU, Informação sobre o Plano Parcial das Casas de Renda Económica de Ramalde, 1950: 4). A definição dos seus limites físicos devia ainda ter em conta a rede de artérias principais, vias férreas, cursos de água e outras barreiras naturais ou artificiais, que não deviam atravessar o seu interior (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Évora, 1947; CSOP, Parecer do Plano Regulador da Cidade do Porto, 1954).

Cardoso (1961), no “Colóquio sobre Urbanismo” publicado pela DGSU em 1961, expôs os princípios para a unidade de vizinhança defendidos pelo Centro de Estudos de Urbanismo (DGSU)²³. O tamanho ideal devia ser determinado pela população da escola e pelo percurso habitação-escola que devia ter no máximo 800 metros, ou seja, 20 minutos a pé. Assim, admitindo-se em Portugal uma percentagem de população escolar do ensino primário de 7%, para uma escola-tipo de 8 salas (40 alunos por sala), a população aproximada da unidade de vizinhança seria 5000 habitantes. Admitindo uma percentagem de 8% ou mais, em certas regiões do País, o número de habitantes mantinha-se, aumentando o número de salas para 10, ou desdobrando a unidade escolar em duas, para poder cumprir a sua função educativa. A escola pré-primária tinha um raio de influência igual ou inferior a 400 metros e servia 2500

22 Garrett (1948) era da opinião que em Portugal, a unidade de vizinhança devia ter uma população de 10.000 a 15.000 pessoas (valor superior ao utilizado em Inglaterra ou na América), de modo a viabilizar a gestão das despesas de assistência e do culto.

23 Os mesmos princípios já tinham sido expostos por Cardoso (1958) noutra publicação do Centro de Estudos de Urbanismo, com o título “Aspectos sociais da unidade de vizinhança como elemento de urbanização”.

habitantes. Para além do equipamento escolar, as unidades de vizinhança deviam ter uma Igreja paroquial, parques, espaços livres acessíveis, campos de jogos bem distribuídos e parques infantis em abundância nas zonas habitacionais. O urbanista devia ainda contar com clubes desportivos e agremiações, distribuindo-os nos locais junto dos utentes a que se destinavam.

As ideias defendidas por Gröer constituíram uma referência no planeamento urbano em Portugal e foram publicadas pela DGSU, num texto da sua autoria intitulado “Introdução ao urbanismo”, onde deu indicações para as instalações públicas e de interesse público nos planos de urbanização.

Segundo Gröer (1945-1946), as áreas de terreno a reservar para esse fim deviam representar 3 a 5 % do território da cidade, e nas zonas de extensão da cidade deviam ser consideradas as necessidades futuras num prazo de 50 anos. As instalações de interesse público deviam constituir elementos de orientação e de referência na cidade e formar uma rede na qual cada elemento fosse facilmente atingível. Os traçados de grandes vias da cidade deviam terminar num centro administrativo ou comercial, num grande edifício público ou conduzir a um grande parque. Para evitar acidentes na via pública, não deviam localizar-se no cruzamento das ruas de grande circulação.

Câmara Municipal, tribunal, CTT, Ministérios, etc. deviam ser reunidos numa praça ou jardim constituindo um centro cívico da cidade. Os hospitais, asilos, quartéis, etc., localizados na periferia em locais convenientes (pontos altos, etc.) e próximos de espaços livres que permitissem a sua ampliação. Escolas, estações secundárias dos CTT, Igrejas paroquiais, postos dos bombeiros, dispensários, etc., deviam ser distribuídos pela área urbana, podendo ser agrupados em centros secundários nos bairros, para comodidade dos habitantes. Os equipamentos destinados a crianças (terrenos de jogos, escolas, creches, dispensários) deviam ficar afastados das vias de grande circulação, de preferência no interior dos quarteirões e os mercados situados nas zonas comerciais dos bairros (Gröer, 1945-1946).

Para Gröer uma boa distribuição das escolas primárias e infantis influenciava a fixação da população e desempenhava um papel importante na organização das novas zonas de expansão. As escolas secundárias podiam ser localizadas com maior liberdade, pois a sua ligação com a população era menor. A escola primária devia poder ser

utilizada pela população adulta do bairro (salas de festas, ginástica) e o seu dimensionamento evitar um número elevado de alunos e grandes distâncias às habitações (no máximo 10 minutos a pé). As áreas de terreno deviam ser proporcionais ao número dos alunos (20 m² ou 36 m², conforme valores utilizados em França ou Inglaterra) e permitir a sua expansão em função do aumento populacional. As suas entradas deviam dar para ruas tranquilas de habitação²⁴. As escolas, em geral, deviam ficar na proximidade de terrenos de jogos, parques e jardins públicos, que faziam parte dos espaços livres da cidade (20 a 40 m² por habitante). Os parques ou jardins deviam poder ser alcançados a pé em 10-20 minutos; os terrenos de jogos para crianças ficar “tão perto quanto possível das suas casas”; os terrenos de desporto para a mocidade, tantos quanto fosse possível fazer, em todos os bairros; e os parques suburbanos, nos arredores imediatos da cidade, para os passeios dominicais da população (Gröer, 1945-1946: 70).

5. 2. 1. *Ensino*

Durante o período em estudo o equipamento escolar é alvo de atenções especiais. O ensino, considerado fundamental na construção da ideologia do regime no período do Estado Novo, conheceu reformas significativas que se reflectiram nos Planos de construção das escolas primárias, liceus e escolas técnicas.

Até à criação da DGCE (em 1969), as escolas dos vários níveis de ensino (primário, preparatório e secundário) foram encaradas separadamente por diferentes organismos que possuíam critérios e meios de acção distintos (Gonçalves et al, 1972). Não existiam normas em vigor para as escolas primárias construídas pelo MOP, apenas orientações e legislação dispersa, e as autarquias locais possuíam normas próprias, cujos standards de área e escalas de provisão, não eram inferiores aos do projecto-tipo das escolas construídas pelo MOP. Para o ensino secundário e técnico também não existiam normas oficialmente aprovadas. A JCETS possuía as suas normas internas para a construção de escolas, e as autarquias locais, que em raros casos construíam escolas secundárias, recorriam a essas normas (GTSCE, 1965).

Com a aprovação da Lei n.º 1:969 de 20 de Maio de 1938, que estabeleceu as

24 “Uma grande escola não deveria, com efeito ser situada numa artéria comercial e de grande circulação: a segurança dos alunos seria diminuída por causa disso, e os interesses dos comerciantes, lesados, visto que um edifício público colocado no alinhamento das lojas forma um espaço «môrto», que não convida os compradores a passar por êste passeio” (Gröer, 1944: 29).

bases da nova reforma para o ensino primário, foi criada na DGEMN a Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP) para proceder à organização da rede escolar em harmonia com os seus princípios. Em 1940, foi aprovado o Plano Geral da Rede Escolar, denominado Plano dos Centenários²⁵, que passou a sustentar todas as decisões sobre construção e planeamento de escolas primárias.

O Plano dos Centenários realizou uma planificação quantitativa das escolas primárias necessárias ao desenvolvimento escolar do País e fixou o número máximo de salas de aula, tipo e número de edifícios por concelho, ajustados em função da distribuição dos edifícios e salas por freguesias e “lugares”, “dentro do espírito de maior economia e do maior aproveitamento possível dos edifícios existentes, públicos ou particulares”²⁶. Razões de ordem económica determinaram a adopção de projectos-tipo de diferentes dimensões (1, 2, 4, 6, 8 salas de aula) com a possibilidade da sua ampliação para o número máximo de salas admitido²⁷; enquanto bases pedagógicas determinaram o número máximo de crianças por sala de aula (40 alunos), o número máximo de salas de aula por edifício (4 salas em geral e 8 salas nos centros urbanos com elevada concentração de crianças em idade escolar, devido ao valor e escassez dos terrenos) e a definição da zona de influência da escola “determinada pela distância máxima que a criança pode ser obrigada a percorrer para frequentar a escola, em princípio sem prejuízo da ligação à freguesia da residência”, com um máximo de 3 Km nas zonas urbanas²⁸. O Plano de Educação Popular (1952), que reforçou a obrigatoriedade do ensino primário, estabeleceu que os alunos deviam frequentar a escola da área escolar da sua residência (freguesia ou zona escolar nas cidades divididas em zonas escolares) e que as crianças a residir a mais de 3 Km de qualquer escola, oficial ou particular gratuita, estavam dispensadas da frequência do ensino primário, caso não lhes fosse assegurado o transporte gratuito²⁹. Em 1956, com o objectivo de reforçar o aumento da escolaridade, a distância habitação-escola é elevada para o limite máximo de 4 Km, para os casos com cantina escolar junto da escola e, simultaneamente, com um percurso facilmente percorrável sem riscos fora do normal, e para os alunos com 9 anos no acto da matrícula, idade considerada adequada, sob o ponto de vista

25 Lei n.º 1:985, de 17 de Dezembro de 1940.

26 Despacho, de 15 de Julho de 1941.

27 Os terrenos escolhidos deviam ter uma área que permitisse a ampliação da escola para o número conveniente de salas de aula, de acordo com o aumento previsto para a população.

28 Despacho, de 15 de Julho de 1941: n.º 4.

29 DL n.º 38:969, de 27 de Outubro de 1952.

físico da criança, para realizar esse trajecto diário. É, no entanto, facultada a possibilidade de acesso a transportes gratuitos, ou à redução do seu preço, a alunos residentes a mais de 3 Km de qualquer escola primária oficial e àqueles que pela sua incapacidade física não podiam efectuar os percursos a pé, através de acordos entre o Estado e as empresas de transportes públicos³⁰.

Para orientar os Municípios, responsáveis pela indicação de terrenos para as escolas, e os técnicos das Direcções encarregados de os inspeccionar e aprovar, em 1943 a DOCEP redigiu “Instruções para a escolha de terrenos destinados à edificação das escolas primárias”. Segundo as “instruções”, os terrenos deviam servir correctamente o núcleo habitacional que o Plano «dos Centenários» determinava para a escola; ter uma dimensão não inferior a 2000 m², adequada às dimensões das fachadas principais dos edifícios; ter uma orientação entre Nascente e Sul; ser planos e de natureza geológica fácil para a construção (Beja, 1990).

Em 1956 foram aprovadas novas “Instruções para a escolha dos terrenos destinados à edificação de escolas primárias”, segundo as quais as escolas primárias deviam ser localizadas em terrenos centrais em relação às populações a servir, com acessos fáceis e seguros, afastados das vias de grande trânsito, sendo preferidos aqueles cujos acessos permitissem expôr os edifícios de maior número de salas. Quando localizadas na periferia, a distância das escolas às habitações não devia exceder 100 metros. Eram indicadas áreas mínimas de terreno a reservar para cada escola-tipo: 1200 m² (2 salas); 1800 m² (3 e 4 salas); 2400 m² (6 salas) e 3000 m² (8 salas)³¹; ou seja, 15 m²/aluno (2 e 3 salas), 11,25 m²/aluno (4 salas), 10 m²/aluno (6 salas) e 9,37 m² (8 salas) (GTSCE, 1965). Antes da publicação destas instruções, os planos de urbanização aplicavam no dimensionamento dos terrenos o valor do Regulamento de Construção Escolar Francês, ou seja, um mínimo de 20 m²/aluno (10 m² de construção, 5 m² de pátio de recreio e 5 m² de jardim) (CSOP, Parecer do Ante-projecto do Plano de Urbanização e Expansão da Cidade de Braga, 1945; CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Beja, 1947; CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Évora, 1947; CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização da Cidade das Caldas da Rainha, 1953).

30 DL n.º 40:964, de 31 de Dezembro de 1956.

31 Portaria n.º 15:760, de 9 de Março de 1956.

Em relação à orientação, topografia e natureza dos terrenos, as novas instruções estabeleciam que a frente principal devia ficar preferencialmente voltada a Sueste ou entre Nascente e Sul; os terrenos deviam ter configuração rectangular ou aproximada; ser planos, soalheiros e, de preferência, abrigados dos ventos. Não eram aceitáveis terrenos que exigissem fundações dispendiosas ou que se situassem em lugares húmidos e inundáveis³².

Segundo o CSOP os planos de urbanização deviam indicar o número de salas de aula e o critério adoptado na distribuição da população escolar pelos bairros (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Vila Real, 1950). A distribuição das escolas primárias deveria ser feita de acordo com as fases de desenvolvimento do plano de urbanização; as necessidades da população a servir (presentes e futuras); o número e capacidade dos edifícios e as condições de localização: zonas servidas, distâncias, percursos, áreas de influência admissíveis (CSOP, Parecer do Ante-projecto do Plano de Urbanização e Expansão da Cidade de Braga, 1945; CSOP, Antepiano de Urbanização da Cidade de Faro, 1946; CSOP, Antepiano de Urbanização de Lagos, 1957). Para tal, applicava-se a percentagem de crianças em idade escolar (da localidade) ao número de habitantes e chegava-se ao número de salas de aula necessário (Xavier e Pimentel, 1950; Aguiar, 1949).

Nos planos de urbanização, as previsões do Plano dos Centenários deviam ser respeitadas podendo, no entanto, ser reforçadas³³ quando justificado: “deverá especificar a localização das instalações de interesse público (...) e de ensino primário, se os houver previstos no Plano dos Centenários ou reforçando as respectivas previsões, pois os novos edifícios, situados no extremo S.O. do aglomerado ficam a quase 1.500 m dos limites deste pelo Norte e Nascente” (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Tavira, 1949: 20). As escolas eram muitas vezes distribuídas segundo áreas de influência muito inferiores ao máximo permitido no Plano dos Centenários (3 Km), com raios próximos do valor máximo recomendado por Gröer, 500 metros ou 10 minutos a pé (Gröer, 1940). Por exemplo, no Anteprojecto de Urbanização de Braga (1944) foram considerados raios de 400-500 metros para escolas de 4 salas e de 200 -300 metros para escolas de 1 ou 2 salas; no Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de

32 Portaria n.º 15:760, de 9 de Março de 1956.

33 As escolas previstas no Plano dos Centenários por vezes não tinham salas de aula em número suficiente para as necessidades da população.

Matosinhos (1944), 400-500 metros; e nos Ante-planos de Urbanização de Évora (1947) e de Beja (1947), 400 metros. Na prática o CSOP defendia a descentralização e a proximidade das escolas às habitações a servir: “Pelo que diz respeito à escola primária, verifica-se que a sua posição é central quanto ao conjunto do aglomerado, visto que o raio do seu “círculo de frequência escolar” não excede 500 m. (...) deveria ponderar-se se seria preferível a concentração que resulta de aumentar o edifício de 4 salas, acrescentando-lhe mais 5, ou antes a disseminação de escolas pelas diferentes áreas do aglomerado.” O CSOP defendia esta última solução pela maior comodidade e porque a exiguidade do terreno apenas permitia aumentar o edifício da escola primária em altura, com os inconvenientes que daí resultariam (CSOP, Parecer do Plano de Loures, 1960: 27).

Para o CSOP as escolas deveriam ser integradas num centro social, o elemento principal da unidade de vizinhança, com funções de educação, cultura física e comunitárias. Mais tarde podiam ser acrescentadas outras instalações, de acordo com os requisitos da unidade de vizinhança (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Évora, 1947). A escola devia ser alcançada sem o atravessamento de grandes artérias e isolada das vias de trânsito (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização da Costa da Caparica, 1948), os seus acessos não deviam dar para vias de grande trânsito (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização das Caldas da Rainha, 1953: 30).

Por questões pedagógicas, higiénicas e morais, na localização das escolas primárias devia ter-se especial atenção ao seu afastamento de certas vizinhanças. Com esta preocupação, o Decreto n.º 13:337 de 25 de Março de 1927, tinha determinado que os locais destinados à construção de edifícios escolares deviam ficar afastados pelo menos 10 metros das edificações fronteiras, a 500 metros dos cemitérios e o mais longe possível de vizinhanças consideradas perigosas, incómodas, insalubres ou inconvenientes (indústrias, quarteis, matadouros, mercados, etc.), que eram proibidas num raio de 200 metros dos edifícios escolares³⁴. Todavia, a dificuldade na aplicação do decreto às escolas do Plano dos Centenários, por motivos de ordem urbana e de localização, e a alteração dos pressupostos de ordem higiénica levaram à sua substituição, em 1949, pelo DL n.º 37:575. Diminuiu-se a distância das escolas ao cemitério para 200 metros e admitia-se distâncias inferiores (aos cemitérios e às instalações insalubres) quando condições topográficas, regime dos ventos locais ou as

³⁴ Decreto n.º 13:337, de 25 de Março de 1927.

características das instalações o justificassem. As construções envolventes deviam ficar distanciadas do edifício escolar uma vez e meia a sua altura e no mínimo 12 metros³⁵.

A partir da década de 60 o espaço escolar é reformulado a vários níveis (espacial, tipológico, construtivo, educativo), influenciado pela experiência inglesa, pela OCDE e pela UIA (Alegre, 2009). A Carta das Construções Escolares da UIA (1960), vai constituir uma referência em diversos países, nomeadamente em Portugal. A Carta realçou a necessidade de articular um plano de actuação escolar com o planeamento do território; de inserir a escola, como elemento capital nos planos de urbanização, em unidades de vizinhança; a importância de estudos demográficos de evolução da população para a avaliação das necessidades escolares; e definiu critérios para a distribuição, localização e implantação dos edifícios escolares. Para que as escolas pudessem exercer a sua influência educativa, defendia a sua disseminação no espaço urbano, em oposição à sua concentração e ao aumento do número de alunos por edifício. A implantação das escolas primárias devia ser determinada em função do seu número e de dois princípios: a) o número de alunos admissível numa só escola (de acordo com as necessidades pedagógicas e higiénicas) condiciona a sua dimensão; b) a distância a percorrer condiciona a separação entre escolas (UIA, 1960).

A escola primária devia ter uma área máxima de influência de 4 Km e uma área de terreno de 20 m² por aluno, ou seja para 1000 alunos repartidos num raio de 4 km, era necessária uma área de terreno de 20.000 m² repartida em duas (para escolas de 15 turmas cada uma). A escolha dos terrenos devia ter em conta o bem estar das crianças: boa orientação das construções em relação ao sol, chuva e ventos dominantes; existência de vegetação; protecção contra todo o elemento molesto (ruídos, fumo, poeira, etc.); acessos sem perigos derivados da circulação; lugar agradável pelas suas vistas. A topografia do terreno e a natureza do subsolo deviam permitir uma construção económica (UIA, 1960).

O DL n.º 42:994, de 28 de Maio 1960, que remodelou o ensino primário, obrigou à actualização das construções escolares e foram dadas orientações no sentido da adopção de soluções de maior rapidez construtiva e economia, para ultrapassar as dificuldades de execução do Plano dos Centenários³⁶. Para desenvolver estudos nesse

35 DL n.º 37:575, de 8 de Outubro de 1949.

36 Lei n.º 2107, de 5 de Abril de 1961.

sentido foi pedido apoio à OCDE e criado o Grupo de Trabalho sobre Construções Escolares (GTSCE) no MOP, com a colaboração do MEN e sob a orientação do consultor Guy Oddie.

A JCETS (substituindo a JAEES) centralizou, a partir de 1934, o planeamento do ensino liceal e técnico, incluindo a escolha dos terrenos³⁷. Entre 1938 e fim dos anos 60 foram realizados dois Planos de construção de liceus, destinados principalmente às capitais de distrito: o ‘Plano de 38’³⁸, executado entre 1938 e 1952, e o ‘Plano de 58’³⁹, entre 1958 e 1969. O primeiro, destinado a substituir os liceus instalados em situação precária⁴⁰, enquadrou-se na reforma do ensino liceal de 1936 que seguiu a política de contenção da frequência dos liceus, da qual faziam parte, entre outras medidas, a fixação da lotação máxima para os liceus a nível nacional e as «zonas geográficas de influência pedagógica» dos liceus⁴¹(Barroso, 1995).

O decreto que promulgou a reforma do ensino liceal de 1936⁴², fixou em 600, o número-limite total de turmas para todo o País; a capacidade máxima para o Liceu (23 turmas); e o número máximo de alunos por turma (25 a 35 alunos). A lotação para cada liceu tinha por base a frequência escolar média dos últimos três anos, reajustada de 3 em 3 anos, e a sua zona de influência era variável em função dos objectivos da educação e da comodidade das populações. A programação dos novos edifícios liceais era, portanto, determinada segundo as lotações “desejadas” pelo governo e não pela procura; deste modo, quando inaugurados estavam superlotados (Barroso, 1995). A lotação mínima era a do projecto-tipo com menor número de salas e a área de terreno a aconselhada pela JCETS para cada projecto-tipo.

O “Plano de 58” previa a ampliação e construção de liceus. A lotação máxima dos liceus foi aumentada para 24 salas de aula⁴³e o número máximo de alunos por sala de aula para 36 alunos.

37 DL n.º 24:337, de 10 de Agosto de 1934.

38 DL n.º 28:604, de 21 de Abril de 1938.

39 DL n.º 41:572, de 28 de Março de 1958.

40 DL n.º 28:604, 21 de Abril de 1938.

41 A zona geográfica de influência pedagógica do liceu visava regular a distribuição dos alunos pelos diferentes liceus, de modo a conseguir uma redistribuição mais racional dos alunos e ao mesmo tempo permitia encaminhar parte dos alunos para as escolas técnicas ou ensino privado (Nóvoa, 2003). Era fixada por decreto onde se definiam os concelhos e as freguesias que abrangia.

42 DL n.º 27084, de 14 de outubro de 1936.

43 O DL n.º 41:572, de 28 de Maio de 1958, que aprovou o Plano de construção de novos liceus.

O projecto-tipo elaborado em 1958, sob a designação de projecto “Mercúrio” (aplicado no Liceu Rainha D. Leonor e no Liceu Padre António Vieira, ambos no Bairro de Alvalade) incluía dois programas para turmas de 36 alunos: escolas de 1200 alunos (16 salas de aula) e escolas de 800 alunos (12 salas de aula) com possibilidade de ampliação para 1200 alunos. Não tinha interesse a criação de programas para um menor número de alunos dada a elevada área ocupada pelas instalações gerais em relação à área das salas de aula. O terreno para estas escolas não devia ter uma área inferior a 20.000 m² e o seu relevo não devia exceder 10% de inclinação (CSOP, Parecer do Estudo de Normalização dos Projectos das Escolas Industriais e Comerciais, 1960). Em 1964, no âmbito do Projecto Regional do Mediterrâneo (OCDE), foi realizado um novo projecto-tipo para 1200 alunos, sob princípios semelhantes aos utilizados no projecto-tipo P3 para as escolas primárias. Neste projecto, foi proposta uma simbiose entre escola e comunidade, tornando a escola um “Centro Cívico” (a sua zona central polivalente), um foco de expansão cultural onde as comunidades vizinhas, os pequenos clubes, grémios e associações podiam efectuar as suas cerimónias, reuniões, necessidades desportivas, culturais e educativas, fora do horário lectivo, utilizando os seus campos de jogos, ginásio, pavilhões gimnodesportivos, biblioteca, museu, espaços para reuniões, etc. (Brandão, 1967).

Em 1947 foi aprovado o Plano de Construção de Escolas Técnicas⁴⁴, que expandiu a oferta deste ensino até 1958 (Gaspar et al, 2005). Enquadrou-se na reforma do ensino técnico⁴⁵ e na política de contenção do ensino liceal, que passou a ser feita através da orientação deliberada do fluxo de alunos saídos do ensino primário para o ensino técnico (Barroso, 1995). A reforma comportou a reorganização das escolas, instalando as existentes em edifícios próprios e estendendo a sua construção a outras localidades⁴⁶, com prioridade para as que fossem construídas em cooperação com outras entidades⁴⁷. A lotação máxima para as escolas técnicas elementares e profissionais foi definida em 30 turmas⁴⁸. O número mínimo e máximo de alunos para o ensino profissional era, segundo as “Normas para as instalações escolares do Ensino Técnico profissional”, de 30 a 36 alunos por sala de aula. Estas normas estabeleciam ainda a conveniência de prever uma fácil ampliação das escolas com menos de 1000 alunos sem

44 DL n.º 36:356, de 19 de Junho de 1947.

45 Lei n.º 2:025, de 19 de Julho de 1947.

46 DL n.º 36:409, de 11 de Julho de 1947.

47 DL n.º 37: 028, de 25 de Agosto de 1948.

48 DL n.º 36: 409, de 11 de Julho de 1947.

recorrer ao aumento do número de pisos. O número de alunos para as escolas técnicas elementares devia atender aos “princípios gerais do programa-tipo para a construção das escolas técnicas elementares”, ou seja 30 a 35 alunos por sala de aula (CSOP, Parecer Relativo ao Anteprojecto da Escola Técnica Elementar Ramalho Ortigão a construir no Porto, 1953).

Por forma a acelerar o desenvolvimento da rede de escolas técnicas, simplificaram-se e normalizaram-se os projectos (Gaspar et al, 2005). Foram elaborados novos projectos-tipo pela JCETS, adaptáveis a terrenos com características diversas (topográficas, de orientação, arruamentos de acesso). O projecto-tipo para as escolas técnicas elementares (1947), aplicado, pela primeira vez, na Escola Elementar Eugénio dos Santos, no Bairro de Alvalade, destinava-se aos maiores centros urbanos (Lisboa e Porto) quando o ciclo preparatório de uma escola profissional excedesse os 600 alunos, por forma a descongestionar os edifícios existentes e aproximar a escola da habitação do aluno⁴⁹. Noutras localidades, não se justificava a criação de edifícios independentes para este grau de ensino, pois a aquisição de terrenos bem localizados para dois edifícios tornava-se dispendiosa e relativamente difícil, e não sendo boa a sua localização, não facilitariam, como se desejava, o acesso à escola⁵⁰. O projecto, com uma capacidade de 30 turmas, exigia uma superfície mínima de terreno de 10.000 m², com um relevo não muito pronunciado (JCETS, 1947).

O liceu foi planeado como elemento estruturante da malha urbana e, segundo Marques (2003), constituía um pólo dominante de desenvolvimento urbano e um lugar privilegiado: visual, social e cultural. Segundo Nóvoa citado por Alegre (2009), os liceus marcavam simbolicamente um determinado território e desempenhavam um papel importante na renovação urbanística (abertura de novas avenidas, expansão urbana), sendo este aspecto fundamental para entender a sua importância social. No entanto, segundo Alegre (2009), o carácter simbólico e representativo do liceu do “Plano de 38” perdeu-se no “Plano de 58”. Com a expansão do ensino liceal, no início dos anos 60, os valores demográficos e quantitativos da organização do espaço escolar foram sujeitos a investigações, e teve-se maior atenção às preocupações económicas através de estudos de projectos-tipo normalizados.

49 DL n.º 36:409, 11 de Julho de 1947.

50 DL n.º 38:277, 31 de Maio de 1951.

O liceu foi localizado em função de três factores fundamentais: 1) a decisão de instalar o liceu em edifício próprio, segundo as normas do programa elaborado pela JCETS, nas quais se incluíam os princípios higienistas; 2) a intenção de regular o crescimento dos aglomerados urbanos através do planeamento urbanístico; 3) o “espírito” que presidia à valorização e protecção dos edifícios públicos, exigindo uma inserção urbanística privilegiada (Marques, 2003).

Podemos considerar que o liceu e a escola técnica obedeceram a alguns princípios gerais comuns na sua localização, ao cruzarmos os relatórios de trabalho da JCETS, alguns projectos de arquitectura, pareceres de planos de urbanização e as “Normas para as instalações dos liceus e escolas do ensino profissional nas províncias ultramarinas”, que se basearam na experiência e nas normas internas da JCETS (GUU, 1956). Estas escolas deviam servir com comodidade as populações, numa posição central dentro da sua zona de influência directa, e atender à expansão urbana e ao afluxo de alunos provenientes de outras zonas. Deviam ter facilidade de acessos, estacionamento e serventia directa de transportes colectivos (eléctricos, autocarros, futuro metropolitano). Simultaneamente deviam ficar inseridas em zonas calmas, fora da proximidade imediata de artérias de circulação intensa e, preferencialmente, em continuidade com espaços verdes públicos. Questões de ordem higiénica, funcional, etc., exigiam terrenos afastados de áreas industriais, comerciais e de outras vizinhanças incómodas ou incompatíveis (cadeias, hospitais, etc.). Quando fosse considerado mais do que um estabelecimento, por motivos relacionados com a diferenciação de ensino ou separação de sexos, e não pela necessidade de servir zonas distintas do aglomerado urbano, era desejável o seu agrupamento num centro escolar, para poderem partilhar instalações (auditório, salões de festas, campos desportivos, etc.)⁵¹(GUU, 1956). A proximidade de espaços desportivos era importante e a implantação das escolas obedecia ao princípio fundamental de completar cada estabelecimento de ensino com um terreno livre para as actividades desportivas dos alunos. Por exemplo, no Plano de Urbanização de Beja a escola industrial foi localizada próximo do estádio, que já servia os alunos do liceu e os do seminário (Autor citado por CSOP, Parecer do Plano de Urbanização de Beja: revisão, 1957).

51 Por exemplo, a Escola Técnica Elementar Gomes Teixeira, no Porto, foi localizada ao pé da escola profissional oferecendo a oportunidade de partilharem o corpo de educação física (CSOP, Projecto de construção do novo edifício da escola técnica elementar Gomes Teixeira, no Porto, 1950).

As dimensões dos terrenos deviam possibilitar o necessário desafogo e afastamento das construções envolventes; a ampliação dos edifícios e a sua implantação com a orientação mais conveniente (geometria rectangular com o lado maior de dimensão suficiente para receber a fachada principal e orientado a nascente-poente). Os terrenos deviam ter boa insolação e exposição a sul, ser protegidos dos ventos e não apresentar relevo irregular ou inclinação muito acentuada, com a consequente dificuldade e custo de implantação. Terrenos pantanosos, de aterro recente, com falhas ou outros acidentes geológicos não eram aceitáveis (GUU, 1956).

O liceu era construído em novas áreas de expansão das cidades, abrangidas por planos de urbanização que eram concebidos para valorizar a sua presença (preocupação mantida no respectivo projecto de arquitectura). Nestes, o liceu assumia uma centralidade em associação com a simetria da sua composição, a entrada alinhada com a avenida principal do plano, a elevação do edifício em relação à cota da rua de acesso vencida por amplas escadarias, o recuo do seu edifício e a delimitação do seu terreno por gradeamentos (Moreira citado por Marques, 2003).

A intensão de criar efeitos cenográficos levou a que muitos deles fossem implantados a um nível elevado relativamente à via pública (Marques, 2003) e em locais com boas panorâmicas: “O espaço reservado ao novo liceu, fixa-se nos terrenos altos, e bem expostos, (...), junto ao núcleo urbano mais povoado, e podendo, pelas características panorâmicas do local, constituir um óptimo elemento de dignificação arquitectónica da cidade” (Rezende e Ricca, 1947: 105). A proximidade a espaços verdes valorizava o enquadramento do liceu: “A ideia expressa no plano de urbanização consiste na “formação de um todo”, Liceu e Parque, (...) embora esteja previsto um arruamento de pequenas dimensões que os separa e uma vedação ligeira que fixa os limites da área pertencente ao Liceu. (...), constitui só por si uma moldura de grande atracção” (Autor citado por CSOP, Parecer do Anteprojecto do novo liceu de Setúbal, 1942: 2).

A escola técnica seguiu a mesma relação do liceu com o espaço público (Pisco, 2005). O seu arranjo urbanístico era um factor de valorização dos aglomerados e era implantada para obter a melhor valorização representativa e o aproveitamento das suas possibilidades como órgão urbano de atracção de novas construções para a área circundante (CSOP, Parecer do Arranjo Urbanístico Envolvente da Escola Técnica da

Póvoa de Varzim, 1961). A sua inserção urbana privilegiou as boas panorâmicas e a visibilidade, e a sua construção obedeceu ao partido concebido pelo urbanista (remate condigno de uma avenida projectada, grandes escadarias de acesso à frente principal sugeridas no plano de urbanização, etc.).

5.2.2. *Assistência e saúde*

O período compreendido entre 1945 e 1971 correspondeu a uma fase de reorganização da assistência social, que teve como principal referência a Lei n.º 1998, de 15 de Maio de 1944, que instituiu os seus princípios orientadores. Segundo este diploma, cabia principalmente às Misericórdias, Associações Eclesiásticas, Federação de Caixas de Previdência e instituições particulares assegurar esses serviços, com ou sem participações do Estado ou das autarquias, e ao Estado competia um papel supletivo, orientador, fiscalizador e de fomento das iniciativas privadas. A nova orgânica dos serviços de assistência social (serviços de saúde e assistência) teve como principais objectivos criar melhores condições para a realização e coordenação de todas as iniciativas, privadas e públicas, evitando a dispersão e duplicação de esforços, e alargar as funções de assistência paliativa e curativa à preventiva, considerada fundamental⁵².

Foram elaborados “Planos de Organização Assistencial” a nível concelhio, que visaram racionalizar a distribuição dos equipamentos: os concelhos eram divididos em zonas assistenciais (com um número variável de freguesias) delimitadas em função da geografia local - características naturais, vias de comunicação, etc.-, cada uma com um centro de assistência social responsável pela coordenação dos serviços social, de protecção à maternidade e à infância (Subsecretariado de Estado da Assistência Social, 1945).

Em Lisboa, o diploma que promulgou a reorganização dos serviços da Misericórdia de Lisboa, em 1942, propôs a descentralização territorial (e a centralização administrativa) de alguns serviços: “É de manifesta vantagem aproximar do domicílio o socorro à maternidade e à primeira infância por meio de consultas pré-natais, creches-lactários, jardins infantis e dispensários de pediatria”. Defendia a hospitalização apenas quando necessário, por razões económicas, higiénicas e morais⁵³. Dentro desta

52 DL n.º 35:108, 7 de Novembro de 1945.

53 DL n.º 32:255, 12 Setembro de 1942.

orientação, em 1945, foi proposto um plano de organização de assistência infantil para Lisboa⁵⁴. Fez-se um inquérito por freguesias, uma planta com a localização das instituições particulares e públicas existentes e estimou-se as necessidades de cada zona assistencial em que foi dividida a cidade. Deduzidos os respectivos déficits e excedentes, propôs-se o esquema geral de organização: escolheram-se as modalidades de assistência e procedeu-se ao cálculo das suas capacidades teóricas necessárias. Por fim, foram distribuídas e localizadas as várias instituições. Nas zonas (oriental, centro, ocidental, duas zonas a norte) com um mínimo de 10.000 a 12.000 famílias pobres⁵⁵ foi criado um centro de assistência social coordenador, que concentrava os serviços da especialidade dispendiosos (farmácia, laboratório e aparelhagem elétrica). Para uma assistência mais próxima das mães existiam os postos de assistência: os dispensários materno-infantis, que eram normalmente dotados de cantina, abrigo maternal, dispensário de pediatria, dispensário para adultos, posto farmacêutico, lactário e creche⁵⁶ (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa [SCML], 1943). O dimensionamento destes núcleos assistenciais dependia do cálculo da capacidade das seus diferentes serviços (Homem, 1945)

Em regime de acordo de cooperação com a Misericórdia de Lisboa, mas com autonomia, eram criados «Centro Sociais» nos bairros Municipais (Ajuda, Encarnação, Penha de França e S. João, Sta Isabel, etc.), um serviço social dirigido a crianças, adolescentes e adultos. Entre as suas actividades comunitárias, organizavam e mantinham colónias, campos de férias e actividades ao ar livre, desenvolviam a convivência da população, apoiavam a ocupação dos tempos livres e fomentavam a realização de actividades culturais e de valorização⁵⁷(SCML, 1962).

A educação pré-escolar tinha sido abolida do sistema educativo público em 1937, porque a percentagem de crianças que frequentava este grau de ensino não justificava os custos e considerava-se dever das mães cuidar dos filhos em casa. Até 1970, estes serviços eram essencialmente de natureza solidária operada por redes de

54 Da autoria de Francisco Fernandes Homem, vogal e secretário da Comissão Instaladora de Instituto Maternal.

55 A zona norte (que incluía a freguesia do Campo Grande) com 4000 famílias pobres, não justificava a criação de um centro de assistência social.

56 Em Lisboa existia uma grande carência de creches e jardins de infância.

57 Segundo Moreira (1950), os centros sociais podiam conter consultas pré-natais e de crianças, dispensários, jardins de infância, bibliotecas, etc., e a sua criação em conjuntos de habitações económicas era comum em vários países.

apoio social como as Misericórdias ou entidades de natureza privada (Abrantes, 2000).

Em 1945, não havia elementos ou estudos para determinar a frequência das creches em relação à população. As determinantes das necessidades eram muito variáveis: modo de vida das mães, intensidade dos vínculos familiares, pobreza do meio, industrialização e percentagem de mulheres a trabalhar. Na proposta do Plano de Organização da Assistência Infantil de Lisboa, as necessidades de creches e de jardins de infância⁵⁸tiveram em conta o número de famílias pobres para o cálculo do número de crianças. Nesta altura a localização das creches estava associada às zonas onde as mães trabalhavam e, por isso, às áreas mais industrializadas da cidade (Homem, 1945). Segundo Silva e Silva (1944: 83): “Este estabelecimento de assistência às crianças pobres, filhas de operários” devia “ficar perto ou dentro da área industrial, em local tranquilo, arborizado e protegido dos ventos predominantes.”

A partir do final dos anos 50 os planos de urbanização começaram a prever com maior frequência jardins de infância e creches, e a indicar os seus critérios de dimensionamento. É o caso do Plano Parcial de Loures que considerou para cada célula um jardim de infância com uma população escolar igual à das escolas primárias (CSOP, Parecer de Loures: Plano parcial, 1959), e do Anteplano de Urbanização de Estremoz que indicou no mínimo uma creche por célula (com 20 a 30 crianças) e jardins de infância (com 60 crianças no máximo) para uma percentagem de população escolar igual à das escolas primárias (CSOP, Parecer do Anteplano de Urbanização de Estremoz, 1962).

Os jardins de infância não deviam ter uma localização excêntrica no aglomerado. Para o CSOP essa situação só era admissível se a Câmara dispusesse de uma viatura que transportasse as crianças. Seria “preferível aumentar o número de escolas desta natureza, por forma a reduzir os percursos que os seus pequenos alunos tenham de fazer a pé” (CSOP, Parecer do Plano de Loures, 1960: 26). Jardins de infância e creches eram diversas vezes localizados junto de parques públicos ou áreas verdes (Silva; Silva, 1944; CSOP, Parecer do Anteplano de Urbanização da Cidade das Caldas da Rainha, 1953; CSOP, Parecer do Anteplano de Urbanização de Espinho, 1954).

58 As creches destinavam-se a crianças amamentadas pelas mães; as creches-lactários a abrigar as crianças até aos 3 anos inclusive, e os jardins de infância destinavam-se a crianças dos 3 anos até à idade escolar (Homem, 1945).

No sector da saúde, as Misericórdias tinham um lugar de relevo e geriam grande parte das instituições hospitalares; os serviços públicos incluíam essencialmente a prevenção e os hospitais gerais e especializados (localizados principalmente nos grandes centros urbanos); os serviços privados eram dirigidos a estratos sociais mais elevados (Baganha et al, 2008); e os serviços médico-sociais⁵⁹, da Federação de Caixa de Previdência (FCP), serviam os seus beneficiários (trabalhadores e suas famílias) no tratamento da doença, não incluindo o internamento e a cirurgia. Os serviços médico-sociais eram assegurados por postos clínicos⁶⁰, sempre que o número de beneficiários o justificasse, e nos outros casos por consultórios médicos. Podiam ainda ser prestados noutros estabelecimentos e instituições de assistência ou no domicílio quando a doença o justificasse. Em zonas de importância industrial ou comercial asseguravam alguns serviços especializados⁶¹.

Em 1946 foram promulgadas as bases da organização hospitalar, e o País foi organizado em zonas, regiões e sub-regiões em função da área de influência de cada estabelecimento hospitalar, tendo em conta as necessidades e hábitos da população, a densidade populacional, a situação geográfica e os meios de comunicação. Cada zona devia assegurar os seguintes serviços de assistência hospitalar: hospitais centrais, regionais e sub-regionais (da responsabilidade das Misericórdias); hospitais especializados (doenças infectocontagiosas, etc.); postos de consulta e socorros (consulta externa e tratamento, principalmente nos meios rurais); centros de convalescença e readaptação; hospícios; brigadas móveis de assistência e socorro (para doentes que se encontrassem a grandes distâncias dos hospitais). Estes estabelecimentos deviam ser construídos de acordo com o plano de construções a definir pelo governo, as circunstâncias especiais das respectivas áreas de influência, o aumento presumível da população num período de 25 anos e a existência de outros estabelecimentos da mesma índole⁶². A Comissão de Construções Hospitalares (CCH) tinha a responsabilidade de escolher os terrenos, organizar e fornecer os seus programas incluindo as capacidades.

A capacidade dos hospitais era calculada de acordo com o diploma que promulgou as bases da organização hospitalar, que fixava o número máximo de camas

59 Para evitar a sobreposição do âmbito das caixas de previdência (profissionais, de actividade e de empresa) que originava a multiplicação de serviços clínicos, foi criada a Federação dos Serviços Médico-Sociais (DL n.º 35611, de 25 de Abril de 1946).

60 Estes serviços foram criados em Olivais sul.

61 Decreto n.º 37:762, de 24 Fevereiro de 1950.

62 Lei n.º 2011, de 2 de Abril de 1946.

por categoria (centrais, regionais e sub-regionais), ajustado às circunstâncias locais⁶³. Os hospitais deviam ser integrados no conjunto de instituições destinadas a prestar assistência da mesma índole, e não como peças isoladas destinadas a uma única função. Nos planos de urbanização eram delimitadas zonas hospitalares que podiam conter vários tipos de estabelecimentos hospitalares e permitir a sua futura expansão, centralizando os serviços de saúde num local bem situado e protegido: hospital, pavilhão de isolamento, dispensários⁶⁴, centro de puericultura, asilos, maternidades, etc..

Os hospitais não deviam ficar localizados no interior de áreas residenciais, pela impossibilidade do seu desafogo e ampliação, e dificuldade de acessos (CSOP, Parecer do Plano de Urbanização da Costa da Caparica, 1948); nem demasiado afastados dos centros populacionais, pois se este afastamento sob o ponto de vista de internamento não era grave, em relação aos seus serviços externos, era incómodo e prejudicial à população. Assim, o CSOP aconselhava que a zona hospitalar fosse localizada mais perto do centro urbano, com as condições de isolamento necessárias (CSOP, Parecer do Plano de Urbanização da Cidade de Tomar, 1945). Os hospitais deviam ficar isolados por zonas verdes de protecção e afastados dos arruamentos de grande tráfego e de certas vizinhanças (escolas, etc.), em terrenos desafogados, com boa exposição solar e fraco pendor.

5. 2. 3. *Desporto e recreação*

No período do Estado Novo, o desporto estava organizado em sectores: o sector escolar (excepto o universitário) era dirigido pela Mocidade Portuguesa, o sector corporativo, pela FNAT, e o sector federado pelos clubes desportivos. Cabia à Direcção Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar (DGEFDSE)⁶⁵superintender, orientar e fiscalizar as actividades do desporto no País; levantar e manter actualizada a Carta Desportiva do País; estudar de acordo com as Câmaras Municipais a melhor maneira de desenvolver o gosto desportivo nas sedes de concelho e freguesias⁶⁶e apresentar pareceres relativos à construção/ampliação de instalações desportivas, sua integração nos planos de urbanização e dimensões dos terrenos (Actividades desportivas, 1942/1963).

63 Idem.

64 Os dispensários de assistência aos tuberculosos destinavam-se a educar e a averiguar a existência da doença, vigiavam os suspeitos de tuberculose e forneciam assistência.

65 Criada pelo DL n.º 32:241 de 5 de Setembro de 1942, substituindo a Direcção-Geral de Saúde Escolar.

66 Decreto n.º 32:946, de 3 de Agosto de 1943.

Nos anos 40, o Governo empreendeu uma obra de auxílio à construção de núcleos desportivos em todos os distritos, desde a mais importante cidade à mais modesta freguesia (Carvalho, 1950) e, com algum atraso em relação à generalidade dos países, propôs-se a estimular a construção de piscinas para o revigoramento físico da juventude e como atractivo turístico (Veiga da Silva, 1947). O favorecimento do amadorismo mais consentâneo com os princípios da educação física é, no entanto, substituído em meados da década de 50 pelo futebol profissional, que passa ser a única modalidade realmente praticada em todo o País (Rosas e Brito, 1996). São construídos vários estádios da iniciativa do Estado e dos Clubes, mas logo no início dos anos 60 é retomada uma política orientada para o desenvolvimento de actividades gimno-desportivas que leva à execução de um Plano de Fomento de Educação Física e dos Desportos, de forma a hierarquizar as necessidades numa perspectiva de interesse nacional e a racionalizar os capitais destinados a subsidiar a construção de novas instalações “sóbrias e funcionais”. É criado o Fundo de Fomento do Desporto no MEN, para promover o seu desenvolvimento, proceder ao levantamento da Carta Gimno-desportiva do País e manter actualizadas a inventariação e classificação das instalações gimno-desportivas, públicas e privadas⁶⁷.

Nos planos de urbanização, os equipamentos desportivos localizavam-se nas zonas desportivas (centros desportivos) e nas zonas de espaços livres públicos, afastados de certas vizinhanças incompatíveis (cadeias, etc.).

Segundo o CSOP o centro desportivo não devia ocupar vastas áreas no centro da cidade que poderiam ser aproveitadas para zonas residenciais (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Aveiro, 1952), nem ficar demasiado excêntrico em relação à população a servir (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Guimarães, 1952). Por outro lado, não devia comprometer a futura expansão da cidade (CSOP, Parecer do Projecto de construção de um estádio na Horta, 1943). A sua ligação directa às vias de grande circulação, com acessos amplos e independentes, era um requisito a ter em conta (CSOP, Parecer do Plano de Urbanização da Costa da Caparica, 1948). As modalidades desportivas do centro desportivo - campos de jogos de futebol; pistas de atletismo; ringue de patinagem; campos de ténis; pavilhão de desportos; piscina, etc. - deviam ser integradas, de forma dispersa, num parque público no extremo do território urbano, mas a curta distância do mesmo para o seu acesso cómodo, e nunca

67 DL n.º 46: 449, de 23 Julho de 1965.

concentradas num espaço limitado e cercado por vedações formando um recinto fechado (CSOP, Parecer relativo à Construção do estádio municipal de Guimarães, 1962), pois o centro desportivo devia ter a aparência de um despretensoso parque, onde vários recintos de desporto podiam ser facilmente utilizados, e nunca o aspecto de um estádio (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Torres Vedras, 1949).

Segundo Veiga da Silva (1947), as piscinas deviam destinar-se prioritariamente aos centros populacionais mais importantes e ficar perto dos bairros mais populosos. Nos anos 50, o CSOP reforçou esta ideia no seu parecer ao “Projecto da Piscina Municipal de Lisboa a construir no Centro de Desportos”: “Não há objecções a fazer (...) se certo é, como se promete, que outras piscinas se construirão noutras zonas de Lisboa. Isso atenuará os defeitos de excentricidade que poderiam apontar-se ao local escolhido, que fica excessivamente afastado de algumas áreas populosas da cidade.” Referia ainda que seria difícil encontrar terrenos mais centrais como os do Campo Grande, com “tão boa exposição, de tão fáceis e cómodos acessos e de topografia e geologia tão favoráveis.” (CSOP, Parecer relativo à Construção de uma piscina municipal, em Lisboa, 1954: 20).

A existência de um estádio ou de “um campo de jogos regional”, não devia implicar a supressão de terrenos de desporto disseminados pela cidade para os concentrar nesses equipamentos (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Santarém, 1948). O CSOP recomendava evitar reduzir-se os espaços livres na zona central da cidade e na sua proximidade, e defendia a sua integração nas novas zonas residenciais com campos desportivos de utilização local (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização da Guarda, 1951). A ideia sempre presente era assegurar às populações, espaços efectivos de recreio, bem distribuídos e apropriados à prática de desporto (CSOP, Parecer do Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora, 1962). Nas áreas urbanas estruturadas segundo unidades de vizinhança, o CSOP aconselhava a localização dos principais espaços livres, entre células, “servindo simultaneamente células vizinhas e podendo desta forma atingir dimensões mais consideráveis dentro da capitação prefixada.” (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Évora, 1947: 68-69). A DGEFDSE defendia a localização dos campos de jogos junto das escolas, pois beneficiavam a própria escola pela possibilidade da sua utilização pelos alunos (Actividades desportivas, 1942-1963).

5. 2. 4. *Equipamentos cívicos e comerciais*

A partir de 1934, os Planos de Urbanização passaram a projectar uma nova imagem de cidade, na qual a referência ao centro cívico era frequente, organizando o seu espaço para receber obras de carácter oficial. Era uma estrutura sócio-económica importante, à qual cabia impulsionar zonas de expansão e consolidar os centros urbanos existentes (Da Silva, 2010: 45 -46). Constituía um espaço para “a conveniente” centralização dos edifícios públicos ou de interesse público e um factor de valorização dos aglomerados. Nele eram localizados o tribunal, Paços do Concelho, CTT e Agência da Caixa Geral de Depósitos, mas também o museu, biblioteca, bombeiros, posto médico, consultórios médicos, cine-teatro, cinema, Igreja, etc.. Devia ser central em relação à área a urbanizar, ficar relativamente perto dos transportes, mas isolado em relação à circulação automóvel através de zonas pedonais:

“a constituição de um centro cívico com acentuadas funções de comércio e convívio, em posição central (...), devidamente liberto da circulação automóvel, deverá ser objecto de cuidada atenção por parte do urbanista, dando-lhe (...) a expressão de conforto necessária para que tal centro cívico constitua um motivo de valorização da vila” (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização do Seixal, 1966: 29).

Os edifícios públicos, geralmente, organizados à volta de uma praça ou jardim, deviam ser posicionados em correspondência à finalidade e importância de cada um, de modo a valorizar o centro cívico e a permitir a sua construção faseada, de acordo com as necessidades e atendendo aos recursos dos Municípios (Parecer do Antepiano de Urbanização da Batalha, 1951; CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização do Seixal 1966).

Para além dos centros cívicos principais eram criados centros cívicos locais que podiam compreender Igreja, sala de reuniões, lojas, etc. (CSOP, Parecer do Plano de Arranjo e Urbanização da Cidade de Coimbra, 1945; CSOP, Parecer do Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora, 1962) e também deviam estar libertos da circulação automóvel: “Criam-se outros centros de interesse local em torno de praças de onde se procurou segregar a circulação automóvel, destinando-se-lhe arruamentos e estacionamento (...) vizinhos. Trata-se de um princípio salutar que deverá ser

desenvolvido” (CSOP, Parecer do Plano do Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora, 1962: 72).”

As Igrejas eram normalmente localizadas no centro cívico (principal ou local), ou em contacto com ele, e deviam ser facilmente acessíveis às populações, a distâncias razoáveis (CSOP, Parecer de Loures: Plano parcial, 1959). Por vezes eram incluídas num centro religioso (Igreja, educação religiosa, recreio para os paroquianos) e à sua volta instalavam-se creches e escolas. O seu enquadramento adequado devia ser garantido, com espaços verdes e algum isolamento, mesmo quando localizadas no centro cívico. A sua distribuição nos planos de urbanização estava dependente dos Planos das Dioceses para as Igrejas (CSOP, Parecer do Plano de Urbanização da freguesia da Amadora, 1962).

De acordo com o critério exposto por Atanásio (1959), no texto “Arte Moderna e Arte da Igreja” publicado pelo Centro de Estudos de Urbanismo em 1959, a Igreja paroquial devia responder às necessidades da unidade de vizinhança e permitir ao sacerdote um contacto próximo com os paroquianos (800 a 1500 paroquianos por sacerdote), ou seja servir no máximo 5000 almas (com 3 ou 4 padres). Segundo Atanásio (1959: 105) a Igreja moderna devia servir todas as classes sociais, mas sem um posicionamento dominante no espaço urbano, pois os seu edifício não conseguia rivalizar os edifícios modernos (apenas no meio rural). “Modernamente” a Igreja devia “inspirar recolhimento e abrigo à gente fatigada das cidades”, localizando-se muito perto do coração das cidades, mas num lugar calmo, no meio de espaços verdes ou cercada por um muro. No moderno bairro residencial devia ficar no seu centro (reservado à vida dos peões), com uma área de influência máxima de 20 minutos a pé, num ponto de reunião e passagem dos paroquianos, com acesso fácil e atraente, e defendida do tráfego e da indústria: “Enquadrar a igreja, centro da paróquia, no coração dos bairros, «não é só pensar na facilidade de acesso, menor distância, presença do sacerdote, etc.», é adaptá-la à psicologia dos bairros e quarteirões.” (Atanásio, 1959: 108).

As novas zona residenciais (unidade de vizinhança, bairro) deviam ser dotadas de um centro comercial local (zona comercial), onde podiam ser instaladas lojas, mercados, salas de reunião, cinemas, etc., cabendo aos planos de urbanização indicar a orientação seguida para a sua localização (CSOP, Parecer do Ante-projecto de

Urbanização e de Expansão da Cidade de Braga, 1945; CSOP, Parecer do Plano Regulador da Cidade do Porto, 1954). O centro comercial local devia satisfazer exigências de inserção urbana: não ficar descentrado em relação à unidade residencial (DGSU, Informação sobre o Plano Parcial Casas de Renda Económica de Ramalde, 1950); ter facilidades de acesso e comodidade para os compradores e vendedores; não se situar nas vias de tráfego intenso, nem no seu cruzamento, mas junto a vias de trânsito local (CSOP, Parecer do Ante-projecto do Plano de Urbanização e Expansão da Cidade de Braga, 1945). O CSOP considerava excessivos percursos superiores a 1Km, entre habitações e zona comercial local (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Leiria, 1949: 39).

Os mercados eram equipamentos importantes, sendo os Municípios os principais responsáveis pela sua construção. Segundo os pareceres do CSOP aos planos de urbanização, deviam atender aos princípios definidos pelo MOPC no “Inquérito sôbre matadouros e mercados das capitais dos distritos administrativos”⁶⁸, que definiu o mercado como um recinto pertencente à Câmara Municipal, fechado e coberto, que expõe à venda diariamente géneros frescos e outros produtos para alimentação da população citadina. Os mercados deviam assegurar o conforto e higiene e localizar-se no interior das cidades, de preferência em lugares centrais e acessíveis à população a servir (excepto os mercados periódicos que deviam ficar fora da povoação ou, pelo menos, muito afastados da sua parte central). Os grandes aglomerados deveriam ser divididos em zonas, cada uma com um mercado.

Nos planos de urbanização, o CSOP exigia que a área de terreno para o mercado tivesse relação com o quantitativo da população a servir, incluindo o seu aumento, apontando para o seu dimensionamento, $1m^2/5hab.$ ⁶⁹(CSOP, Parecer do Anteprojecto de construção do novo mercado municipal da cidade da Guarda, 1953). A área a reservar devia ainda garantir estacionamento para os veículos dos utentes e dos vendedores (CSOP, Parecer relativo a Aveiro: Projecto dum mercado municipal, 1938; CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Lagos, 1957; CSOP, Parecer de Loures: Plano parcial, 1959).

A inserção urbana dos mercados devia ser adequada à sua função e ao seu papel

68 Texto publicado no Suplemento do Diário do Governo n.º 127, II série, de 3 de Junho de 1935.

69 Valor idêntico ($1m^2/4 hab.$) foi indicado pela DGSU em 1972 (ST-PC, 1972).

de representatividade na malha urbana (como remate de vias principais, etc.) (CSOP, Parecer do Plano de Urbanização da Costa da Caparica, 1948: 75). Deviam situar-se de preferência no centro geométrico da sua zona de influência, junto ou em ligação com as zonas comerciais, afastados das artérias de penetração ou de grande movimento, das escolas (CSOP, Parecer do Ante-projecto de Urbanização da Cidade de Portalegre, 1945; CSOP, Parecer do Plano de Urbanização de Leiria, 1949: 42; CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização de Gondomar, 1948) e de outros equipamentos que deviam “situar-se em locais perfeitamente independentes dos previstos para serviços de finalidade tão diversa como são os do mercado” (Junta de Freguesia, postos de polícia, etc.) (CSOP, Parecer do Projecto de construção do mercado municipal de Paço de Arcos, 1946: 25). Os terrenos deviam ser planos, convenientes do ponto de vista da higiene e salubridade (boa insolação, protecção dos ventos dominantes de Inverno, etc.) e ter uma natureza que permitisse a sua construção a um custo não excessivo.

6. Equipamentos e Planos “Integrados”: Normas

A partir de 1968, existiram alterações nos modelos de planeamento do território. O III Plano de Fomento (1968-1973) defendeu uma actuação conjugada dos sectores da habitação e do urbanismo, que permitiria obter terrenos bem localizados para a construção do equipamento urbano elementar, e a proximidade de escolas, espaços livres, locais de trabalho e transportes, aspecto que considerou tão importante como as características das habitações (Presidência do Conselho, 1968b). Estas orientações viriam a ser enriquecidas no “Colóquio sobre Política de Habitação”, promovido pelo MOP em Junho de 1969 (FFH, 1970), no qual foi proposta a reorganização da política habitacional numa perspectiva de desenvolvimento integrado: «trabalho-habitação-equipamentos». O novo conceito urbano de “habitação” devia reunir condições que garantissem a “segurança urbana”, nomeadamente a acessibilidade em tempo e custo a empregos, escolas, abastecimento diário e serviços públicos, através da sua proximidade física ou de sistemas de transportes eficientes e suportáveis pelos rendimentos (MOP, 1969). No domínio da execução coordenada de equipamento urbano foi proposta no referido “Colóquio sobre Política de Habitação” a superação do conceito de «obras públicas», “por demais ligado à exclusiva preocupação com a construção de edifícios independentes – independentes do estabelecimento de prioridades para a distribuição dos investimentos e para a formação de operações integradas” (MOP, 1969: 83).

Inicia-se um processo de racionalização das acções desenvolvidas pelos vários departamentos da administração central responsáveis pela instalação de equipamentos, com vista a obter uma maior eficiência. A orgânica do MOP sofre alterações a partir de 1969: algumas das comissões e delegações da DGEMN são integradas em novos organismos, dedicados a campos específicos, criados na dependência directa do MOP. A Direcção-Geral das Construções Escolares⁷⁰(DGCE) centralizou (no GEP) o estudo e planeamento das construções escolares de todos os níveis de ensino (primário, secundário e universitário); a Direcção-Geral das Construções Hospitalares⁷¹(DGCH) foi criada com vista a ampliar e modernizar a rede hospitalar nacional, reunindo num só organismo todas as funções do MOP no sector da saúde (integrou as atribuições da CCH). Para pôr em prática a nova política habitacional⁷²(integrada com o urbanismo), os serviços dispersos com competências em matéria de habitação foram concentrados no Fundo de Fomento da Habitação, criado no MOP em 1969 (Fundo de Fomento da Habitação [FFH], 1970).

A nova política de ordenamento do território definida no III Plano de Fomento pretendia harmonizar o crescimento à escala regional dotando a população com os equipamentos socio-económicos mínimos, concentrados e a distâncias razoáveis. Em 1972, foi lançado um estudo pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, através da DGSU, que realizou a primeira compilação e sistematização de normas pertencentes a diferentes sectores responsáveis pela programação dos equipamentos urbanos, com a cooperação de vários departamentos interessados (Nogueira Pinto, 1972): FFH, GEPAE⁷³, MSA, MCPS, etc..

O objectivo era estabelecer critérios uniformizados de dimensionamento e localização dos equipamentos urbanos, em função da sua natureza, projecção espacial e frequência de utilização, de acordo com a nova hierarquização do território (equipamentos de nível local, urbano e regional), e definir o equipamento mínimo indispensável aos vários centros urbanos (e rurais) em função do número de habitantes: 5000 a 10.000; 10.000 a 20.000; 20.000 a 50.000 habitantes (ST-PC, 1972). Esta

70 Criada pelo DL n.º 49:169, de 5 de Agosto de 1969.

71 Criada pelo DL n.º 130/71, de 6 de Abril.

72 Na política habitacional pretendia-se que a criação de categorias habitacionais evitasse efeitos segregacionistas entre classes socio-económicas, seguindo a política anterior.

73 O Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa (DL n.º 46156, de 16 de Janeiro de 1965) procedia ao estudo e esclarecimento dos problemas educacionais em termos de documentação, investigação e informação.

iniciativa representou um importante passo, mas continuou a faltar um quadro geral de referência orientador da programação dos equipamentos colectivos até a mesma linha de trabalho ser retomada em 1977 (Centro de Estudos de Planeamento, 1978).

No período final do Estado Novo começa-se a delegar progressivamente para a autonomia local a responsabilidade sobre muitas obras públicas e a equacionar a participação de empresas públicas (por exemplo, a EPUL), ou de sociedades mistas, nas operações urbanísticas, como solução capaz de conciliar harmonicamente os interesses sociais (Alarcão, 1972).

6. 1. Planos de urbanização

A nova política de urbanismo e de habitação atribuiu aos planos de urbanização características de maior flexibilidade e a obrigação da sua inserção no contexto regional e nacional. Os PGU respeitantes às sedes de concelho deviam ser completados com planos de ordenamento concelhio, de modo a racionalizar a localização dos principais equipamentos públicos ou de interesse geral e o traçado da rede rodoviária. A realização de planos de pormenor (PP) deveria ser incrementada, por forma a disciplinar a iniciativa privada (Nogueira Pinto, 1972). Os planos de urbanização passam a ser regulamentados pelo DL n.º 560/71, de 17 de Dezembro, que lhes conferiu um carácter mais geral, menos rígido, e estabeleceu a sua hierarquização clara: Plano Geral de Urbanização, Plano Geral de Urbanização de Área Territorial, Plano Parcial de Urbanização e Plano de Pormenor⁷⁴.

Segundo o Decreto n.º 561/71, de 17 de Dezembro, que definiu o conteúdo dos planos de urbanização, os PGU e os PPU deviam indicar a localização dos principais equipamentos públicos ou de interesse geral e as respectivas áreas de terreno em função da população; os PP deviam indicar a localização dos equipamentos à respectiva escala⁷⁵.

O novo enquadramento legal surge já num ambiente crítico à Carta de Atenas, iniciado a partir dos anos 60. O modelo da unidade de vizinhança e a sua aplicação como receita tinham sido debatidos e criticados, nomeadamente por Nuno Portas, no “Colóquio sobre urbanismo” realizado em 1961 (MOP, 1961), e no fim dos anos 60

74 DL n.º 560/71, de 17 de Dezembro.

75 Decreto n.º 561/71, de 17 de Dezembro.

começaram a surgir críticas contra a prática imponderada do zonamento: “Hoje, porque todos os valores e princípios estão postos em causa, porque é exigida, a todos, coragem para criticar e rever preconceitos e situações estabelecidas, não podia deixar de também ocupar o banco dos réus a prática do zonamento. E está a ser julgada!”. A tendência era a substituição da rigidez por disposições maleáveis, que facilitassem “a vivificação dos locais e a relação de actividades complementares, repudiando a segregação de funções segundo esquemas (...), não adaptados à complexidade das situações reais, e optando por situações mais abertas, enriquecidas pela variedade das suas facetas e pela estreita interligação das diferentes actividades” (Costa Lobo, 1969: 31-32).

Segundo as orientações da nova política habitacional, a actuação do FFH devia ser realizada através de “Planos Integrados” (Nogueira Pinto, 1972). Assim, no início dos anos 70 aparecem algumas realizações numa perspectiva de planeamento integrado: os Planos Integrados de Almada e de Setúbal da autoria do FFH; os Planos do Bairro do Restelo⁷⁶(1971/1972) e do Bairro de Telheiras (1974) realizados pela EPUL. Segundo o FFH (1986: 3), os planos integrados representavam um significativo avanço, pois os seus objectivos e métodos de intervenção globalizantes propiciavam “uma ocupação e gestão territoriais integradoras e articuladoras de usos distintos e complementares – habitação, equipamentos, espaços verdes”, conferindo maior consistência e coerência ao espaço urbano.

O FFH (1978: 26) defendia a aproximação e interpenetração das diversas funções “numa estrutura aberta de relações, tipo “semi-retícula” por oposição à conformação de uma malha fechada e hierarquizada de funções de uma estrutura em «árvore»⁷⁷. Altera-se a relação dos equipamentos com o espaço urbano: a estrutura composta pelos equipamentos devia interligar áreas afectas a diferentes usos e ser coerente no seu todo. Os equipamentos foram classificados em função da sua área de influência e frequência de utilização: 1) *básicos*, com um raio de influência de 300 a 400 metros (5 a 10 minutos a pé) situados em áreas homogéneas correspondentes ao bairro; 2) *especiais*, com um raio de influência de menos de meia hora de transporte, servindo um conjunto de bairros e estabelecendo a sua relação; 3) *excepcionais*, com uma área de influência concordante com a cidade (FFH, 1978).

76 Da autoria de Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e João Paciência.

77 Estrutura de cidade baseada na unidade de vizinhança.

6.2. Equipamentos

6.2.1. Ensino

Um dos principais objectivos do III Plano de Fomento (1968-73) foi a generalização do ensino, incluindo o incremento da frequência dos graus de ensino não obrigatórios, através do alargamento da rede escolar estudada no conjunto dos vários graus e ramos de ensino (público e particular). Assim, para fazer face à carência de instalações escolares, propôs a definição de uma tipologia de equipamento educacional dentro de uma óptica de equipamento social rentável e polivalente (Presidência do Conselho, 1968a). A reforma do sistema educativo de 1973 consagrou a democratização do ensino, prolongou a escolaridade obrigatória de 6 para 8 anos e integrou a educação pré-escolar no sistema educativo, prevendo a sua progressiva generalização através da conjugação de esforços públicos e privados, cabendo ao MEN definir as normas a que devia subordinar-se. Em relação ao ensino secundário, o diploma que promulgou a reforma referia a possibilidade de integrar este grau de ensino em unidades de dimensão ou de âmbito maiores, de associar unidades de ensino público e particular e de criar serviços comuns a estes dois tipos de ensino⁷⁸.

Em 1969, a DGCE integrou os organismos responsáveis pelos vários níveis de ensino e a orientação passou a ser no sentido da distribuição escolar ser realizada em simultâneo nos vários escalões de ensino (Gonçalves et al, 1972). Na sua dependência foi criado, em 1971, o “Grupo de Trabalho Planos de Urbanização” (GTPU), com representantes do GEPAE, para analisar os equipamentos de educação nos planos de urbanização submetidos à sua apreciação. O GTPU dava pareceres e orientações, utilizando como base as normas homologadas em 1971 por despacho ministerial: a norma provisória “Edifícios e terrenos para escolas primárias” (GEP, 1971a) e as “Normas sobre construções escolares. Designação urbanística dos terrenos escolares” (GEP, 1971b), que a completaram com critérios de dimensionamento, de localização e características físicas dos terrenos, de forma a orientar os intervenientes na previsão das necessidades em terrenos escolares.

A escola devia estender-se ao desenvolvimento social, como centro de formação cultural da localidade que servia, possibilitando o seu uso pelos adultos para reuniões,

⁷⁸ Lei nº 5/73, de 25 de Julho.

curtos, conferências, projecção de filmes, etc., devendo a sala polivalente ser pensada para esse fim (GEP, 1971a). A rede escolar devia “constituir uma rede equilibrada, servindo o melhor possível as populações dentro de critérios de conforto-distância, mas também sujeita a padrões de viabilidade relacionados com a dimensão dos estabelecimentos” (GTPU, Informação sobre a “Urbanização e loteamento de um terreno sito no lugar de Aldeia, freguesia de Valadares – Vila Nova de Gaia”, 1974: 2).

Os diversos graus de ensino (jardins de infância, escolas primárias, escolas secundárias) deviam ser considerados nos planos urbanísticos, se possível agrupados para permitir uma maior flexibilidade na resposta à evolução educacional, bem como beneficiar das vantagens inerentes à concentração dos equipamentos, nomeadamente a maior facilidade no transporte de crianças de idades diferentes, a concentração de áreas livres (GTPU, Parecer do Ante-Plano de Urbanização da Vila de Ermezinde, 1971) e vantagens de ordem pedagógica e económica (GTPU, Parecer do Plano Parcial de Urbanização da Zona Desportiva e de Ensino em Vila Nova de Famalicão, 1973). Embora o GTPU apoiasse a junção de estabelecimentos de ensino apresentava reservas quanto a excessivas concentrações mesmo com as vantagens inerentes: integração numa “zona verde”, economias de escala, polivalência do equipamento (GTPU, Parecer do Plano Regulador de Brandoa – Falagueira, 1972).

Os estudos parcelares de urbanização (planos de pormenor, loteamentos, etc.) estavam condicionados à existência de um esquema coordenador actualizado (plano director, etc.), de modo a serem determinadas as necessidades de equipamento a uma escala maior. Esta exigência evitava a dispersão indiscriminada dos equipamentos de base e suas consequências - perda de qualidade, fraca rendibilidade ou inviabilidade da sua manutenção a médio prazo -, com encargos para o País, e permitia que novas expansões da cidade contivessem, não apenas o equipamento que lhes dizia respeito, mas a quota parte do equipamento, geral e carencial, capaz de suprir os desequilíbrios existentes (GTPU, Parecer do Plano Parcial de Urbanização dos terrenos compreendidos entre as Av. João XXI e Salazar e as Ruas Bernardo Sequeira e de Baixo em Braga, 1972; GTPU, Informação sobre a Urbanização e loteamento de um terreno sito no lugar de Aldeia, freguesia de Valadares – Vila Nova de Gaia, 1974).

A programação dos equipamentos escolares passou a obedecer a uma metodologia definida. Após a determinação das áreas de drenagem para cada grau de

ensino, aplicava-se à população de cada uma a percentagem do grupo etário respectivo e a taxa de escolaridade fixada pelo MEN, para cada grau de ensino. Obtia-se assim a população a escolarizar num prazo de 20 anos e o número de lugares de ensino a criar na área em estudo; em seguida eram propostos o dimensionamento e a localização genérica do equipamento escolar, de forma a servir o melhor possível a população. O dimensionamento era efectuado de acordo com as necessidades detectadas e as lotações permitidas, considerando sempre a relação custo-benefício e a distância escola-habitação, analisada tendo em conta os transportes. A localização das escolas devia ser central em relação à população escolar, garantir uma relação funcional com os transportes públicos existentes ou projectados e, quando possível, a proximidade do equipamento social (GEP, 1971b). Esta proximidade permitia a eventual utilização polivalente do equipamento e um melhor aproveitamento dos transportes (Gonçalves et al, 1972). As escolas deviam ficar afastadas de locais excessivamente ruidosos (vias de caminho de ferro, aeródromos, etc.) (GEP, 1971b) e os seus acessos não deviam dar para vias de trânsito rápido: “lembramos que se tem evitado nas escolas localizar as entradas principais perto dos arruamentos de maior movimento por razões compreensíveis de segurança. Tem-se provado de boa prática diluir as grandes concentrações de alunos, sobretudo à saída, em locais (...) abrigados do tráfego.” (DGAE citada por DGCE, Parecer do Programa Base e Estudo Prévio da Escola Secundária dos Olivais, 1974: 18). Por fim, devia ser verificada a viabilidade da localização genérica dos equipamentos através da análise pormenorizada das condições de implantação: orientação, configuração, topografia, subsolo, altura das construções envolventes. Interessavam terrenos com boa orientação (não eram aceitáveis orientações a norte), boas condições micro-climáticas (boa exposição solar, etc.), inclinações e irregularidades não muito acentuadas.

Embora a educação pré-escolar não estivesse oficializada, no começo dos anos 70 tornou-se obrigatório prever jardins de infância nos planos de urbanização (GTPU, Parecer do Equipamento Escolar do Conjunto de Casas Económicas de Agualva-Cacém-Sintra, 1974). Contudo, até à sua integração no sistema de educação pública em 1973⁷⁹, a programação dos jardins de infância variou em função dos vários Ministérios responsáveis (MEN, MSA e MCPS). No próprio MEN, existiram diferentes critérios de planeamento para os jardins de infância. O GEP (1971b) definiu para os jardins de

79 No entanto o ME apenas assumiu a responsabilidade por este grau de ensino em 1974.

infância: área máxima de influência (300 metros); lotação mínima (60 alunos), preferencial (120 alunos) e máxima (180 alunos, apenas em casos excepcionais) e respectivas áreas de terreno (1020 m², 2040 m², 3060 m²). Já o GEPAE (MEN) considerava para os jardins de infância uma área máxima de influência de 2 Km nas áreas urbanas, uma capacidade mínima de 15 alunos, e preferencial de 60 alunos (ST-PC, 1972).

Para as escolas primárias tinham sido publicadas, em 1965, as “Normas para a Construção de Edifícios para o Ensino Primário Elementar” elaboradas pelo Grupo de Trabalho Sobre Construções Escolares (GTSCE), criado no MOP, no âmbito do apoio técnico e económico da OCDE (GEP, 1970). Estas normas introduziram alterações aos critérios até aí adoptados: aumentaram a lotação máxima das escolas primárias de 320 para 480 alunos, aumentaram a área dos terrenos para cada lotação (estabelecidas nas instruções de 1956) e diminuíram a distância máxima da habitação à escola para 600 metros (GTSCE, 1965).

As normas do GEP (1971b) introduziram ligeiras alterações às normas do GTSCE, mas mantiveram o número de alunos por sala de aula (40 alunos), as áreas de terreno e a distância de 600 metros a pé entre escola-habitação, pois o GEP considerava excessiva a distância máxima fixada pelo Plano dos Centenários (3 Km), atendendo à idade das crianças e à dificuldade e perigo de alguns percursos (GEP, 1970). No caso dos alunos se deslocarem por outros meios, a distância não devia exceder 2 Km. A lotação máxima das escolas nas áreas urbanas mais densas (Lisboa e Porto) foi aumentada de 480 para 720⁸⁰ alunos e impôs-se uma lotação mínima de 160 alunos por escola (GEP, 1971b), pelas desvantagens económico-pedagógicas do funcionamento de unidades de pequena dimensão (GTPU, Parecer do Ante-Plano de Urbanização da Vila de Constância, 1972).

Na localização da escola primária manteve-se a preocupação do seu afastamento a vizinhanças incompatíveis: do centro cívico com implicações de trânsito (CSOP, Parecer do Antepiano de Urbanização da Maia: Aditamento, 1972), de instalações militares (GTPU, Parecer do Ante-plano Director Sectorial de Oeiras, 1974), etc., continuando em vigor, com ligeiras alterações, o DL n.º 37:575 de 1949 relativo a

80 A lotação preferencial era de 480 alunos e as lotações de 160, 240, e 320 alunos destinavam-se a zonas de baixa densidade ou a pequenos núcleos isolados (GEP, 1971b).

distâncias das escolas a cemitérios, instalações insalubres, etc.. Continuavam também a ser aplicados à escola primária princípios modernistas: ligação directa com zonas verdes (CSOP, Parecer do Plano Director de Beja: esboçeto, 1972); localização da escola como prolongamento da habitação e restrição da área de recrutamento em função de percursos razoáveis, reduzindo os inconvenientes de circulação mecânica; critério que segundo o CSOP devia ser reforçado nos futuros planos de pormenor com circuitos exclusivamente pedonais, para segurança dos alunos (CSOP, Parecer do Plano Geral de Urbanização de Espinho, 1973).

Foi concebido um novo projecto-tipo, designado por P3, para dar resposta à orientação de acelerar a construção do número de escolas primárias utilizando estruturas pré-fabricadas, mas sem descurar a integração no meio local⁸¹, e ao desajustamento dos projectos-tipo existentes: razões pedagógicas, técnicas e económicas recomendavam grupos escolares de maiores dimensões; a sua capacidade máxima (320 alunos) era insuficiente para cobrir as necessidades, principalmente nas zonas de grande densidade populacional como Lisboa e Porto (onde se recorria a projectos especiais) e a sua integração urbanística era difícil, pois tinham fraca adaptabilidade ao local obrigando a dispendiosas terraplanagens e a articulação da orientação da suas fachadas principais com os acessos era difícil, devido à escassez de terrenos (GEP, 1970).

O projecto-tipo P3 era flexível: a sua composição em vários volumes adaptava-se a terrenos com inclinações maiores (5% a 10%) e com configurações além da rectangular, diminuindo os condicionamentos à escolha dos terrenos, e os seus espaços adaptáveis a outras funções, permitiam uma melhor resposta às evoluções e a possibilidade de ministrar outros tipos de ensino. Por outro lado, aumentava a rendabilidade do edifício escolar com a sua utilização pela comunidade, fora do período de aulas, para actividades educativas, culturais e desportivas (GEP, 1970). No entanto, o novo projecto-tipo não respondeu às questões da implantação topográfica e da integração urbanística, tornando-se usual, até meados dos anos 80, a construção de escolas «pavilhonadas» afastadas dos restantes edifícios da cidade (pois exigiam áreas maiores) e cercadas por altas vedações (Freire, 1980).

Segundo o GTPU, a área de observação do equipamento destinado ao ensino secundário devia ser o aglomerado urbano. A criação de escolas secundárias só se

81 DL n.º 299/70, de 17 de Junho.

justificava a partir de uma determinada população base: sede de Conselho ou mais de 2000 habitantes para o 1º ciclo, e sede de Conselho ou mais de 6000 habitantes para 2º ciclo. O GEP (1971b) fixou distâncias máximas a percorrer a pé, de 1 km para o 1º ciclo e de 2 Km para o 2º ciclo, considerados apenas os percursos pedestres sem obstáculos ou barreiras naturais intransponíveis; e em transportes rodoviários, de 3 e 4 km respectivamente. A área de influência das escolas do 2º ciclo podia abranger populações que estavam a 60 minutos da escola de comboio.

As lotações mínimas, máximas e preferenciais e respectivas áreas de terreno eram: 1) para o 1º ciclo min. 320 alunos (8000 m²); máx. 960 alunos (24.000 m²), preferencial 640 alunos (16.000 m²); 2) para o 2º ciclo, mín. 800 alunos (24.000 m²), máx. 1200 alunos (36.000 m²), preferencial 1000 alunos (30.000 m²) (GEP, 1971b). Quando a população escolar do 2º ciclo variasse entre 1300 e 1600 alunos deveriam ser criadas duas escolas de 800 alunos.

Para responder às novas bases pedagógicas (integração do ciclo preparatório no ensino secundário, substituindo o 1º ciclo dos ensinos liceal e técnico, com a consequente reestruturação do ensino secundário) e aos aspectos quantitativos e económicos, a JCETS realizou novos projectos-tipo normalizados para os liceus e escolas preparatórias do ensino secundário, para lotações de 30 e 40 turmas de acordo com o III Plano de Fomento (30 a 40 turmas no máximo). Estes projectos-tipo eram mais flexíveis (como o projecto-tipo P3) e podiam ajustar-se a vários tipos de terrenos (topografia, configuração, orientação; etc.) e aos locais de entrada (Matos, 1968).

Apesar da sua estrutura pavilhonar, o CSOP recomendava que se tivesse em atenção ao seu enquadramento vegetal e à composição do conjunto, na sua integração urbana (CSOP, 1968). No entanto, a concepção do edifício liceal, menos uniforme e menos formal, e o seu afastamento dos centros urbanos e das malhas consolidadas, acabaram por reforçar a perda da sua função simbólica (Alegre, 2009). A generalização do ensino teve como consequência a alteração da relação da escola com a cidade: deixaram de estar articuladas do ponto de vista urbanístico e a escola perdeu o papel simbólico que teve durante anos (Pisco, 2005).

6.2.2. *Assistência e saúde*

Em 1971, a lei orgânica do MSA reorganizou os serviços de saúde e reconheceu

o direito a qualquer cidadão à prestação de cuidados de saúde⁸². Tendo como critério a maior e mais funcional cobertura médico-sanitária e assistencial do País, integrou ao nível local todas as actividades do sector⁸³ nos centros de saúde, que deviam funcionar em articulação com os hospitais (Secretariado Técnico da Presidência do Conselho [ST-PC], 1972). O planeamento passa a dar uma maior atenção às prioridades locais em detrimento da perspectiva de actuação nacional até aí adoptada. Os cuidados de saúde passam a ser prestados pelos hospitais, centros de saúde e serviços médico-sociais (transferidos para a Secretaria de Estado da Saúde em 1974) (Carreira, 1979).

A DGCH sucede à CCH em 1971, cabendo-lhe o estudo, projecto, construção e ampliação dos estabelecimentos hospitalares públicos (ou de índole idêntica), de acordo com os planos e programas do MSA. Os hospitais regionais passam a estar condicionados à elaboração de planos hospitalares regionais, e a sua lotação passa a ser calculada em função da população assistida, frequência hospitalar, demora média de internamento, índice de ocupação de leitos e outros elementos de interesse⁸⁴. Mantiveram-se as categorias quanto à área geográfica de influência – hospitais centrais⁸⁵, regionais e sub-regionais -, subdividindo os regionais e sub-regionais em subcategorias em função do número de camas⁸⁶. O hospital sub-regional (na sede de concelho) devia, sempre que possível, ser anexo ao respectivo centro de saúde concelhio (ST-PC, 1972).

Segundo o MSA, a localização do hospital devia ter em conta os seguintes condicionantes: clima e topografia; acessos; vizinhança. O primeiro exigia uma orografia apropriada, terrenos não expostos aos ventos dominantes, lugares soalheiros, microclima isento de humidades. O segundo, bons acessos rodoviários a partir das Estradas Nacionais. O terceiro era um factor importante na decisão da escolha do local, exigindo-se o seu afastamento de zonas de densidade habitacional, áreas industriais, mercados, etc. (CSOP, Parecer relativo à Localização do Hospital Distrital da Guarda, 1972), e terrenos que permitissem o desfogo das instalações em relação às

82 DL n.º 413/71, de 27 de Setembro.

83 Higiene materno-infantil e escolar; profilaxia das doenças evitáveis; saúde mental; enfermagem de saúde pública; triagem e cuidados médicos elementares; serviço social, etc..

84 DL n.º 46:308, de 27 de Abril de 1965.

85 Os hospitais centrais incluíam todas as especialidades médico-cirúrgicas e localizavam-se nas áreas de influência directa dos centros urbanos do nível de Lisboa e Porto ou de nível imediatamente inferior (ST-PC, 1972).

86 Decreto n.º 48:358, de 27 de Abril de 1968.

construções envolventes (CSOP, Parecer relativo ao Anteprojecto do Hospital Regional de Viana do Castelo, 1972).

As valências dos centros de saúde podiam ser, ou não, reunidas no mesmo equipamento e aumentadas ou reduzidas (contração ou expansão de actividades e pessoal), obtendo-se dimensões adequadas à medida que as necessidades o exigissem. Devia existir pelo menos um centro de saúde distrital (na capital de distrito) e admitia-se a existência de mais do que um centro de saúde nas principais áreas metropolitanas (Lisboa e Porto). A área de influência do centro de saúde distrital era o concelho sede de distrito e o apoio aos centros de saúde concelhios. Para servir cada concelho devia existir pelo menos um centro de saúde, localizado na sua sede. Para além dos centros de saúde (distritais e concelhios), podiam existir postos de saúde na sua dependência, que serviam bairros, grupos de freguesias ou freguesias, quando a necessidade o exigisse, tendo em conta as características e número dos habitantes, a área urbana, as vias de comunicação locais e as necessidades populacionais em matéria de saúde e de assistência. A população base necessária para a criação do posto de saúde era de 10.000 habitantes e o seu raio de acção máximo correspondia a uma hora em transporte público. Os dispensários seriam integrados progressivamente nos centros de saúde, mas, enquanto não o fossem, devia atender-se à sua previsão (ST-PC, 1972).

Os postos clínicos, dos serviços médico-sociais da Federação de Caixas de Previdência e Abono de Família, eram criados sempre que existissem pelo menos 3000 utentes (beneficiários e familiares) e a sua localização devia suplementar outras unidades médico-assistenciais a excessiva distância. O seu dimensionamento tinha em conta diversas variáveis: número e características da população abrangida (sexo, idade, etc.), existente e previsível, número de consultas por serviço, melhor localização dos meios auxiliares à zona, etc.. Quando grande parte dos beneficiários estivesse concentrada no centro urbano, e ponderadas as possibilidades de transporte, podia existir apenas um posto clínico com todas as especialidades; pelo contrário, se os beneficiários se encontrassem dispersos seria localizado um posto com todas as especialidades na área central e postos de clínica geral e de determinadas especialidades nas zonas periféricas (ST-PC, 1972).

O III Plano de Fomento (1968-73) deu prioridade à protecção materno-infantil, sendo um dos seus objectivos a criação de creches e jardins de infância com a

colaboração, sempre que possível, dos serviços de Previdência (Presidência do Conselho, 1968b). Neste sentido, o MSA previa a criação de creches e jardins de infância enquanto não fizessem parte da política do MEN (ST-PC, 1972) e, em 1969, pela primeira vez em Portugal, propôs-se a proceder ao planeamento de creches ao nível do País, dando prioridade aos centros urbanos com mais de 10.000 habitantes (e às suas periferias), em função de vários indicadores (de urbanização, população feminina activa, etc.) (Giraldes, 1969). Segundo as orientações do MSA, as creches⁸⁷deviam ser instaladas ao nível da freguesia, ou grupos de freguesias, junto dos locais de residência (quarteirões, freguesias ou bairros). A sua capacidade podia variar entre 40 a 50 lugares por cada 10.000 habitantes, ou preferivelmente, 500 lugares por cada 1000 mulheres activas profissionalmente. Os jardins de infância⁸⁸deviam ser em número igual ao das creches, com uma lotação igual ou superior, e a sua implantação devia seguir a das escolas primárias. Ao contrário, o MCPS⁸⁹fixava para os infantários e centros de educação infantil uma capacidade entre 60 a 80 crianças, de modo a serem rentáveis, sendo o seu dimensionamento aferido em função do número de crianças, do número de operários e de mulheres empregadas (ST-PC, 1972).

Em 1973, o MSA e o MCPS tentaram definir normas conjuntas para a instalação e funcionamento de infantários⁹⁰e jardins de infância, de forma a garantir que estes equipamentos, de iniciativa pública ou particular, fossem submetidos a uma unidade de planeamento e execução. A capacidade máxima aconselhada, sob o ponto de vista pedagógico, funcional, de rentabilidade económica e de gestão, era de 50 crianças para o infantário e de 100 crianças para o jardim de infância. Os dois níveis de ensino deviam estar ligados para aumentar a rentabilidade dos equipamentos e evitar mudanças na transição desaconselháveis pedagogicamente, e ser localizados em áreas residenciais, integrados com os equipamentos sócio-culturais, junto a parques ou jardins para favorecer a sua integração urbana. Para a unidade formada pelos dois graus de ensino eram exigidas áreas mínimas de terreno de 4000 m² ou de 2000 m², conforme os edificios tivessem um ou dois pisos. A escolha dos terrenos devia ter em conta: a configuração geométrica (regular); topografia (terrenos pouco declivosos, sem barreiras, valas ou precipícios); segurança (afastados de rodovias com tráfego intenso, de estações

87 Destinadas a crianças com menos de 3 anos cujas mães não podiam cuidar.

88 Destinados a crianças dos 3 aos 6 anos.

89 Através do Instituto de Obras Sociais que substituiu em 1971 a Federação de Caixas de Previdência – Obras Sociais criada pela Portaria n.º 17967, de 23 de Setembro de 1960.

90 Destinados a crianças dos 2 meses aos 3 anos.

de caminho de ferro, de matadouros); orientação e salubridade (áreas com boa insolação, abrigadas dos ventos, não sujeitas a inundações e com baixos índices de poluição, ruídos, maus cheiros); facilidades de acesso viário; existência de boas panorâmicas e desafogo envolvente (Comissão Permanente Interministerial Para o Desenvolvimento Social [PIDS], 1973).

No que diz respeito à população idosa, os asilos passaram nos anos 50/60 à designação de lares como consequência da necessidade de melhorar as suas condições de acolhimento. No fim dos anos 60 surgiram as primeiras valências de centro de dia, consistindo num equipamento, entre o domicílio e o internamento, que assegurava a prestação de serviços aos idosos - satisfação das necessidades básicas; apoio psicossocial; relações interpessoais - evitando o seu isolamento e, ao mesmo tempo, permitindo a sua manutenção no meio familiar (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2009). A previsão do aumento de pessoas idosas, a progressiva modificação das estruturas familiares e a dificuldade de criar lares em número suficiente tornaram necessário o desenvolvimento destes serviços, que também deviam funcionar como estruturas de convívio e ocupação. Segundo o MSA, os centros de dia deviam ser instalados nos centros urbanos com uma população idosa que o justificasse. Nos principais centros urbanos deviam ser distribuídos ao nível das freguesias. O seu dimensionamento dependia da percentagem de população idosa, do seu nível económico e do número de lugares disponíveis em lares de idosos. Podiam funcionar em edifícios próprios ou noutros equipamentos, do MSA ou de instituições privadas. Em relação aos lares, o MSA defendia a multiplicação de unidades de menor dimensão, com uma capacidade entre 80 a 100 lugares, em substituição de poucas de maior dimensão. Os lares deviam ser implantados, em função da distribuição etária local, na proximidade de creches, escolas, bibliotecas e jardins (ST-PC, 1972).

6. 2. 3. *Equipamentos desportivos, recreativos e culturais*

Os Planos de Fomento Gimno-desportivo, da responsabilidade do MEN, definiram objectivos e critérios quanto à natureza, prioridade e localização das instalações gimno-desportivas a construir em todo o País (recintos polivalentes, piscinas, pistas de atletismo, campos de futebol, etc.), em colaboração com o MOP, FNAT, autarquias locais e clubes desportivos. O I Plano de Fomento Gimnodesportivo (1966-1970) teve como princípio a partilha das instalações gimnodesportivas escolares

e não escolares, face à carência das primeiras e dos reduzidos recursos financeiros. As instalações das colectividades seriam utilizadas pelas escolas e por outras entidades locais e as das escolas serviriam as várias entidades locais. O Plano deu primazia aos recintos polivalentes cobertos, em termos de utilização e categorias de utentes, às instalações com maior rendabilidade a curto prazo e às que interessavam a um maior número de pessoas. Pretendia-se beneficiar todos os sectores do desporto tendo como base da polivalência, e do fomento gimnodesportivo nacional, o sector escolar (Ataíde, 1971). Já o II Plano de Fomento Gimnodesportivo (1971-73) deu prioridade à construção de recintos polivalentes (pavilhões gimnodesportivos) e de piscinas, nas capitais de distrito ou aglomerados com mais de 20.000 habitantes (Ataíde, 1971).

Quanto à localização dos equipamentos desportivos, o II Plano de Fomento Gimnodesportivo indicava que as piscinas e pavilhões gimnodesportivos deviam situar-se na proximidade dos estabelecimentos de ensino, para garantir a sua utilização pela população escolar (Ataíde, 1971). O MCPS (FNAT) considerava que: piscinas e tanques de aprendizagem deviam ser agrupados em centros desportivos; os recintos polivalentes localizados em zonas centrais e acessíveis (os descobertos de preferência em zonas verdes)⁹¹e os campos de futebol na periferia do aglomerado, em zonas facilmente acessíveis. A DGSU deu indicações para que todos os parques públicos incluíssem equipamentos recreativos (ST-PC, 1972).

Os equipamentos públicos culturais, em geral, não entraram como prioridade dentro do vasto programa de rede de equipamentos de escala nacional (Da Silva, 2010). Segundo o MEN, responsável pelos equipamentos culturais, os museus e bibliotecas deviam ficar situados na área central do aglomerado e funcionar em coordenação com os estabelecimentos de ensino superior artístico. As associações de artistas plásticos, centros culturais, juventudes e associações, cine-clube, teatro amador, deviam ser inseridos em locais de fácil acesso no centro ou nas zonas de vivência dos aglomerados. No bairro, a pequena sala de cinema devia situar-se na parte central do mesmo e devia existir, pelo menos, uma casa de juventude, uma associação de jovens e um centro de convívio, variando o seu número em função da população jovem (ST-PC, 1972).

91 Após a consagração do direito ao desporto com a Constituição de 1976, em 1978 a Direcção-Geral dos Desportos deu orientações para que os equipamentos desportivos, em especial os para jovens, fossem situados em contacto com os espaços verdes, a 500 metros no máximo das residências, para que todos pudessem alcançá-los facilmente a pé (Direcção-Geral dos Desportos, Manual de construção de instalações desportivas. Lisboa, Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral dos Desportos, 1978)

IV – EQUIPAMENTOS COLECTIVOS EM TRÊS BAIROS DE LISBOA: ALVALADE, OLIVAIIS-SUL E TELHEIRAS-SUL

Como já referido, para uma análise mais detalhada da inter-relação entre planeamento urbanístico e programação de equipamentos colectivos, optou-se por analisar três bairros da cidade de Lisboa consolidados, planeados em períodos distintos, mas sob a atenção particular da administração (central e local). A abordagem seguinte está apoiada em duas leituras: primeiro é feita uma análise do instrumento de planeamento que vigorava na cidade à data do lançamento de cada um dos bairros, por forma a perceber os princípios orientadores a que tiveram de obedecer e o modo como ocorreu a sua integração; depois é apresentada a solução urbanística adoptada em cada bairro e sublinhado o papel aí desempenhado pelos equipamentos colectivos; por fim, procedeu-se a uma análise comparada dos três modelos de ocupação, evidenciando as semelhanças e diferenças e os conceitos de base que permanecem válidos (ainda que por vezes com recurso a outra linguagem) à luz dos princípios da cidade sustentável.

7. Planos Directores de Lisboa (1948, 1959, 1967)

Apesar de não aprovados oficialmente, os três Planos Directores de Lisboa (1948, 1959, 1967), incluíram orientações que foram seguidas nos trabalhos de urbanização da autarquia, definiram as grandes linhas de desenvolvimento da cidade e criaram condições para a aprovação de planos parciais e de pormenor. A continuidade entre os três Planos constituiu um dos aspectos que marcaram o planeamento municipal do período em estudo (Maurício, 2007). O Plano de 1948 enquadrou o sítio de Alvalade como uma das áreas privilegiadas de expansão e reservou as áreas de Telheiras e de Olivais para futuras expansões; o Plano de 1959 enquadrou a urbanização de Olivais e o Plano de 1967 a área habitacional de Telheiras⁹². A análise seguinte baseou-se numa matriz de leitura aplicada aos três Planos, que incidiu em particular na organização e estrutura geral do espaço urbano, nos princípios utilizados no planeamento dos equipamentos e nos critérios específicos aplicados a cada equipamento (escolar, desportivo, etc.).

⁹² O Plano de Alvalade e o Estudo-Base dos Olivais (Norte e Sul) foram desenvolvidos em simultâneo com os Planos Directores de Lisboa.

7.1. Princípios urbanísticos

O Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa (1938-1948), elaborado sob a direcção do urbanista francês Etienne de Gröer, definiu as grandes transformações da cidade para os 25 anos subsequentes (Lôbo, 1995). Através deste Plano e da acção de Duarte Pacheco, iniciou-se um período de gestão municipal da cidade no qual ocorreu a aquisição e expropriação de 1/3 da área total da cidade (Associação dos Arquitectos Portugueses [AAP], 1987).

Para fazer face às carências de oferta habitacional, especialmente para as classes popular e média, descentralizar e descongestionar a cidade, Gröer propôs unidades residenciais, com escolas, mercados, centros cívicos, lojas etc., para as zonas de expansão da cidade (Mesquita, 1952). A unidade residencial, a estudar em plantas de urbanização parciais, foi definida como “uma pequena aglomeração de 10.000 habitantes, que contém nos seus limites todos os elementos urbanos, incluindo a indústria ligeira” (Gröer, 1948: 3). Devia ser separada das outras unidades residenciais por espaços livres e vias de circulação rápida (tipo “Park-Way”), servida por transportes públicos eficientes até ao centro da cidade e livre dos importúrios das grandes indústrias (Gröer, 1948)

O Plano apoiou-se nos princípios da Cidade-Jardim de Howard⁹³ e do Movimento Moderno, sendo ao mesmo tempo coerente com a visão social da época e com a ideologia do regime. O zonamento funcionalista foi utilizado como instrumento urbanístico para combater a desorganização da cidade, rentabilizar as actividades urbanas e isolar os bairros residenciais do barulho, do movimento das partes centrais da cidade e da vizinhança insalubre das fábricas (Gröer, 1948; Camarinhas e Brito, 2007). Os “valores rurais” do regime estiveram presentes no Plano, na preferência pela utilização da casa unifamiliar, nos arranjos exteriores dos bairros (que deviam dispor de 15 ou 20 m² de jardins públicos por habitante) e na aplicação do conceito de unidade de vizinhança ligado a uma miscigenação social, que era uma característica dos bairros tradicionais de Lisboa defendida pelo regime (Janarra, 1994).

Na década de 50 assistiu-se a uma mudança estrutural marcada pela industrialização, pela urbanização e pela terciarização, às quais se juntou nos anos 60, a

93 Um dos principais princípios do Plano era a limitação do desenvolvimento urbano (através de uma cintura rural para protecção das aglomerações vizinhas).

explosão demográfica. Na cidade de Lisboa, a par da remodelação do núcleo urbano consolidado, assistiu-se a uma época de expansão do território (Rosas citado por Maurício, 2007) marcada por vastas operações de ocupação desordenada da periferia, nos terrenos municipalizados por Duarte Pacheco, que levou a graves carências de equipamentos e de espaços livres, em contraste com as urbanizações de iniciativa municipal (Olivais e Chelas).

Em 1954, Guimarães Lobato foi convidado para dirigir o GEU⁹⁴ com o objectivo de rever o Plano de Urbanização de Lisboa (Maurício, 2007). As orientações definidas no Plano Director de Urbanização de Lisboa (PDUL), desenvolvido entre 1954 e 1959, iriam prosseguir “o essencial da ordem urbana que a câmara Municipal de Lisboa fundou a partir de 1938”. O PDUL baseou-se no zonamento do território: dividiu Lisboa em grandes Malhas separadas pelas principais vias de comunicação e divididas em unidades urbanas (habitacionais, industriais, etc). A descentralização da população da cidade seria feita através da criação de novas unidades habitacionais (a caracterizar nos planos parciais), divididas em células, que deviam dispor de espaços livres, escolas primárias, escolas secundárias, mercados, etc. (Gabinete de Estudos de Urbanização [GEU], 1959c), combinar várias categorias habitacionais e conter pequenas unidades artesanais e industriais, para garantir uma vivência integrada dos habitantes e evitar o excessivo movimento pendular das periferias para locais de trabalho. A distribuição equilibrada da população pelas diversas áreas de urbanização foi relacionada com a nova divisão administrativa, por forma a evitar concentrações excessivas, prejudiciais aos habitantes (Lobato, 2004).

A nova divisão administrativa integrada no Plano, deveu-se ao crescimento da cidade e fez coincidir as paróquias com as novas freguesias, delimitadas segundo a mesma lógica do critério urbanístico: deviam corresponder a comunidades com uma população socialmente homogénea e não muito numerosa (13.000 habitantes), ter os serviços públicos mais comuns (Igreja, escolas, etc.) e ser delimitadas por separações naturais (vias férreas, arruamentos de grande circulação automóvel, zonas mortas, acidentes topográficos)⁹⁵.

94 O GEU era um organismo técnico, responsável pelas matérias de planeamento municipal (incluindo a elaboração de estudos de pormenor para a cidade), que simplificava as acções administrativas da Câmara Municipal, e era composto por vários especialistas de formação multidisciplinar (engenheiros, arquitectos e sociólogos, etc.) (Maurício, 2007).

95 DL n.º 42:142, de 7 de Fevereiro de 1959.

Na década de 60 consolida-se a metropolização da cidade de Lisboa. O Plano Director da Região de Lisboa (PDRL), desenvolvido entre 1961 e 1964 pela DGSU, teve como objectivo dar “um enquadramento aos planos locais de urbanização, existentes e futuros, num sistema de conjunto coordenado e orgânico quanto a comunicações, habitação, serviços e zonamento geral” (Azevedo, 1967: 117).

A desactualização do plano de urbanização da cidade e a necessidade da sua integração no PDRL levaram à concepção de um novo Plano, sob a orientação do Arquitecto Francês George Mayer-Heine⁹⁶, que se obrigou a definir, em ligação com o Plano Regional, um programa de desenvolvimento de funções prioritárias (CML, 1967). Concluído em 1966, iniciaram-se os estudos parcelares, cujos princípios eram os da coerência e da identidade relativamente ao plano director, no entanto o Plano apenas foi aprovado em 1976 quando já se encontrava também desactualizado (Maurício, 2007).

O Plano Director da Cidade de Lisboa (1967) dividiu o espaço intersticial da estrutura viária e dos grandes espaços reservados aos principais parques, aos cemitérios e a outros grandes equipamentos públicos, em Unidades de Ordenamento - habitacionais, comerciais e administrativas, e industriais - que definiram em primeira instância o zonamento geral da cidade (CML, 1967). A unidade de ordenamento habitacional (UOH) correspondia a um espaço urbano que devia conter um quantitativo populacional óptimo e uma semi-autonomia que exigia um apetrechamento de nível da cidade elementar (ensino secundário, hospitalar, comercial, etc.) em condições de rendibilidade óptima e capaz de satisfazer as exigências de uma vida completa segundo o conceito de desenvolvimento civilizacional vigente (CML, 1967). Cada unidade podia conter uma população de 30.000 habitantes (em 120 hectares e abrangendo uma ou mais freguesias) e devia ser composta por vários escalões de habitação: bairro residencial (10.000 hab.), célula residencial (5000 hab.), grupo residencial (2500 hab.), unidade residencial (PGR, 1991).

No início dos anos 70, a Câmara decide intervir no processo de especulação fundiária vigente nos anos 60, e cria a EPUL, tendo-lhe sido atribuídos terrenos camarários que resultaram nos bairros do Restelo, de Carnide, de Vale Escuro e de Telheiras (AAP, 1987).

96 Georges Meyer-Heine (1905-1984) (que exerceu a função de Inspector-Geral do Ministério Francês da Construção) foi convidado no início dos anos sessenta para elaborar o Plano Director da Cidade de Lisboa, e acompanhou a implementação do Plano até finais de 1974 (Lamas, 2011)

7.2. Equipamentos

Um dos principais objectivos do Plano de Gröer era “a descentralização dos serviços, reforçando a vida interna dos bairros” através do seu apetrechamento administrativo, social e cultural (Lôbo, 1995: 95). O Plano propunha a criação de bairros residenciais com grande autonomia, que deviam conter escolas, mercados, dispensários, etc., constituindo um pequeno centro cívico (Campos, 2004: 2). Na exposição “Quinze Anos de Obras Públicas”, realizada no Instituto Superior Técnico em 1948, a CML apresentou o Plano indicando os equipamentos para cada bairro - centros cívicos, centros comerciais, mercados, escolas primárias e terrenos de desporto - e os equipamentos de interesse geral para a cidade - centro universitário, centros cívicos, administrativos e comerciais, liceus, mercados, hospitais, terrenos para desportos, etc., expressando a sua estratégia para o planeamento dos equipamentos:

[...]. No domínio do urbanismo, prever é uma necessidade absoluta porque qualquer solução improvisada é sempre dispendiosa. Portanto, em vista do interesse geral, o Plano Director reserva terrenos para que se consiga obter, no decorrer dos anos futuros, redes completas e coerentes de centros administrativos e sociais, de hospitais, escolas, campos desportivos, parques e jardins públicos, mercados, etc., que correspondam ao princípio da descentralização, o melhor de todos, e que permitam a cada um ter, na proximidade da sua casa, todos os serviços necessários (MOP, 1948: 142).

O Plano indicou as áreas a reservar para os futuros edifícios públicos em proporção ao número de habitantes previstos (Gröer, 1948). Para o efeito, Emídio Abrantes realizou um estudo preparatório, publicado em 1938 sob o título “Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa”, que incluiu o levantamento dos equipamentos existentes, localização, respectivas áreas e necessidades e teve especial atenção às questões demográficas e ao seu dimensionamento (Camarinhas e Brito, 2007).

Um dos objectivos do PDUL (1959) ao impor limites admissíveis de população era evitar os problemas associados ao excesso de concentração da população, nomeadamente exigências insolúveis de equipamento urbano adequado indispensável à vida urbana. Um dos critérios de distribuição da população foi permitir que as novas

unidades urbanas estivessem devidamente organizadas e apetrechadas com espaços livres, grupos escolares, escolas secundárias, mercados, etc. (GEU, 1959c). Assim, para as várias áreas de urbanização foram reservados espaços para os serviços essenciais, em proporção ao número de habitantes a servir. Foi feito o levantamento da localização de todos os equipamentos existentes (mercados, cemitérios, escolas, hospitais, centros de assistência, equipamentos desportivos, de lazer e culturais, etc.), e em relação às escolas primárias e secundárias, efectuado o levantamento das suas áreas de influência e realizados inquéritos para conhecer melhor o panorama escolar (GEU, 1959c; Lobato, 2004).

As orientações expressas no Plano Director para os equipamentos reflectiram alguns princípios da Carta de Atenas. Foram estabelecidos escalões para os equipamentos com base nos grupos etários: pré-escolar, escolar, adolescentes e adultos. O raio de influência de cada equipamento correspondia ao espaço definido pelo raio de acção do grupo etário a servir: zona, célula, unidade e malha (GEU, 1959c):

[...] Da idade de ano até aos três anos a criança vive na proximidade de casa. Aos três anos e até à idade escolar a criança pode deslocar-se até à escola pré-primária desde que não tenha que atravessar arruamentos e que a distância não seja excessiva nem o caminho demasiado complicado, que permita uma fácil atenção por parte dos adultos. Na idade escolar, a que corresponde a instrução primária e parte da secundária, o raio de acção alarga-se um pouco devendo evitar-se os atravessamentos de ruas principais dentro do raio de acção respectivo. Os adolescentes já têm maior autonomia podendo deslocar-se a sítios mais distantes (...) Aos adultos corresponde porém, como se disse, o maior raio de acção. Os mais idosos veem de novo reduzido o seu âmbito de acção às proximidades da casa. (GEU, 1959c: v. 4.5/1).

O PDRL (1964) definiu o âmbito local e/ou regional de cada equipamento. A distribuição geográfica dos equipamentos de nível local - administrativos, culturais, sociais, creches, dispensários, CTT, igrejas, mercados, cineteatros, etc. - devia ser feita em estudos supervenientes “de acordo com as previsões da nucleação proposta, tendo em atenção que as suas insuficiências crescem de ano a ano, em virtude do aumento da população e do nível de vida.” (GPDRL, 1964: 168). Os cemitérios deviam ser considerados ao nível dos planos locais (apesar da sua influência poder ser regional), e

os campos de jogos de competição podiam ser incluídos na rubrica dos equipamentos de influência local, com excepção dos grandes estádios, com um raio de influência extra local (GPDRL, 1964).

No PDCL (1967), cada UOH devia compreender um conjunto de serviços complementares da habitação: comerciais, culturais, sanitários e administrativos locais. Devia ser garantido o seu rendimento funcional e a sua distribuição e dimensionamento adequados, evitando-se, desse modo, deslocações e esforços desnecessários, e a sua subutilização (CML, 1967). Para cada unidade seria fixado um programa de serviços públicos em função do número de habitantes a alojar e dos equipamentos existentes (PGR, 1991). Para a determinação dos equipamentos foi realizado um inquérito, que serviu primeiro para a distribuição genérica pelo território da cidade e de seguida aprofundou a escala das unidades territoriais. Para estas foram criaram-se fichas com os graus de carência e satisfação relacionando a população presente e futura, os equipamentos existentes e os necessários às populações (Pinto, 1969). A CML elaborou um quadro-guia, inserido no projecto de regulamento do PDCL, que definia os equipamentos (escolas primárias, pré-primárias; liceus, escolas técnicas, jogos para crianças, jogos para adultos, equipamento médico-social, bibliotecas, cinemas e teatros, Igrejas e centro paroquial, mercados, PSP; bombeiros; etc) e as percentagens de área necessárias para os diferentes escalões residenciais: unidades de ordenamento, bairro, unidades residenciais, grupos e células residenciais (CML, 1973).

Ensino

Segundo Lôbo (1995) a experiencia desenvolvida em Lisboa, que conjugou o planeamento escolar com o planeamento urbano, marcou o urbanismo português nas décadas de 40 e 60.

No Plano de Gröer as escolas primárias constituíram o núcleo organizador das novas urbanizações: “Os urbanistas ingleses reservam geralmente terrenos para as escolas primárias no centro de cada bairro novo; é à volta deles que se desenvolvem as extensões de habitação. Um tal processo de urbanização de bairros novos deveria ser generalizado.” (CML, 1948: 95). As escolas primárias foram distribuídas segundo critérios que pretendiam minimizar a distância percorrida pelas crianças (Silva, 1987). Tinham, em média, áreas de influência de 400 metros de raio e terrenos com 13.000 m²

aproximadamente (Mesquita, 1952). Para o ensino liceal propunha escolas para a população que frequentaria esse nível escolar quando a cidade atingisse os 1.000.000 habitantes (Silva, 1987), mas sem prever as transformações que iriam ocorrer: a generalização do acesso aos níveis mais elevados de escolaridade por parte da população feminina e a “massificação” do ensino com o aparecimento do apoio social à sua frequência e a evolução de mentalidades (Janarra, 1994).

No PDUL (1959), a área de influência da escola primária não devia exceder os 500 metros e a das escolas secundárias e técnicas não devia ultrapassar os 2000 metros. A população escolar foi determinada em função da distribuição da população pelas malhas da cidade, aplicando as percentagens correspondentes a cada grau de ensino. A percentagem de população escolar primária foi determinada a partir dos últimos 30 anos, chegando-se ao valor de 5% acrescido de 1% para possíveis variações. Os grupos escolares podiam ter 4, 8, 12 e 16 salas de aula, com 30 a 35 alunos cada, e a área média de terreno por aluno devia ser de 20 m² (10 m² para o edifício, 5 m² para recreio e 5 m² para campos de jogos). Os grupos escolares situados junto a parques de jogos, podiam prescindir dos 5 m² de terreno destinados a esta função. Para o ensino liceal a percentagem (1,8%) foi estimada atendendo aos novos edifícios escolares a construir e ao aumento da frequência. Considerou-se para cada unidade a capacidade de 315 alunos, que correspondia ao tipo mínimo de liceu projectado pela JCETS (9 salas de aula com 35 alunos cada), mas com a possibilidade da sua ampliação para 16 salas ou 24 salas de aula. A área de terreno para o tipo mínimo podia variar entre 15.000 a 20.000 m². Para o cálculo da percentagem de população escolar do ensino técnico e profissional (2,5%) tomou-se como base a frequência verificada em 1955/56, acrescida da percentagem de população escolar correspondente à construção de novos edifícios escolares, à frequência do ensino particular e ao incremento da frequência deste ensino. A capacidade de cada unidade correspondia à lotação do projecto-tipo mínimo para este ensino (7 salas com 35 alunos), com a possibilidade de ampliação para 12 salas. A área de terreno necessária era 10.000 m² ou 15.000 m² no caso de ampliação (GEU, 1959c).

A população escolar de cada malha frequentaria as escolas secundárias dessa malha, mas nalguns casos esta premissa não seria inteiramente respeitada por ser impraticável. A distribuição das escolas secundárias teve em conta a população, o grau de desenvolvimento urbano e as características particulares de cada malha. Na

distribuição das escolas técnicas houve o cuidado de escolher localizações apropriadas, pois estas exigiam locais com fácil acesso às populações escolares de todas as zonas da cidade (GEU, 1959c).

O PDRL (1964) incluiu estudos sectoriais de planeamento “com especial relevo para aquele que diz respeito ao equipamento escolar nos seus vários níveis – como elemento essencial da promoção educacional das populações” (GPDRL, 1964: 196). Indicava a necessidade de futuras escolas do ensino primário e secundário, tendo como referência as orientações do GTSCE relativamente às percentagens de população escolar a servir na cidade de Lisboa estabelecidas com base no aumento da escolaridade obrigatória e em novos conceitos pedagógicos: escolas primárias elementares (5,79%); escolas do ciclo preparatório unificado (3,59%); liceus e escolas técnicas (6,17%). A distribuição no território seria objecto de estudo nos planos locais (GPDRL, 1964).

O PDCL (1967) indicou apenas a área mínima a reservar para cada escalão residencial deixando para os estudos de ordenamento dos bairros a reserva dos terrenos. Ao verificar esta ausência, o CSOP recomendou o cálculo da população escolar e a definição da distribuição e localização das escolas tendo em conta a acessibilidade em tempo e a exigência dos peões não necessitassem de atravessar circulações importantes para os atingir. A determinação das necessidades escolares devia ter em atenção a evolução demográfica prevista para o concelho de Lisboa e sua zona de influência; as taxas de escolaridade desejáveis; parâmetros pedagógicos aconselháveis (m²/aluno, etc.); a inventariação dos estabelecimentos escolares existentes e “a conveniência de dispor de esquemas abertos e de grande elasticidade” que facilitassem “uma atitude permanente de vigilância e a introdução de modificações” que iriam caracterizar o desenvolvimento neste domínio (CSOP citado por PGR, 1991: 138). Para o ensino secundário não previa o aumento da população escolar, e o CSOP aconselhou que se fizesse um estudo da carência de instalações neste grau de ensino tendo em conta a população dos aglomerados vizinhos, a possibilidade de extensão da escolaridade obrigatória dentro da próxima década e a tendência para a polivalência desses estabelecimentos (PGR, 1991).

Assistência e Saúde

No Plano de Gröer, os estabelecimentos hospitalares foram distribuídos pelos

locais mais saudáveis e na proximidade de grandes artérias de circulação (Mesquita, 1952). O Plano aconselhava a localização dos futuros hospitais nos limites da cidade junto à zona rural. O hospital do Rego, de doenças infecto-contagiosas, devia ser demolido, entre outros motivos, por estar inserido numa área residencial (Janarra, 1994). Nas zonas rurais, a título excepcional, podiam ser autorizados sanatórios e hospitais, sob a condição de ocuparem pelo menos 30.000 m² e terem uma área coberta não superior a 1% da superfície total do terreno. À volta dos estabelecimentos hospitalares devia ser delimitado um perímetro de silêncio, com um raio de 100 ou 200 metros, onde eram proibidos estabelecimentos industriais e de diversão (Gröer, 1948). O PDUL (1959) seguiu o princípio da descentralização dos hospitais, suprimindo alguns na zona central da cidade (Rego, Arroios e desterro) e prevendo três grandes hospitais, nas zonas Ocidental, Norte e Oriental (GEU, 1959c). O PDCL (1967) remeteu para o âmbito regional a criação de um plano de equipamentos hospitalares, contudo, o CSOP recomendou que fosse incluída a cobertura hospitalar da cidade (PGR, 1991).

Equipamentos desportivos, recreativos e culturais

O Plano de Gröer (1948: 81) referia que os habitantes deviam “ter ao seu dispor uma área suficiente de jardins públicos em cada bairro, de grandes parques, de terrenos de jogos e de desportos para adultos e de terrenos de jogos para crianças.” O Parque de Monsanto integrava importantes equipamentos, mas ficava excêntrico em relação ao núcleo urbano, para poder servi-lo bem, e bastante inacessível por falta de meios de transporte.

As instalações desportivas faziam parte dos espaços livres públicos e podiam ser construídas nas zonas “non aedificandi” de protecção ao aeroporto. Os espaços livres deviam ser proporcionais ao número de habitantes (incluindo a população futura) e eram classificados em 4 categorias em função da sua dimensão: parques (pelo menos 10 hectares), jardins (mais de 1 ha), “squares” (menos de 1 ha) e terrenos de desporto. De Gröer reservou áreas para grandes parques (Parque Eduardo VII, Jardim Zoológico, Hipódromo, Campo Grande, Parque do Palácio das Necessidades), incluindo uma área junto à rotunda do aeroporto que se estendia até à malha de Alvalade e teria a intensão de servir os seus residentes. Foi prevista uma piscina Municipal de carácter recreativo dentro de um parque a integrar no Centro de Desportos previsto no topo do Campo Grande, que podia ser utilizada para competições desportivas e iria colmatar a ausência

deste tipo de equipamento em Lisboa (MOP, 1948). Para as extensões futuras foram indicadas as áreas de espaços livres necessários para cada bairro. Dos 30 m² de espaços livres necessários por habitante, 15 ou 20 m² destinavam-se aos bairros. A ocupação de um espaço livre por construções implicava a sua substituição prévia por outro espaço livre com as mesmas dimensões e localizado no mesmo bairro (Gröer, 1948).

O PDUL (1959) estabeleceu que o planeamento dos espaços de lazer devia obedecer ao princípio de evitar a segregação e favorecer a concentração de vizinhanças de diversos estratos sociais assegurando o seu convívio. A sua localização devia ser considerada em função do período de utilização: diário, semanal e anual. Os espaços de recreio diário deviam situar-se dentro do raio de possibilidade de deslocação de cada grupo etário, e dimensionados segundo percentagens do total da população: pré-escolares (3%), escolares (6%), adolescentes (4,3 %). Para 1000 adultos devia ser reservada uma área mínima de 650 m², e para 100 crianças: 500 m² para a idade pré-escolar, 3.000 m² para a idade escolar e 650 m² para os adolescentes (GEU, 1959c).

A zona residencial correspondia à área de influência do solário para recém-nascidos, de recreio para os pré-escolares, dos locais de estar para idosos. Os parques infantis para a idade pré-escolar deviam ser dispersos em pequenas unidades, para garantir uma melhor fiscalização materna e evitar o atravessamento de ruas para os utilizar, e deviam beneficiar tanto de sombra como de sol (GEU, 1959c). Com área de influência correspondente à unidade de vizinhança ou célula, os parques infantis para a idade escolar deviam ser localizados nos percursos normais para a escola. O PDUL refere-se à inserção urbana dos parques infantis do seguinte modo:

[...]. É teoricamente considerado mau planeamento aquele em que os parques infantis não são criteriosamente espalhados pela paisagem e resultam muitas vezes de uma cómoda designação para o terreno sobrance da distribuição das construções (...). Sucede também que os parques infantis (...) com vistas para uma rua principal são dos mais frequentados. Um pequeno relvado junto a uma estrada tem mais uso do que outro relvado mais extenso e aparentemente melhor localizado nas traseiras dos edifícios (...). Como se vê, o recreio de um parque infantil depende muito da atenção dada à sua localização e porque as crianças devem brincar segundo o nível das suas idades deverá cuidar-se também da especialização adequada (GEU, 1959c: V.4.5/9).

Os campos de jogos para adolescentes, com área de influência correspondente à unidade urbana (conjunto de células), deviam localizar-se nas zonas de influência das escolas técnicas e liceus. As unidades urbanas deviam ter pelo menos um centro desportivo. A área de influência dos campos de jogos para os adultos era a malha urbana e a sua localização devia ser de preferência no percurso diário das suas deslocações (GEU, 1959c).

Os equipamentos de recreio semanal incluíam os grandes parques urbanos que podiam ultrapassar os limites da área de jurisdição municipal, e portanto, era imprescindível uma boa acessibilidade. Os recintos de espectáculos desportivos (estádios de grandes clubes, etc.) foram localizados na periferia em zonas com facilidade de acesso a uma grande massa de espectadores. Seriam também utilizados como centros de desporto local, cumprindo a tradição bairrista, e por este motivo, localizados, quanto possível, junto dos bairros onde os clubes tiveram origem (GEU, 1959c). A necessidade de piscinas públicas em Lisboa levou à elaboração de um plano para a construção de sete piscinas Municipais – Olivais Norte, Av. de Roma, Campo Grande, Penha de França, Madre de Deus, Campo de Ourique e Parque Florestal de Monsanto – cujos projectos foram concluídos até 1962. Segundo Silva Dias (1965), Lisboa pobre em equipamentos, especialmente recreativos - campos de jogos que não fossem estádios, e recreios infantis que não fossem ruas ou parques distantes -, assistiu repentinamente à construção quase simultânea de várias piscinas.

O Plano Director da Região de Lisboa (1964) indicava ser indispensável que os planos urbanísticos dos novos núcleos urbanos definissem os espaços verdes necessários, sobretudo para velhos e crianças (GPDRL, 1964). No PDCL (1967), os espaços verdes foram considerados como espaços com funções específicas de equipamento urbano (recreio, repouso, etc.), para além de constituírem pulmões da cidade e elementos de enriquecimento panorâmico. A utilização dos espaços livres dos quarteirões e das grandes zonas verdes existentes devia ser controlada⁹⁷, para os equipamentos desportivos serem distribuídos equilibradamente (CML, 1967).

Existia um excesso concentração de equipamentos desportivos e de espectáculos, e o CSOP no seu parecer referia que o parque de Monsanto servia apenas

97 O projecto de regulamento do PDCL (1967) apenas permitia nos espaços verdes dos planos parcelares, construções que completassem a sua utilização, quanto a salubridade, descanso ou recreio (CML, 1973).

como parque de uso semanal (domingos e feriados) pelas dificuldades de acesso diário (grande distância e carência de transportes rápidos e cómodos para o servirem). Assim, recomendava a conservação de todos os espaços verdes da cidade e referia que existiam muitas instalações oficiais, militares e civis, a ocupar vastas áreas de terreno adequadas para outros fins, nomeadamente para zonas verdes, que, com vantagem de todos, podiam ser deslocadas para o exterior onde se situavam, na sua maioria, aquando do seu estabelecimento (PGR, 1991).

Equipamentos cívicos e comerciais

Um dos princípios fundamentais do Plano de Gröer era a descentralização e o apetrechamento administrativo e cultural dos bairros. Assim, previu novos centros administrativos e cívicos secundários, complementares aos serviços da Baixa que contribuiriam para o seu descongestionamento, dentro do princípio-base da proximidade entre local de trabalho e residência para evitar grandes percursos diários, desgastantes e dispendiosos. Segundo o mesmo princípio previram-se novos centros comerciais secundários (Av. de Roma, Campo de Ourique, Alvalade, etc.) (Silva, 1987; Janarra, 1994). O estudo de Emídio Abrantes para o Plano defendia a elaboração de um plano de construção de mercados cuja conveniente distribuição pela cidade devia atender à densidade e características da população das suas diferentes zonas (Abrantes, 1938). Eram necessários mais mercados e a substituição dos existentes, pois alguns estavam mal localizados ou não reuniam as condições adequadas, e outros iriam desaparecer por imposição dos trabalhos de urbanização. Foi realizado um relatório em 1941, da autoria de Lauga, com o estudo da localização, áreas, população prevista, para os futuros mercados que iriam responder às exigências do plano de urbanização de Lisboa. Segundo o relatório, o plano de urbanização de Lisboa devia indicar de forma aproximada as áreas onde se situariam o mercados dos novos bairros e o lugar definitivo seria escolhido pelos arquitectos responsáveis pela sua urbanização. As regras de uma boa urbanização impunham que o mercado não servisse uma população superior a 80.000 habitantes (a capacidade mínima considerada foi de 10.000 habitantes para o Bairro Económico da Encarnação). Para uma boa localização, a distância dos mercados aos fregueses não devia exceder 750 metros e a distância entre mercados devia ser no máximo 1500 metros, podendo ser ligeiramente aumentada em zonas de baixa densidade. Os terrenos deviam ter condições adequadas de salubridade e incluir

obrigatoriamente áreas de estacionamento, que não deviam prejudicar o aspecto, nem o trânsito das avenidas (Lauga, 1941).

O plano de distribuição dos novos mercados foi gizado nas suas linhas gerais em 1945/46, reunindo os elementos e as condições expressas nos relatórios e informações anteriores. Para os vários mercados foram estabelecidas (em 1948) áreas de protecção (Campos, 2004), nas quais era proibida a venda ambulante e a concessão de licenças para venda de produtos da índole dos mercados. Segundo o “Regulamento Geral dos Mercados de Lisboa”, aprovado em 1941, a área de protecção dos mercados constituía uma circunferência com o centro no mercado e cujo raio variava “tendo em conta a sua situação e condições próprias, a natureza dos produtos nêle vendidos, e o meio populacional que serve”. Podia ser alterada quando as condições o aconselhassem e variar para diferentes produtos do mercado. Para os mercados dos bairros de casas económicas não podia exceder a área do próprio bairro (CML, 1941: 33).

O PDUL (1959) seguiu o mesmo princípio de descentralização. Previu, na proximidade das populações, centros de serviços (conservatórias, notariados, etc.), centros comerciais de consumo diário (deixando para a Baixa o comércio de qualidade) e pequenas zonas de cultura e recreio, para além dos principais equipamentos culturais para servir a cidade: bibliotecas, museus, institutos, Fundação Calouste Gulbenkian, Grupo Amigos de Lisboa, etc.. Cada mercado devia servir uma população entre 11.000 e 15.000 habitantes e ter um raio de influência máximo de 750 metros (sublinhe-se a redução acentuada da capacidade máxima para o mercado). A área do mercado devia ser calculada tendo em conta 1 m² por cada 5 habitantes, acrescida da zona de serviços, ou seja, o mercado com a capacidade máxima tinha 6000 m² de terreno (GEU, 1959c).

O PDCL (1967) seguiu a mesma tendência: a criação de centros secundários nas zonas periféricas para facilitar o descongestionamento do centro da cidade. O mercado central seria transferido para uma zona mais periférica (Braço de Prata), com fáceis acessos rodoviários desde a periferia à cidade e uma perfeita conexão com a via-férrea e com os movimentos de distribuição. Em relação ao comércio excepcional, propôs a modernização das estruturas existentes, defendendo a redução das pequenas unidades dispersas e a sua concentração em elementos de maior envergadura localizados em centros com facilidades de estacionamento e ligação a transportes públicos (Silva, 1987). Cada UOH devia ter um ou mais centros comerciais, planeados de forma a que

os peões não tivessem de atravessar circulações importantes para os atingir. Preconizava ainda, nas novas zonas a urbanizar, áreas para bibliotecas e museus, estes coordenados com a estrutura verde, para evitar o contacto das obras de arte com a atmosfera urbana poluída (PGR, 1991).

8. Planeamento dos Bairros

8.1. Plano Parcial de Urbanização de Alvalade (1945)

8.1.1. Princípios urbanísticos

Para dar resposta à necessidade crescente de habitação na cidade de Lisboa, no fim da II Guerra Mundial, a CML lançou o estudo de um plano parcelar de expansão da capital. Assim, nasceu o bairro de Alvalade integrado no Plano De Gröer, (Fig.1-Anexo I), como sendo uma das áreas preponderantes de urbanização de Lisboa (Tostões, 2001; Lobato, 2004). O primeiro estudo de urbanização para o bairro foi elaborado em 1942 e revisto em finais de 1944, à luz do conceito de unidade de vizinhança (Silva, 1987; Costa, 2010). Em 1945, o «Plano da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro» ou «Plano do Sítio de Alvalade», como era designado, foi adaptado à nova legislação sobre o problema da habitação, que obrigava as Câmaras a prever nos planos de urbanização casas de renda económica e permitia a sua construção em blocos até 4 pisos⁹⁸. Da autoria de Guilherme Faria da Costa e projectado por uma equipa da CML, foi aprovado pelo Governo em Outubro de 1945 e executado até aos anos 70 (Lobato, 2004; Prôa et al, 2009; Pisco, 2005).

O Plano abrangeu uma área de 230 hectares, inserida na freguesia do Campo Grande e dividida em 1959 nas freguesias hoje existentes⁹⁹, e a sua concepção teve em linha de conta a ocupação da envolvente: a Norte, o Hospital Júlio de Matos e a zona de protecção ao aeroporto de Lisboa; a Oeste, a Cidade Universitária, instalações desportivas (Campo Grande) e zonas residenciais; e a Sul, a zona de habitação colectiva entre a linha de ferro e a Alameda D. Afonso Henriques. A existência de espaços livres na sua proximidade - zona do aeroporto e sua área de protecção, Jardim do Campo Grande - influiu na fixação da densidade média habitacional que orientou o estudo do Plano (200 hab./ha.) (CML, 1946).

⁹⁸ DL n.º 2007 de 7 de Maio de 1945.

⁹⁹ O DL n.º 42:142, de 7 de Fevereiro de 1959, dividiu a freguesia do Campo Grande em 3 freguesias: Campo Grande (célula 1 e 2), Alvalade (célula 7 e 8), e São João de Brito (células 3, 4, 5 e 6).

Com a sua imagem urbana e tipologias plurifamiliares o Bairro de Alvalade representou “uma situação inédita no quadro dos bairros sociais de promoção oficial, tradicionalmente constituídos por casas unifamiliares com logradouro (Encarnação, Alto da Ajuda, Alto da Serafina, Alvito, Madre de Deus, etc.)” (Tostões, 2001: 67). Segundo Lobato (1951), foi a primeira experiência de urbanização integral em Portugal, baseada nos conceitos de urbanismo que vigoravam internacionalmente e num estudo elaborado de planificação da execução¹⁰⁰.

Em conformidade com as orientações do Plano de Gröer, foram combinadas habitações para categorias sociais diferenciadas, de forma a fomentar a coexistência e convivência dos diversos estratos sociais e viabilizar economicamente a realização do plano (CML, 1948). Dos 45.000 habitantes previstos, 31.000 ocupariam habitações colectivas económicas; 9500, habitações de renda não limitada; 2000, moradias unifamiliares de renda económica e 2500, moradias unifamiliares de renda livre (Rodrigues, 1986). O Plano foi integrado na rede viária geral da cidade e a organização dos transportes colectivos foi acautelada, prevendo-se uma rede de transportes constituída por eléctricos (não executada), autocarros e transportes ferroviários (estações do Areeiro, Entre-Campos e Av. de Roma), e a sua relação com os estudos do metropolitano em curso. As casas de renda económica foram integradas em locais de fácil acesso e servidas de meios de transporte económicos (CML, 1948).

A sua estrutura urbana equilibrou o desenho urbano da cidade tradicional (avenida, rua, praça, largo, quarteirão) com os conceitos associados ao modernismo e à Cidade-Jardim (Pisco, 2005). Constituíram elementos da Cidade-Jardim: a estreita ligação entre o espaço habitacional e a natureza, com forte presença no interior das células; ruas estreitas arborizadas; presença permanente do quintal em frente e nas traseiras das habitações; zona de moradias unifamiliares de ruas curvilíneas da célula 4; aplicação generalizada dos “impasses” habitacionais inspirados no conceito de Raymond Unwin, protegendo os núcleos residenciais do tráfego; criação de caminhos pedonais de acesso ao equipamento escolar, no interior das unidades de vizinhança; etc. (Costa, 2010; Janarra, 1994). Os princípios da Carta de Atenas adoptados no Plano incluíram o zonamento; a unidade de vizinhança; a hierarquização viária; a libertação do interior do quarteirão para espaço de uso colectivo; a organização distributiva das funções e equipamentos; os blocos perpendiculares às vias de maior tráfego (Pisco, 100 A realização foi planeada em 4 fases sucessivas, cada uma correspondente a ¼ do programa.

2005; Alegre, 2009).

O zonamento e a unidade de vizinhança determinaram a estrutura do Plano. O primeiro não foi aplicado com a rigidez habitual dos planos gerais de urbanização, porque a sua aplicação a um plano parcial de urbanização, de uma zona de carácter residencial, não poderia nunca ter a mesma nitidez de diferenciação (CML, 1946). O segundo dividiu a área do Plano em 8 células delimitadas pelas vias estruturantes definidas no Plano de Gröer. Em cada célula foram consideradas zonas de acordo com a sua função (residencial, artesanal, etc.), excepto nas células 1 e 2 de casas de renda económica exclusivamente residenciais (Maurício, 2007).

O plano incluiu duas zonas de indústria local e de artesanato, localizadas na parte média a norte e a sul da área a urbanizar e zonas comerciais, em condições de fácil acesso das residências (CML, 1948), localizadas junto a estas e nos principais eixos (Av. da Igreja e Av. de Roma), em ligação com o centro cívico.

As zonas residenciais foram organizadas em torno de uma escola segundo o conceito de unidade de vizinhança, que apresentava semelhanças com o conceito proposto por Clarence Perry: população aproximada de 5000 habitantes determinada pela escola; intenção de recriar as relações sociais entre vizinhos que tendiam a desaparecer nas grandes cidades; vias de acesso às habitações com faixas de rodagem reduzidas (Costa, 2010).

A circulação foi hierarquizada em: estrutura viária principal de acesso às células (Av. E.U.A , Av. da Igreja, Av. Rio de Janeiro, Av. de Roma); vias de distribuição local no interior das células; circulação pedonal, que teve particular importância na caracterização do espaço habitacional (Costa, 2010; Prôa et al, 2010).

O Plano foi ajustado em 1947, quando a Câmara constatou o mau uso dos logradouros privados e procedeu à abertura parcial dos quarteirões das células de habitações de renda económica (1 e 2), de forma a criar logradouros comuns arborizados, com recintos de recreio e veredas de peões a atravessá-los (CML, 1948). Esta abertura iniciou um processo de evolução dos conceitos urbanísticos aplicados, que passaram a estar mais próximos dos pressupostos do Movimento Moderno nos estudos de pormenor realizados a partir de 1949 (Costa, 2010).

8. 1. 2. *Equipamentos*

Os planos de urbanização de casas de renda económica tinham de incluir “locais para edificações de carácter religioso, cultural e assistencial, tendo em conta, quanto possível, a facilidade de transportes”¹⁰¹. No Plano de Alvalade, os equipamentos foram planeados para responder às necessidades da população prevista. Diversificou-se a oferta, procurando assegurar a autonomia do bairro para os equipamentos de utilização frequente: previram-se instalações religiosas (igreja); assistenciais (centro social); escolas primárias; liceus; centro cívico; instalações desportivas e recreativas (parques e campos de jogos) e mercados (CML, 1946) (Fig.2-Anexo I); e para o futuro, a construção, “nos locais mais favoráveis”, de estações dos CTT, postos de polícia, serviços municipais, Junta de Freguesia, creches, casas de espectáculos, etc. (CML, 1948: 15).

Os equipamentos estruturaram o espaço urbano através do seu carácter simbólico e da sua relação com o espaço público. Foram inseridos no tecido urbano como elementos-excepção: edifícios isolados envolvidos por arborização; edifícios recuados relativamente ao alinhamento do edificado; recuo do edificado a eles fronteiro criando um espaço público de descompressão da rue-corredor; edifícios rematando avenidas, gerando simetrias, enfiamentos visuais, bolsas de enquadramento urbano e acentuando perspectivas (Prôa et al, 2009). Segundo Costa (2010), os equipamentos colectivos dividiram-se em dois tipos: de nível primário e secundário. Os primários interessavam à cidade ou a outros bairros, e os secundários serviam o bairro. Nestes podem identificar-se 4 escalões quanto à sua área de influência: bairro, zonas do bairro, unidade de vizinhança, conjuntos de blocos habitacionais.

Os equipamentos destinados ao bairro ou a mais do que uma unidade de vizinhança (grandes espaços livres, mercados, zonas comerciais, instalações de serviços públicos, etc.) foram distribuídos de modo a serem alcançados por percursos cómodos a distâncias razoáveis, evitando os arruamentos principais (CML, 1946, 1948); os equipamentos da unidade de vizinhança estavam mais próximos das habitações e tinham como propósito favorecer a criação de laços de proximidade entre os residentes.

Nos conjuntos de blocos residenciais projectados nos anos 50 e 60 sob a

101 Lei n.º 2007, de 7 de Setembro de 1945, Base VI.

influência do Movimento Moderno, a maioria na Av. EUA com populações de 1300 pessoas¹⁰², 1420 pessoas¹⁰³ etc., previram-se equipamentos para servir os seus moradores - escolas pré-primárias; creches; jardins infantis; bibliotecas; campos de jogos para crianças; parques infantis - juntamente com pequenos núcleos de lojas, profissões liberais e artesanato, mas sem a sua integração numa malha coordenadora com outros serviços. Por exemplo, os blocos residenciais no cruzamento da Av. EUA com a Av. de Roma¹⁰⁴, incluíam um espaço comercial e serviços nos pisos intermédios, à semelhança da Unidade de Marselha de Le Corbusier.

Ensino

A escola aparece como elemento central de planeamento e de “construção” de uma identidade urbana. Pela primeira vez no urbanismo português existiu uma clara “intenção entre o programa escolar e a programação urbanística” reportada à unidade de vizinhança (Lôbo, 1995: 36).

A dimensão média de cada célula foi fixada de forma a que os percursos escola-habitação não excedem-se 500 metros, facilitados pela existência de veredas dedicadas a peões. Este critério traduziu-se num número médio de habitantes por célula (5.000 hab.) que levou à consideração de 6 a 8 salas para cada sexo (CML, 1946), ou seja, 16 salas de aula com 40 alunos cada por escola primária. A área de terreno/aluno considerada foi de 18.87 m²/aluno (12.080.90 m² para 640 alunos) (GTSCE, 1965), ou seja, um valor inferior ao do regulamento francês (20 m²) utilizado como referência nos planos de urbanização.

As escolas primárias foram ligadas a outros equipamentos, a serviços públicos, ao comércio e a espaços livres, “contribuindo para a intensificação das relações sociais” (Lôbo, 1995: 36). Junto da escola primária da célula 2, tudo indica que o Plano previa um museu no Palácio do Coruchéus expropriado em 1945 (CML, 1950); próximo da escola primária da célula 6 previu a igreja, o centro social e a escola secundária, no entanto, sem constituírem um verdadeiro centro comunitário como propôs Perry.

As escolas primárias foram incluídas no Plano dos Centenários e construídas nas

102 Projecto dos arquitectos Manuel Laginha, Pedro Cid e João Esteves.

103 Projecto (não construído) de João Simões, Hernani Gandra, Francisco Castro Rodrigues, Celestino de Castro e José Huertas Lôbo.

104 Projecto de Filipe Figueiredo e José Segurado.

suas fases de execução: células 1 e 2 (1944-1950); células 4, 6 e 7 (1953-1957); célula 8 (1957-1958) (Beja, 2010). Assim, a sua arquitectura foi adoptando progressivamente a linguagem modernista, mas sem se ter alterado os pressupostos iniciais de desenho urbano (Costa, 2010): cada uma célula teve como característica principal a consideração da escola no centro em torno do qual se distribuíram as habitações. Contudo, houve uma diferenciação na relação das escolas com o espaço público imediato, mas sempre com preocupação de as enquadrar da forma mais conveniente, sendo este um aspecto que refletia o seu valor simbólico. A escola primária inserida no centro da célula 4 foi localizada numa elevação natural, desfrutando de desafogo em todas as direcções. As primeiras escolas primárias projectadas (células 1 e 2) remataram as ruas, criando enfiamentos visuais, com as suas entradas em torre, de aspecto simétrico, justificado pelo arranjo dado à urbanização local (e pela necessidade de blocos e entradas distintas para os dois sexos). Em qualquer uma destas escolas existiu uma forte relação de continuidade com o jardim público. Segundo o projecto do jardim junto ao centro escolar da célula 2, a própria plantação dos pátios da escola constituía um prolongamento da do jardim (Coutinho, 1950). Já na primeira escola primária desenvolvida segundo o Movimento Moderno (célula 7) procurou-se isolar o edifício o mais possível de todo o contacto com o exterior, através de uma cortina verde e de taludes (Fontes, 1954).

Os liceus foram localizados perto de estruturas verdes e desportivas, permitindo ampliar o seu raio de acção em termos de actividades complementares (Lôbo, 1995). O liceu feminino Rainha D. Leonor foi localizado junto dos terrenos destinados ao núcleo desportivo da FNAT e o Liceu Padre António Vieira em ligação com a Mata de Alvalade e seu centro desportivo. A localização do Liceu Padre António Vieira num ponto dominante e o enquadramento vegetal proposto permitiam destacar o liceu como perspectiva de verdadeiro interesse urbano. O ajardinamento do terreno envolvente libertou o edifício da proximidade das construções e criou um enquadramento que a sua importância impunha e o arranjo urbanístico destacou a composição com a entrada principal do liceu situada no topo do eixo do arruamento de acesso (D'Atouguia, 1961). Já o enquadramento do Liceu Feminino Rainha D. Leonor foi condicionado pela redução da área de terreno prevista no Plano e pela sua forma em rectângulo alongado, que não permitiram largas zonas arborizadas a envolvê-lo e a isolá-lo das construções contíguas como era conveniente (JCETS, 1957).

Foram previstas duas escolas técnicas, a Escola Técnica Elementar Eugénio dos Santos em ligação com a zona da pequena indústria e artesanato, e uma escola técnica em ligação com a escola primária da célula 4, não construída e substituída pelo Colégio Inglês, um dos equipamentos privados entretanto concretizados. O projecto da Escola Técnica Elementar Eugénio dos Santos, inserido no Plano de Distribuição das Escolas Técnicas Elementares de Lisboa (1947), foi estudado em harmonia com o plano de urbanização (Parecer da Comissão de Revisão da Junta das Construções ao anteprojecto, 1949); o seu acesso ficou voltado para a rua de menor movimento, como era conveniente, e o corpo de oficinas para a envolvente menos importante (Costa e Silva, 1949).

Desporto e recreação

Os equipamentos desportivos foram praticamente concentrados em grandes espaços livres: na Mata de Alvalade (actual Parque José Gomes Ferreira), no parque de jogos da FNAT (actual Estádio 1º de Maio) e no jardim do Campo Grande¹⁰⁵, que apesar de exterior à área do Plano foi considerado (Janarra, 1994; Costa, 2010). Contou-se com 7 m²/hab. de espaços livres, valor inferior ao normalmente exigido¹⁰⁶, porque foram consideradas amplas manchas verdes livres existentes na proximidade (aeroporto, Campo Grande, etc.) (CML, 1946; DGSU, Informação sobre o Plano Parcial de Urbanização de uma zona destinada a Casas de Renda Económica em Ramalde, 1950).

Os equipamentos desportivos próximos da habitação foram pensados a partir de 1947, quando a Câmara decidiu transformar o interior dos logradouros em zonas de lazer e estadia para uso comum dos seus moradores, com recintos de recreio infantil e campos de jogos (Prôa et al, 2010). Para servir os conjuntos de blocos modernistas foram estudados espaços verdes com equipamentos de lazer, ligados a percursos pedonais e protegidos da circulação intensa por arbustos, vedações, etc., destinados a diferentes idades: infantil (pré-escolar e escolar), juvenil, adultos. Foram utilizadas diferentes combinações de espaços: “jardins Robinson”¹⁰⁷ e infantis com espaços de

105 À tarde davam-se passeios com os mais novos até ao parque da FNAT ou ao jardim do Campo Grande (Prôa et al, 2009).

106 Para o Plano das Casas de Renda Económica de Ramalde (1950) a DGSU indicou 15 m²/hab..

107 Os “jardins Robinson” são jardins de aventura para as crianças exercitarem a sua criatividade e poder imaginativo com maior mobilidade que no escalão anterior, dotados de equipamento que permite aos jovens construir os seus próprios meios de diversão [Manso, Á. (2001), *Espaços exteriores urbanos sustentáveis: Guia de concepção ambiental* (2a ed.). Lisboa, Ministério do Equipamento social, Secretaria de Estado da Habitação.

estadia e esplanadas desfrutando de panorâmicas (Anteprojecto geral de ajardinamento da Av. E.U.A.) (Telles, 1957); jardim infantil pré-escolar com zonas distintas para servir crianças de idade ou espírito diferentes (troço entre a Av. de Roma e a Av. Rio de Janeiro) (Telles, 1960); recintos infantis, jardim juvenil e espaço de estadia para adultos (“Bairro das Estacas”) (Telles, 1954); recintos infantis para a idade pré-escolar e escolar (blocos do Montepio Geral na Av. do Brasil) (CML, 1963).

O parque de jogos da FNAT (construído em 1959) foi situado na zona central do Plano para servir as actividades desportivas, enquanto o parque público da Mata de Alvalade, dimensionado em função da população prevista (21 ha.), foi localizado na periferia, na área de protecção ao aeroporto (onde não eram permitidas construções), como um grande espaço verde privilegiado de convívio e lazer, seguindo o critério, normalmente utilizado nos aglomerados urbanos, de localizar matas ou parques públicos na periferia (Prôa et al, 2009). No seu interior foi previsto um centro desportivo, para o qual foram realizados vários estudos, mas nenhum concretizado: centro desportivo (1951); hóquei clube e piscina (1965); piscinas e pista de gelo (1967); equipamentos de desporto organizado, ginásio, sala para actividades culturais e reuniões, campo de jogos, três campos de ténis, mini-golfe, vela e remo, restaurante panorâmico, café esplanada (1972).

O Plano de Gröer propôs a recuperação do Jardim do Campo Grande que estava em decadência desde os anos 30, nomeadamente pela falta de equipamentos de lazer: “o Campo Grande com o seu jardim, definia-se igualmente como uma placa ajardinada central, remate do moderníssimo Bairro de Alvalade, que faria a ligação à futura Cidade Universitária” (Tostões, 1992: 41). No “Projecto de Regularização e Arranjo”¹⁰⁸ do Jardim (1947) modernizaram-se os espaços de lazer e desporto (barcos de recreio, ringue de patinagem, dois “courts” de ténis) e introduziram-se novos equipamentos como pólos de atracção (restaurante, biblioteca popular) (Tostões, 1992); e nos anos 60 foi implantada uma piscina de carácter recreativo infantil e o edifício Caleidoscópio com palco de espetáculos, bar, centro comercial e cinema.

Equipamentos cívicos e comerciais

Dando cumprimento a um dos principais objectivos do Plano de Gröer – a

108 Da autoria de Keil do Amaral, e desenvolvido entre 1946-1947.

descentralização das funções administrativas, sociais e culturais da cidade - foi previsto um centro cívico com serviços públicos “em conjugação com instalações comerciais e de recreio público” no cruzamento de duas importantes avenidas (Barreiros, 2001: 71).

Directamente ligada ao centro cívico foi prevista uma Igreja na área central do Plano, no remate de uma avenida e voltada para o centro cívico. Em sua volta localizaram-se outros equipamentos - escola primária, liceu, centro social - e foram reservados terrenos para equipamentos a implantar no futuro. O estudo do enquadramento da Igreja, com espaços verdes, de estadia e caminhos de peões cómodos para servir as entradas da Igreja, as escolas e as moradias (Faria da Costa, 1959), levou à revisão do projecto de arborização e ajardinamento da escola primária, pois os dois deviam estar ligados. Criou-se, assim, uma continuidade entre os dois arranjos de forma a constituírem uma unidade (Fontes, 1959). Os equipamentos assistenciais previstos no Plano resumiram-se a um centro social junto da igreja (CML, 1946) e a um posto de saúde (Prôa et al, 2009).

Os dois mercados retalhistas previstos foram incluídos no “Plano de distribuição de mercados na cidade”: o mercado de Alvalade Norte (célula 3) e o mercado de Alvalade Sul (célula 8) que serviria a outra parte dos moradores do Sítio de Alvalade e parte da população a Sul da via férrea (Janarra, 1994; Campos, 2004). A localização dos dois mercados foi conjugada com a localização das zonas comerciais, que ocupavam as lojas dos prédios de habitação, e das zonas de indústria local e de artesanato. Lauga (1941), no seu estudo sobre mercados, referiu-se à localização do mercado de Alvalade Sul da seguinte forma: “A nascente do Campo Grande, Norte da linha de ferro o projecto de urbanização prevê um mercado retalhista ao pé das instalações do Posto Central de Limpeza Municipal. Este local fica bem situado para um mercado”. No entanto, considerava excessiva a área de 4.000 m² reservada para a utilização futura de 27.000 habitantes (6,75 m²/hab.).

Execução

Nos planos de casas económicas do Estado, a construção dos equipamentos de saúde, culturais, desportivos, etc., e mesmo das escolas, não foi simultânea à das habitações pela falta de coordenação de esforços das entidades envolvidas (Moreira, 1950). O Bairro de Alvalade não foi excepção, e os equipamentos colectivos foram

realizados ao longo de duas décadas (Tostões, 2001).

O critério de diminuir a área de espaços livres por habitante, em função das grandes áreas livres existentes, levou à ausência de espaços verdes (e desportivos) próximos da população, levando Ribeiro Telles a referir em 1958¹⁰⁹ que: “Para um pouco mais de intimidade e vida ao ar livre a população de Alvalade e do Areeiro têm de se deslocar ou para o Campo Grande ou para a Mata de Alvalade.” (Ribeiro Telles citado por Tostões, 2003: 214).

No interior dos logradouros foi apenas construído pela Câmara um parque infantil, permanecendo estes abandonados e ocupados subversivamente até hoje (Prôa et al, 2010). Nos blocos modernistas, não se concretizaram a maior parte dos equipamentos, por razões diversas, inclusive os parques infantis. Hoje, os parques infantis servem áreas maiores, mas existe pelo menos um parque infantil em cada célula, ligado a outros equipamentos (a escolas, mercado, Igreja, Mata de Alvalade, Clube Recreativo dos Coruchéus). Nas células, os poucos campos de jogos existentes foram construídos mais tarde pelo Centro Recreativo e Cultural dos Coruchéus: um no interior do logradouro perto da escola primária e de um parque infantil; o outro num bloco habitacional modernista, na Av. EUA, ao lado de um parque infantil. Na época da realização do Plano, as ruas serviam muitas vezes de espaço lúdico para jogos colectivos (futebol, hóquei, etc.), mas mais tarde a ausência de campos de jogos fez-se sentir¹¹⁰.

Os equipamentos desportivos previstos para a Mata de Alvalade não foram construídos e actualmente inclui um parque infantil, um circuito de ciclismo e manutenção. A ausência de um verdadeiro equipamento de atracção e a sua condição de espaço periférico com falta de acessibilidade e segurança, têm dificultado o usufruto das suas qualidades naturais e ambientais por parte dos residentes e da população em geral. Por outro lado os equipamentos desportivos construídos mais tarde junto da mata não servem a população: o parque de jogos de São João de Brito (1968) encontra-se obsoleto e o clube de ténis privado serve um núcleo restrito de pessoas. O Jardim do Campo Grande está exposto a um tráfego rodoviário intenso, com graves problemas de

109 Na memória descritiva do “Projecto de Enquadramento da Igreja de São João de Brito”.

110 Em 1952, a organização recreativa e desportiva, Alvalade Ginásio Clube, ao verificar o estado de abandono em que se encontravam os logradouros da célula 1, pediu à CML para construir campos de basquetebol, voleibol, ringue de patinagem e piscina, tendo a Câmara cedido, a título provisório, um terreno para patinagem.

segurança, acessibilidade e conforto, e os seus equipamentos desportivos e de lazer estão abandonados. O projecto actual substituiu a sua utilização para equipamentos desportivos, por equipamentos lúdicos sob o tema “matemática”, uma zona infantil informal, e a reabilitação do edifício Caleidoscópio como extensão do Campus Universitário, com espaço de reunião das instituições universitárias (PLCO. Arquitectos, 2011).

O centro social não foi construído e a ausência de previsão de creches e jardins de infância tornou a sua carência problemática, face à procura pela população de classe média e média/alta que progressivamente ocupou o bairro, levando ao aparecimento de escolas particulares em edifícios habitacionais adaptados (Costa, 2010). Surgiram mais tarde no interior das células, a clínica privada de S. Miguel (anos 50); o Jardim-Escola João de Deus (1965); o Colégio Eduardo Claparède etc.; e o Colégio António Aurélio da Costa Ferreira (1996) no interior de um logradouro, junto à escola primária da célula 1, com funções de apoio a crianças deficientes, que estabelece com a essa escola actividades no sentido da sua integração social e inclui um parque infantil que serve a população em geral.

A construção do centro cívico foi sendo adiada, e no fim dos anos 60 foi construído no local um centro comercial subterrâneo (Tostões, 2001). À volta da Igreja S. João de Brito e da escola primária (célula 6), desenvolveram-se “organicamente” outros equipamentos - escola João de Deus, creche, parque infantil, Junta de Freguesia, centro paroquial – e a igreja permanece um lugar simbólico do bairro, com uma forte ligação aos seus moradores (Prôa et al, 2009), mesmo após a construção recente de outra Igreja no bairro com centro cultural, centro paroquial e centro social¹¹¹.

Os equipamentos culturais do bairro foram aparecendo ao longo das décadas de 50, 60 e 70, encontrando-se actualmente encerrados ou obsoletos: o cinema Alvalade (1945) constituiu um dos principais símbolos do bairro (substituído por um edifício habitacional com cinema no piso térreo); a biblioteca municipal de Alvalade ao lado da escola primária da célula 8, dirigida sobretudo a crianças e jovens (encerrada e abandonada); o Teatro Maria Matos; o cinema King, o cinema Quarteto (encerrado); a Biblioteca da Junta de Freguesia S. João de Brito (obsoleta); etc. (Prôa et al, 2009). Nos

111 A Igreja foi prevista no Plano Director de 1959 junto da escola primária da célula 8, para a nova paróquia de Santa Joana Princesa criada pela nova divisão administrativa da cidade de Lisboa (DL n.º 42:142, de 7 de Fevereiro de 1959), mas apenas foi construída em 2002.

anos 60, a Câmara instalou no Palácio dos Coruchéus a Casa-museu Diogo de Macedo, com sala de exposições, sala de conferências e biblioteca, e actividades infantis ligadas a artes plásticas, e ao lado construiu em 1971 o Centro Municipal de Artes Plásticas, para responder aos pedidos de artistas que procuravam ateliers na cidade. Actualmente, no Palácio funciona o Departamento do Património Cultural da Câmara Municipal, e apesar de estar enquadrado por um jardim, o seu espaço envolvente foi ocupado por um parque de estacionamento automóvel.

O mercado definitivo de Alvalade Sul não foi construído, tendo sido substituído em 1949 por um mercado de levante. Em 1970, o projecto do mercado definitivo (1961) foi revisto à luz de um novo conceito, pois a Câmara considerava que, para as zonas mais evoluídas da cidade, a concepção clássica de mercado municipal estava ultrapassada: o mercado municipal foi integrado num centro comercial com auto-silo; ginásio; supermercado; cinema-estúdio; comércio complementar e especializado; escritórios; etc. (CML, 1970). No entanto, permaneceu até hoje como mercado de levante, em condições precárias. O mercado de Alvalade Norte, construído, mantém-se um pólo de atractividade que beneficia o tecido comercial da freguesia S. João de Brito (Prôa et al, 2009).

8. 2. Plano de Urbanização de Olivais-Sul (1960)

8. 2. 1. Princípios urbanísticos

A área dos Olivais, constituída como reserva de solo municipal para a expansão da cidade de Lisboa no Plano de Gröer (1959), foi alvo de um Estudo-Base de Urbanização em 1955 desenvolvido paralelamente ao PDUL (1954-1959) pelo GEU, que o reajustou em 1959, mantendo as suas linhas gerais, de forma a integrá-lo no DL n.º 42:454, de 18 de Agosto de 1959 (GEU, 1959a), que previa a construção ordenada de unidades urbanas de expansão da cidade, para habitações acessíveis às populações de menores recursos, com todas as categorias habitacionais para evitar a segregação social. No PDUL, Olivais-Sul (Fig.3-Anexo I) constituía uma das três unidades que formavam a malha de Olivais (Olivais-Sul, Olivais-Norte, Unidade Industrial), estruturada em células residenciais, zona industrial e cemitério. Este, juntamente com a servidão e superfície de desobstrução do aeroporto e a zona de protecção ao canal do Alviela, constituíam as principais condicionantes à urbanização.

No início dos anos 60 (60/61), o Plano de Olivais-Sul foi revisto pelo GTH¹¹² sob a responsabilidade de Rafael Botelho (Rodrigues, 1986). A área de Olivais-Sul, com 186.66 ha., foi dividida em: quatro células habitacionais (B, C, D, E.), uma célula destinada a centro cívico-comercial (G) e uma célula com cemitério, zona verde de protecção à indústria e núcleo de realojamento (F). A área habitacional foi estruturada em quatro escalões: o grupo residencial (1200 a 2400 habitantes); a unidade de vizinhança (4000 a 5800); a célula (9600 a 12.000) e a malha (38.400 a 48.000). As células B e C foram divididas em duas unidades de vizinhança, enquanto as células D e E correspondiam a unidades de vizinhança. Cada célula incluiu as quatro categorias de habitação previstas no DL n.º 42454, de modo a cumprir um dos princípios do Plano: evitar a segregação social. O sistema de arruamentos foi hierarquizado de acordo com as suas funções: vias principais, ruas de circulação interna, acessos locais e «impasses» e uma rede pedonal, independente e diferenciada das vias de tráfego, que ligava os centros de interesse principais e explorava o interesse paisagístico dos percursos (GTH, 1963a).

O Plano de Olivais-Sul correspondeu a um período conceptual caracterizado pela existência de um processo crítico aos princípios do Movimento Moderno, no qual a maioria das realizações do Urbanismo Ocidental, das “new towns” às “ville nouvelles”, representaram uma evolução em relação à Carta de Atenas, apesar de pautadas por princípios funcionalistas e racionais (Lourenço, 1998). O Plano apoiou-se em particular nas Novas Cidades Inglesas do pós-guerra, das quais adoptou o conceito de unidade de vizinhança (Dias e Dias, 1993; Rodrigues, 1986; Nunes, 2007). Segundo Ribeiro (1967: 145), “A concepção estrutural que foi seguida na urbanização de Olivais-Sul aproximou-se suficientemente da adoptada em certas realizações inglesas para que se possa admitir, com as devidas reservas, que a estas se foi buscar, se não o modelo, pelo menos o esquema básico de ordenação.” Assim, o Plano de Olivais-Sul diferenciou-se do Plano de Olivais-Norte (1955-1959) e apresentou inovações em relação ao ideário da Carta de Atenas, nomeadamente no que se refere à estrutura da cidade. Não existiu uma ruptura radical com a matriz da cidade modernista, mas tentou-se conciliar as características da cidade tradicional com as da cidade moderna (Ramos, 1997; Lourenço, 1998).

Na organização espacial foram consideradas tipologias da cidade tradicional: a rua, a praça, o pátio, jardins dentro da tradição do jardim público lisboeta (GTH, 112 Criado em 1959 pela CML para dar cumprimento ao DL n.º 42:454 (GTH, 1963a).

1963a). No entanto, seguiu-se o princípio modernista da ocupação dispersa de edifícios em banda rodeados por vastos espaços verdes. Para Tostões (2003), a importância do Plano de Olivais-Sul residiu na forma como introduziu e valorizou o espaço verde como bem colectivo da cidade¹¹³.

Segundo Nunes (2007), a unidade de vizinhança nas décadas de 50 e 60 era entendida como uma estrutura humana adequada ao desenvolvimento de actividades colectivas, favorecidas pela associação dos vários grupos residentes aos equipamentos, localizados na proximidade das habitações; e foi neste entendimento que foi aplicada em Olivais-Sul, não apenas como instrumento de dimensionamento dos grupos escolares, de delimitação e estruturação do espaço urbano, mas como forma de criar uma inserção urbana de raiz vicinal, nomeadamente, através da promoção do conhecimento entre habitantes e da abertura da escola a actividades locais.

8. 2. 2. *Equipamentos*

O GTH¹¹⁴ encarou o problema da habitação atribuindo a mesma importância aos equipamentos e à habitação dos bairros: o défice de alojamentos não devia ser medido apenas em número de fogos, mas também em número de escolas, centros de saúde, recreio e cultura, instalações comerciais e espaços verdes (GTH, 1968). Para evitar os “inconvenientes dos bairros “dormitórios” mal equipados e da marginalização que neles mais facilmente, a todos os níveis, ocorre”, e acompanhando as mais recentes teorias do planeamento moderno, tentou prever nas suas intervenções o equipamento necessário a um quadro de vida pleno e equilibrado (Worm et al, 1986: 267), completado pela sua integração na cidade e pela satisfação das necessidades de acessibilidade (transportes públicos, etc.) (Rodrigues e Guimarães, 1986).

O DL n.º 42:454 não continha orientações para os equipamentos nas novas unidades urbanas, apenas referia que “Adoptam-se agora medidas que têm por fim assegurar as condições necessárias para que o Município de Lisboa possa dispor em maior escala de terrenos urbanizados destinados a novas construções, e também a permitir o estabelecimento de instalações de necessidade comum, como igrejas, escolas,

113 A partir de 1949 iniciou-se em Portugal uma nova fase de concepção de espaços verdes (e do desenho urbano) associada à Carta de Atenas (Tostões, 2003).

114 As competências do GTH abrangiam a preparação de programas de trabalho, elaboração de planos de urbanização, projectos de infraestruturas e de edifícios, direcção e fiscalização de obras, e as expropriações necessárias aos planos de urbanização (Rodrigues e Guimarães, 1986).

mercados e outras”¹¹⁵. Segundo o co-autor do Plano de Olivais-Sul, Carlos Duarte citado por Lourenço (1998), o GTH adaptou o referido decreto e organizou o bairro com todos os serviços e equipamentos sociais indispensáveis (Fig.4-Anexo I).

As exigências de equipamento não contemplaram o âmbito geral da cidade, nem a sua zona oriental, entre outra razões, pela sua previsão no Plano de Chelas (GTH, 1963b). Foram ditadas pelo estudo das necessidades da população local, por pressupostos funcionais (Lourenço, 1998) e pelas características dos habitantes: número, estrutura etária e níveis económicos (Dias e Dias, 1993: 56).

Segundo Duarte citado por Lourenço (1998: 99), a definição dos equipamentos era também um exercício cultural, “pois a formação do perfil de equipamentos ou a definição das necessidades assenta na selecção e hierarquização significativa de elementos materiais e de símbolos, na recriação abstracta de condutas urbanas e de relações sociais que se tornam, na (...) concepção, objecto de referência, de antecipação e de racionalização”, e fez parte dela um “trabalho de construção dos sujeitos desses equipamentos – e assim, das noções de família, de homem, de mulher, de jovem e de criança que referenciavam a programação.”

O programa urbanístico foi fundado no princípio da proximidade dos equipamentos à habitação, e a programação dos equipamentos procurou reduzir as desigualdades. Segundo Nunes (2007: 171), a proximidade dos equipamentos procurou favorecer as relações de vizinhança e qualificar os períodos prévios e subsequentes ao período de trabalho, e deu particular atenção à população de mais fracos recursos: bibliotecas, galerias de arte, museu, igreja, escolas, foram inseridos no território segundo o princípio da equidade no acesso aos espaços institucionais, “considerados centrais para a redução das desigualdades sociais no espaço urbano”. Assim privilegiaram-se os espaços comunitários, o ensino e o recreio (Graça, 1979).

Os espaços habitacionais foram organizados tendo por base a previsão dos equipamentos colectivos. Estes ocuparam os terrenos menos aptos para habitação e foram hierarquizados em função dos quatro escalões residenciais do Plano (GTH, 1963b).

O escalão grupo residencial incluía equipamentos de recreio para a idade pré-

115 DL n.º 42:454, de 18 de Agosto de 1959.

escolar e associações locais, que expressavam à mais reduzida escala “a organização cuidada dos lugares de enraizamento do tecido urbano na malha” (Nunes, 2007: 122). O escalão unidade de vizinhança tinha um raio de serventia de 300-400 metros e era autónomo em relação a equipamentos de uso diário: escolas pré-primárias e primárias, campos de jogos e áreas de recreio (GTH, 1963a, 1972). As células habitacionais com mais de uma unidade de vizinhança compreendiam áreas de recreio e de desporto, e o equipamento cívico-comercial de interesse local (Lourenço, 1998).

Os equipamentos que interessavam a toda a malha foram localizados nas artérias principais (ou na proximidade) entre células de habitação (centro cívico-principal, parques, centros desportivos, etc.) e todos os equipamentos foram articulados por uma rede pedonal arborizada e com vistas panorâmicas (GTH, 1963a). Segundo a Planta Geral de Arborização de Olivais-Sul a rede pedonal foi hierarquizada em percursos principais e secundários. Os primeiros, atravessavam a malha nos dois sentidos, ligando as células e os equipamentos de maior escalão (centros cívicos-comerciais, centros desportivos, cemitério, centro médico-social, parques), entre si e às malhas vizinhas; os segundos, ligavam as habitações às escolas e aos percursos principais, as escolas pré-primárias e primárias, percorriam parques, etc. (GTH, 1964).

Ensino

O GTH defendia que a concepção do «habitat» era inseparável da política de equipamento, na qual se destacava a escola primária, e que seria absurdo nos novos bairros da cidade, renovadores e actuais, serem construídas escolas com um programa que se revelava vetusto e desactualizado pedagogicamente. Para além da necessidade de atender às preocupações pedagógicas contidas na reforma do ensino primário preconizada no DL n.º 42:994 de 28 de Maio de 1960 (aumento da escolaridade obrigatória de 4 para 6 anos, orientação da instrução num sentido mais activo e diferente do sistema pedagógico tradicional), um novo programa impunha-se pela estrutura, tipo de ocupação do solo, características arquitectónicas e problemas particulares da cidade de Lisboa. Assim, o GTH concebeu um programa-base¹¹⁶ para as escolas primárias das zonas abrangidas pelo DL n.º 42:454, diferente do praticado na cidade de Lisboa e experimentado em Olivais-Sul. O programa procurou evitar que os grupos escolares

116 Membros do GTH realizaram visitas de estudo e estágios em organismos estrangeiros (London County Council, M.O.E. Development Group do Ministério da Educação Inglês), nos quais se baseou a metodologia adoptada (Abrantes, 1971).

contivessem um número excessivo de salas de aula (máximo 18 salas) e dimensionou a sala de aula para 35 alunos, valor que representava um progresso face aos 40 alunos (ou mais) de algumas escolas do Município. O critério empírico aplicado pela Câmara nas novas zonas, de construir por cada 10.000 habitantes grupos escolares com 16 salas de aula, criando desde o início edifícios superlotados e percursos excessivos para a criança, é abandonado. Passa a ser adoptado um compromisso entre escola e célula, variável em função das condições locais e da densidade populacional (Duarte e Machado, 1964). O número de salas de aula da escola primária dependia da população a servir em cada célula e da frequência considerada adequada para uma acção pedagógica e administrativa eficaz (300 a 600 crianças), e incluía salas de aula para crianças com necessidades especiais. Para o cálculo da população escolar primária considerou-se uma percentagem de 7% da população, superior à de Lisboa (5%), pois foram ponderados outros factores: estrutura familiar, tipologias de habitação, critérios de distribuição dos fogos. No dimensionamento dos terrenos utilizou-se uma percentagem de 10%, para uma possível ampliação dos grupos escolares, em função da margem de incerteza e do aumento da escolaridade obrigatória, e aplicou-se o valor de 20 m²/aluno recomendado pela UIA, superior ao das escolas de Lisboa e da média das escolas portuguesas (GTH, 1963b).

As células foram organizadas em função dos percursos a pé para a escola, que foram encurtados para 300-400 metros. Segundo o novo programa, estes percursos deviam ser realizados através de espaços verdes, sem o atravessamento de vias de circulação automóvel, e as escolas deviam ficar afastadas das vias, ter boa insolação e um enquadramento paisagístico agradável, de preferência ao lado de zonas verdes, parques ou jardins de utilização pública (Duarte e Machado, 1964). Em Olivais-Sul escolheram-se terrenos na orla dos parques, que possibilitavam aulas ao ar livre e recreios naturais, afastados do ruído e do movimento, e protegidos dos ventos dominantes através da implantação dos edifícios próximos e da criação de cortinas de arvoredo (GTH, 1963b).

Propôs-se a partilha de instalações (natação) entre escolas e a sua utilização por parte das organizações de cultura e recreio locais (ginásio, sala de festas, biblioteca, campos de jogos), evitando a duplicação de instalações e atribuindo à escola a função de promover “uma cultura popular” e “um sentimento comunitário local” (GTH, 1963b:

87); e seguiu-se a tendência no campo das construções escolares (nomeadamente em Inglaterra), da utilização de sistemas pré-fabricados, que permitiam responder a programas mais exigentes e, ao mesmo tempo, reduzir custos e obter uma maior rapidez na construção (Duarte e Machado, 1964).

Apesar do ensino pré-primário não ser oficial, foi decidido cobrir toda a população do Plano, atendendo ao número crescente de escolas particulares surgidas em Lisboa. As escolas foram localizadas no interior das zonas habitacionais com uma área de influência de 150-200 metros, distância máxima aconselhável para o percurso de crianças entre os 5 e os 7 anos. Para o dimensionamento calculou-se a população escolar (4% da população) e considerou-se uma capacidade média entre 100 a 150 alunos por escola. Assim, previram-se duas escolas pré-primárias por cada escola primária. Para o ensino secundário foram seguidas as orientações do PDUL (1959), que indicava para Olivais-Sul a utilização das escolas técnicas e liceus previstos em Olivais-Norte e na zona Norte da malha de Chelas, que se situavam a menos de 1000 metros de distância de Olivais-Sul (GTH, 1963b).

Desporto e recreação

O Plano seguiu as orientações do PDUL (1959): integrou os equipamentos desportivos em espaços verdes e escalonou-os em função da estrutura geral do Plano e das várias idades.

Junto das habitações (grupos residenciais) foram distribuídos terrenos de jogos para a idade pré-escolar, dando especial atenção às zonas com as categorias mais baixas de habitação, cada um com uma capacidade de 30 a 40 crianças, julgada adequada para a sua utilização/manutenção económica e eficiente. Para a unidade de vizinhança previu-se que os campos de jogos das escolas primárias serviriam a população local fora do horário das aulas; e para as células, quatro terrenos de jogos para crianças em idade escolar, inspirados na experiência pedagógica dos parques «Robinson Crusoe» (teatro ao ar livre, fantoches, biblioteca infantil, etc.): nas células B e E e nos dois parques. Ao nível da malha foram previstos parques desportivos nas zonas periféricas, com campos de futebol que permitiam a prática de outras modalidades e pistas de atletismo: um próximo da zona industrial (ampliação do existente) e outro junto à rotunda da Encarnação na zona “no aedificandi” (GTH, 1963a).

Equipamentos cívicos e comerciais

Os equipamentos cívicos, administrativos e comerciais foram concentrados em centros cívico-comerciais articulados com as vias de distribuição, permitindo acessos rápidos de qualquer ponto da malha por todos os circuitos de transportes públicos previstos, e hierarquizados em função da frequência da sua utilização: diária (centros secundários com áreas de influência de 400 metros); não diária ou ocasional (centro principal com área de influência de 1000 metros) (GTH, 1963b). A sua concepção aproximava-se das “new town com um grande centro cívico-comercial”, visível na sua composição segundo a imagem da cidade tradicional, com praças e ruas pedonais. O centro cívico-comercial principal, lugar de cruzamento de dois regimes distintos (o de fomento da vida cívica e o de consumo), foi localizado no centro geográfico da malha, envolvido principalmente pela categoria habitacional mais alta (Nunes, 2007), e coroava “o conjunto como referência funcional e como marco urbano, de imagem contrastante (...) representando assim um factor de integração urbana.” (Rodrigues e Guimarães, 1986: 210).

As actividades cívicas foram distribuídas pelos centros cívico-comerciais, de modo a evitar o domínio do centro principal e desequilíbrios na estrutura da malha (Ribeiro, 1967). Os centros secundários continham, ao nível da própria célula, equipamentos culturais, recreativos, assistenciais, mercados e Igrejas (GTH, 1972); o centro principal, para além destes equipamentos, tinha serviços administrativos, departamentos municipais, polícia, CTT (GTH, 1963b), e funcionava como elemento dinamizador da vida de relação dos habitantes do bairro (Dias e Dias, 1993; Nunes, 2007).

A maior parte dos equipamentos assistenciais - lactários, infantários, creches, dispensários anti-tuberculosos e de saúde mental, centros sociais, centros médicos ou policlínicas – foram distribuídos pelos três centros cívico-comerciais, ocupando as suas zonas mais tranquilas, junto da igreja e dos equipamentos recreativos e culturais (GTH, 1963a.). Foram ainda previstos: uma creche-lactário (da FCP) no parque público junto do centro cívico-comercial principal (célula C), para que as mães permanecessem neste algum tempo (Ribeiro, 1967), um centro médico-social (da FCP) (célula D) e um posto clínico (célula E) (Machado, 1968).

Os equipamentos culturais foram previstos numa base teórica sujeita a correcções no futuro e seriam realizados pela iniciativa privada ou por entidades interessadas na sua exploração. Através da análise das necessidades e preferências das populações dos bairros lisboetas mais significativos e das tendências nesse campo, previram-se: para cada centro secundário, um centro de acção sócio-cultural, colectividades de cultura e recreio, biblioteca pública municipal; para o centro principal, colectividades de cultura e recreio, cine-teatro comercial, dois pequenos cinemas; e na Quinta do Contador-Mor, um museu e biblioteca enquadrados no parque¹¹⁷, concebido como prolongamento do centro cívico-comercial principal (GTH, 1963b).

A programação dos equipamentos religiosos foi estabelecida de acordo com os programas fornecidos pelo Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado. Para além dos complexos paroquiais localizados no centro cívico-comercial principal e secundário, considerou-se a necessidade de uma capela auxiliar para servir parte da população da célula E, que ficava a uma distância excessiva desses complexos. O critério de inserção urbana foi a sua integração em áreas com fácil acesso e uma vida intensa, criando o isolamento necessário em relação a zonas de maior movimento e ruído (GTH, 1963a).

Execução

A execução de Olivais-Sul não correspondeu às intenções do Plano. Apesar do dimensionamento dos núcleos residenciais ter como parâmetro a sua relação directa com os equipamentos colectivos, não existiu uma estratégia integrada para a sua construção simultânea (Lourenço, 1998; Nunes, 2007), e quando a população do bairro estava completa, faltava construir um grande número de equipamentos, ausência que acabou por reflectir o quadro inacabado e subequipado, com sinais de decadência precoce, em que se encontrava no fim dos anos 70 (GTH, 1977; Graça et al, 1979) e que ainda hoje permanece.

A construção dos centros cívicos-comerciais secundários devia preceder a do centro principal atendendo à circunstância do seu comércio ser de consumo diário, e a construção do centro cívico-principal deveria ocorrer por fases, cada uma usufruindo de

117 Os dois parques previstos ocuparam áreas não propícias à habitação (um vale e uma encosta); um para ser acessível à população ocidental da malha e o outro para servir principalmente a parte oriental (GTH, 1963a).

autonomia temporária (Ribeiro, 1967). No entanto, nenhum foi construído nos moldes previstos: foram construídos apenas na sua componente comercial, o da célula B e o centro cívico-comercial principal, com projecto aprovado em 1991, mas sob outros princípios. Uma das razões desta falha terá sido a complexidade dos programas, cuja execução estava dependente de vários organismos, na sua maioria públicos. Os equipamentos culturais que tinham sido considerados indispensáveis, uns não foram realizados, outros não foram construídos durante a execução do Plano (Nunes, 2007); a programação definitiva dos equipamentos assistenciais foi solicitada ao MSA (GTH, 1963a), tendo estes surgido de acordo com as suas orientações e a evolução das suas políticas gerais. O atraso na construção dos mercados levou à sua substituição por mercados provisórios, nos locais próximos dos previstos no Plano, de modo a criar a habituação da população (Rodrigues e Guimarães, 1986; Zúquete e Castro, 1966).

8. 3. Plano de Pormenor de Telheiras-Sul (1974)

8. 3. 1. Princípios urbanísticos

O PDUL (1959) continha orientações para a unidade de ordenamento de Telheiras e nesse mesmo ano o GEU desenvolveu para a área estudos urbanísticos. No entanto, até ao final dos anos 60, Telheiras permaneceu uma zona rural, com quintas, um bairro-jardim dos anos 30 e o colégio Alemão. No PDCL (1967), a unidade de ordenamento de Telheiras constituiu uma zona de expansão residencial, limitada fisicamente por vias importantes com faixas verdes de protecção: a Av. Padre Cruz a nascente; a 2ª Circular/Av. General Norton de Matos a Sul; o Eixo Norte-Sul a poente (Fig.5-Anexo I).

A partir de 1969, são realizados novos estudos para Telheiras, pelo gabinete OTAM a pedido da CML, sob a autoria do Arquitecto francês Gilles O'Callaghan: o "Programme d'Aménagement de la Maille de Telheiras" (1969) e o "Plan de Masse – Zone d'Habitation de Telheiras" (1972) (Lourenço, 1998). No entanto, a alteração das premissas que os fundamentaram, nomeadamente pela publicação do DL n.º 576/70 (lei dos solos) e a criação da EPUL em 1971, levaram a que esta procedesse à actualização do *Plan de Masse* (Pita, 1980) a partir de 1972. Assim, foram realizados o Plano de Pormenor de Telheiras-Sul (1974) e o Plano de Telheiras Norte 1 (1975), ambos da responsabilidade de Pedro Vieira de Almeida e de Augusto Pita (Lourenço, 1998). No

entanto, a organização e as características das células habitacionais, da estrutura viária e dos equipamentos ficaram definidas no “Programme d’Aménagement de la Maille de Telheiras” (Plano de Ordenamento de Telheiras – POT) (EPUL, 1976).

A unidade de ordenamento de Telheiras, com 63,5 ha e uma população de 20.000 habitantes, foi tratada como um conjunto fechado, mas sem esquecer a sua ligação com a envolvente e a própria cidade, apesar de circunscrita por rodovias. A EPUL foi responsável pela urbanização das suas duas zonas, Norte e Sul, mas a adopção de métodos de planeamento distintos criou duas realidades distintas. Os estudos para Telheiras-Norte não foram formalizados e o seu ordenamento foi realizado através de diferentes operações urbanas, com reflexos negativos para o espaço urbano; Telheiras-Sul foi afectada a um plano de ordenamento que resultou num ambiente urbano de qualidade. Foi concebida segundo uma abordagem integrada, através dum planeamento coerente de ocupação em termos de dimensão e tipologia das edificações; número de fogos; número de habitantes; áreas para jardins, recreio, escolas e equipamentos sociais; relação entre áreas de habitação e de serviços; lugares de estacionamento; etc. (ART, 1995). O Plano de Pormenor, considerou uma área de 49,0 hectares (menos 0,5 hectares do que no Plano OTAM) e uma população de 13.574 habitantes, prevendo 850 empregos (comércio, escritórios e indústria) (Almeida e Silva, s.d.).

Os conceitos urbanísticos adoptados (no POT e no PPT) enquadraram-se na corrente crítica internacional aos princípios do Movimento Moderno, emergente no Plano de Olivais-Sul, através da influência de um conjunto de experiências que incluíram: a 2ª geração de *New Towns*, as *Nouvelles Villes*, a abordagem das tipologias da cidade tradicional segundo a crítica assumida por Jacobs e a assimilação da noção de estruturação da cidade em retícula defendida por Alexander em «A city is not a tree» (Lourenço, 1998).

Segundo Bento, citado por Contumélias (21 de Out., 2007), a distância máxima a pé de qualquer ponto do bairro ao centro de Telheiras é de 400 metros. Esta característica; o desenho urbano de qualidade; os espaços verdes como elemento presente; actividades diversificadas e usos multifuncionais; associativismo e forte identidade local; transportes colectivos com ligações intermodais e uma rede pedonal justificaram a candidatura da EPUL ao “Prix Rothier- 2008”, que elege o melhor bairro da Europa segundo os princípios do Livro Verde do Ambiente Urbano (1990), da Carta

do Novo Urbanismo (1996), e da Nova Carta de Atenas (2003) (EPUL, 2007). Segundo a EPUL (2007: 1), “A sustentabilidade começa no conceito urbano, através da multifuncionalidade integrada do bairro, apresentando um desenho urbano promotor de qualidade de vida e conforto urbano.”

Outros princípios do Plano podem ser enquadrados no Novo Urbanismo: mistura de funções (habitação, comércio e serviços); integração social; abandono das tipologias em torre ou em banda isoladas no espaço; esquema de circulação integrado de peões e automóveis, etc.. O fomento de uma vida colectiva intensa e a miscigenação social constituíram dois objectivos fundamentais da intervenção. Privilegiou-se a sociabilidade e a troca e acreditou-se “no poder das formas espaciais para influenciarem os modos de vida” (Relatório NEUT citado por Contumélias, 2008: 74). Foram introduzidas diversas categorias de habitação, para diferentes grupos etários e rendimentos; integraram-se fogos para deficientes e para a terceira idade com fogos destinados a jovens e a pessoas sós; aproximaram-se os fogos sociais da área central do bairro (Vieira de Almeida, 1994); e a solução dos percursos de peões procurou contribuir para a mistura de categorias sociais (Vieira de Almeida e Pita, 1972).

O tecido urbano foi estruturado em células-quarteirões residenciais (o quarteirão correspondia à designação célula) e na criação de percursos pedonais, quanto possível, interligados com zonas verdes e potenciados por equipamentos de uso colectivo (EPUL, 1976). Valorizou-se a qualidade dos espaços verdes e dos espaços livres (16,5 m² de área verde e de recreio por habitante) e a criação de uma imagem urbana cuidada (Pita, 1980). Propôs-se a recuperação do aglomerado antigo “Telheiras-Velho” como centro e pólo de atracção da malha, gerador de actividades e de convívio, com equipamentos de interesse geral e todo o tipo de comércio. Este constituiu a espinha dorsal do conjunto (no POT e no PPT), um eixo exclusivamente pedonal prolongado com novas actividades (centro comercial) do qual irradiavam percursos pedonais a ligá-lo a centros secundários (OTAM, 1969b).

A estrutura urbana de carácter tradicional foi composta por um sistema de “ruas” e “praças” que davam continuidade às construções, mas sem um desenvolvimento linear excessivo. As noções de rua e de quarteirão foram recriadas. Não se encerrou por completo o quarteirão, nem se utilizou o conceito de rua como mero corredor físico, introduzindo-lhe pontos de interesse e as suas frentes foram pontuadas com elementos

de estrutura verde, como na cidade tradicional (Lourenço, 1998). O quarteirão e o seu interior foram recuperados enquanto espaços semipúblicos de apoio (jardins de infância, creches, pequeno comércio quotidiano, etc.), e a rua concebida como «estrutura natural e como espaço próprio de apropriação e integração do tecido social» (Vieira de Almeida, 1994: 902).

Os esquemas de circulação pedonal e viário foram concebidos de modo integrado (Lourenço, 1998), mas não separados totalmente. No entanto, estudaram-se percursos exclusivamente pedonais, com mais do que uma alternativa e com passagens inferiores, de modo a ligar os diferentes quarteirões aos equipamentos, às lojas, ao centro comercial e às paragens de autocarros (CSOP, Parecer do Plano de urbanização da Unidade de Ordenamento de Telheiras, 1971; OTAM, 1969b). Evitava-se, deste modo, que o peão se cruzasse no quotidiano da vida de bairro com as vias de acesso automóvel de maior tráfego (Lourenço, 1998; Vieira de Almeida e Pita, 1972).

8. 3. 2. Equipamentos

O PDCL (1967) previa para a unidade de ordenamento de Telheiras uma zona residencial equipada, que devia considerar nas suas funções a complementaridade do centro terciário previsto ao longo da Alameda das Linhas de Torres (Lourenço, 1998) e a inclusão de equipamentos para uma população mais vasta (ensino pós-primário, quartel-escola de bombeiros, zona desportiva) (EPUL, 1976).

Os princípios adoptados na distribuição dos equipamentos (Fig.6-Anexo I) ficaram definidos nos primeiros estudos urbanísticos (POT e *Plan de Masse*). O POT considerou a grelha de equipamentos do PDCL; as necessidades próprias da população prevista e os equipamentos disponíveis ou previstos nas malhas vizinhas, no entanto, se para alguns equipamentos foi possível prever uma complementaridade entre malhas, para outros, a situação de proximidade imediata à população a servir era mais importante (OTAM, 1969a). A existência de barreiras físicas que fechavam o território (vias rápidas e grandes equipamentos como o estádio do Sporting Clube de Portugal e o sanatório, hoje Hospital Pulido Valente) não impediu a definição de ligações viárias e pedonais com a envolvente imediata, para tornar possível a utilização de determinados equipamentos, nomeadamente a universidade a Sul e o centro terciário da Alameda das Linhas de Torres (OTAM, 1969b). Os equipamentos que necessitavam de maiores

superfícies (escolas, terrenos de jogos) foram localizados na periferia, junto das vias de tráfego, mas protegidos por barreiras verdes. Este critério, possibilitado pela configuração do terreno que não impunha grandes distâncias a percorrer, teve como objectivo obter o carácter urbano desejado e simultaneamente ligar Telheiras-Sul a Telheiras-Norte e às malhas vizinhas (OTAM, 1969c).

Os equipamentos foram distribuídos segundo um “Sistema de polos de “animação”, reunidos ao longo de uma rua ou em torno de uma praça (CSOP, Parecer do Plano de urbanização da Unidade de Ordenamento de Telheiras, 1971: 18) e ligados por percursos de peões que atravessavam o interior dos quarteirões. A espinha dorsal da malha (Telheiras-Velho e seu prolongamento) constituía um eixo importante de equipamentos: “Para garantir a sua vitalização procurou-se não só distribuir equipamento ao longo de toda a extensão do percurso, como criar pólos de equipamento forte nos extremos do mesmo”, dotando-o de grande visibilidade e animação funcional (Pita, 1980: 48).

No PPT podem ser identificadas “zonas de reserva” distribuídas por várias áreas do Plano, atribuindo-lhe alguma flexibilidade na sua adaptação a necessidades futuras, e várias relações na inserção urbana dos equipamentos: equipamentos agrupados na própria célula (escola – creche – dispensário; centro cívico - dispensário); ligação entre equipamentos de células diferentes (escola alemã - escola pré-primária – piscinas), etc.. (Almeida e Pita, 1974); programas mistos (centro de dia e habitação para idosos integrados no centro social) e equipamentos misturados com funções residenciais no mesmo edifício (centro de dia, correios, centro médico e de enfermagem) (Ramos, 1997).

Ensino

A EPUL, em documento à DGCE, propôs a concretização de “equipamento escolar integrado”, que visava a utilização das instalações escolares pela população e a optimização do uso das instalações complementares (parques desportivos, zonas verdes, ginásios, etc.). A DGCE que vinha a desenvolver estudos nesta matéria, nomeadamente através dos programas de apoio técnico da OCDE, sugeriu à EPUL um trabalho conjunto com os vários organismos implicados, de modo a encontrarem-se soluções reais (DGCE, 1976).

O ensino pré-primário e primário foram, em geral, agrupados, permitindo simplificar os trajectos de acompanhamento das crianças e a utilização comum de certas instalações (cantinas, jogos, etc.) (CSOP, Parecer do Plano de urbanização da Unidade de Ordenamento de Telheiras, 1971; OTAM, 1969a). A sua localização na periferia da área de intervenção tinha a vantagem de favorecer as taxas de frequência das escolas, pela complementaridade entre pirâmides etárias de bairros urbanizados em épocas diferentes; estabelecer ligações sociais entre bairros vizinhos; não quebrar a continuidade do tecido urbano com espaços mortos; e possibilitar a utilização das zonas “non aedificandi” para os seus terrenos de jogos (CSOP, Parecer do Plano de urbanização da Unidade de Ordenamento de Telheiras, 1971). Simultaneamente, não retirava a sua proximidade à habitação. Os percursos tinham no máximo 500 metros (OTAM, 1969a) e foram facilitados por atravessamentos desnivelados para peões, que tiveram em conta principalmente o acesso às escolas. Uma das escolas primárias serviria parte da população de Telheiras-Norte, outra, na periferia Oeste, serviria parte da malha vizinha, enquanto, as escolas pré-primárias destinavam-se apenas a Telheiras-Sul (OTAM, 1969b).

O dimensionamento das escolas primárias foi inicialmente estudado pelo grupo OTAM, que recorreu à norma aplicada em Lisboa: estimada a população global da área, foi deduzido o tamanho relativo dos diferentes grupos escolares. Os resultados obtidos foram ajustados pela avaliação do número de alunos por célula-quarteirão (que diferia entre habitações sociais e não sociais) e da facilidade dos percursos a pé, de cada grupo escolar às diferentes células. Assim, quando vantajoso, associou-se a cada célula mais do que um grupo escolar (OTAM, 1969c).

O PPT manteve o critério de localização das escolas e aplicou ao seu dimensionamento as normas da DGCE então vigentes. Para o cálculo da população escolar pré-primária e primária considerou, respectivamente, percentagens de 5% e 10% da população total e taxas de escolarização de 80% e 110%. Assim previu um grupo escolar com 200 alunos do ensino pré-primário e 850 do primário; um grupo escolar com 120 alunos do ensino pré-primário e 520 do primário, e um grupo escolar apenas com 200 alunos do ensino pré-primário, a construir faseadamente de acordo com o aumento da população (EPUL, 1976). Para a superfície de terreno necessário considerou 17m²/aluno (Vieira de Almeida, 1994).

O POT propunha um liceu em Telheiras-Norte, apesar do número de habitantes previstos (17.000 habitantes) não atingir o valor mínimo para a criação de um liceu (20.000 habitantes). No entanto, considerou que a capacidade excedentária serviria, numa primeira instância, para limitar o equipamento da malha vizinha e, posteriormente, responderia ao aumento da escolarização. O critério de localização seguiu o das escolas primárias e, embora o liceu ficasse um pouco excêntrico, a distância às habitações não excedia os 1400 metros, ou seja, menos de 20 minutos a pé para um adolescente (OTAM, 1969a). Entretanto as premissas foram alteradas, e para o PPT foram exigidos dois núcleos para o ciclo preparatório do ensino secundário: um foi inserido na área de intervenção, e o outro fora dela, no terreno contíguo a poente (Vieira de Almeida e Pita, 1974).

Desporto e recreação

No POT os equipamentos desportivos foram reduzidos em relação às normas habituais, pela possibilidade das necessidades da população serem satisfeitas através da utilização dos campos de jogos das escolas e das grandes instalações desportivas existentes na proximidade, que preencheriam as lacunas, excepto no que respeita às piscinas. Assim, foram previstos inicialmente uma piscina e alguns campos de jogos nas zonas periféricas “non aedificandi” (OTAM, 1969b). O PPT seguiu o mesmo critério e reduziu os equipamentos desportivos a um pequeno núcleo desportivo e recreativo, com piscinas, jogos infantis, anfiteatro ao ar livre e jardim, que funcionaria como um dos pólos de vida dos habitantes. Já os equipamentos recreativos foram favorecidos em número e na proximidade às habitações: foram distribuídas áreas para jogos infantis (10 m²/criança), conjugadas com jardins familiares, no interior dos vários quarteirões, aproveitando as superfícies de cobertura dos estacionamento subterrâneos (Vieira de Almeida e Pita, 1972).

Equipamentos cívicos e comerciais

Os equipamentos sociais, culturais e religiosos foram distribuídos como factores de animação, na proximidade do núcleo antigo, do comércio e das escolas. O *Plan de Masse* localizou os equipamentos sociais (centros sociais, creches, dispensário) na proximidade uns dos outros, das escolas, das paragens de autocarros, dos caminhos pedonais e das habitações sociais (OTAM, 1969c). O PPT seguiu o mesmo critério e

incluiu: pequenos centros sociais e creches agrupados, creche e dispensário junto da escola primária, e um centro social com centro de dia para 80 utentes, conjugado com a introdução de tipologias T1 para a 3ª idade, localizado no centro do bairro na zona com maior número de fogos de natureza social (células 8 a 15).

O centro cívico foi previsto na zona central do Plano, num ponto importante de circulação viária, de peões e de transportes colectivos, e teve como objectivo criar um espaço público destinado principalmente ao convívio e reunião. O programa incluía uma praça pública com comércio, habitação, escritórios, serviços públicos e administrativos, e equipamentos culturais e recreativos: biblioteca, cinema, salas polivalentes, galerias de exposições, restaurantes, cafés, anfiteatro exterior (RAU, 1980). Uma biblioteca e um centro cultural, no antigo convento das Portas do Céu (a restaurar), completavam os equipamentos culturais.

A ideia inicial do POT, de criar mercados próximos das zonas comerciais, foi abandonada e evoluiu para a introdução de dois tipos de comércio distintos: áreas equivalentes de lojas distribuídas em pequenos grupos pelos vários quarteirões, diminuindo os percursos dos utentes, e um centro comercial (CSOP, Parecer do Plano de Urbanização da Unidade de Ordenamento de Telheiras, 1971; OTAM, 1969b). Assim o PPT previu um centro comercial composto por vários edifícios, com acesso exclusivamente pedonal, que constituía o prolongamento do comércio de Telheiras-Velho.

Execução

Na fase de execução existiram várias alterações ao Plano retendo-se, no entanto, o essencial (Pita, 1980). Os privilegiados índices urbanísticos não foram cumpridos, por razões de viabilidade financeira aumentou-se a área construída e a densidade habitacional (Contumélias, 2008). A execução dos equipamentos foi planeada em fases a realizar em parceria com as respectivas tutelas, mas escolas, creches, centros sociais, Igrejas e centro cívico ficaram aquém do planeado. Alguns não foram construídos, outros não o foram atempadamente (escolas), e outros sofreram alterações de conteúdo e/ou de localização. O centro social, com centro de dia, foi o único que correspondeu aos moldes previstos no Plano (Lourenço, 1998). Hoje, como centro comunitário¹¹⁸, tem

118 O centro comunitário é uma estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que tendem para prevenção de problemas sociais e para o desenvolvimento de um projecto local (DGOTDU,

uma localização central privilegiada e é uma estrutura de referência no Bairro de Telheiras, desenvolvendo a sua intervenção junto da comunidade através das seguintes valências: residência, centro de dia, serviço de apoio domiciliário e emergência social. No lugar do centro cívico foi construído, em 2002, um conjunto composto por uma praça, habitação, comércio e serviços, e o núcleo antigo de Telheiras, o convento e a igreja foram mantidos, mas não vitalizados.

A concepção do pólo desportivo foi abandonada, segundo a ART (1995, 2001), sob a alegação de que os equipamentos desportivos do SCP serviriam as necessidades dos residentes de Telheiras. Esta alteração provocou uma situação de carência de equipamentos de desporto de carácter informal, que entrou em conflito com o perfil jovem da população de Telheiras. Recentemente foi construído um polidesportivo de natureza privada em Telheiras-Norte (propriedade da EPUL); assim, foram substituídas áreas desportivas de vocação de bairro, e de gestão municipal ou local, por áreas desportivas profissionalizadas pertença de clubes privados, quando a dimensão dos equipamentos, o seu acesso e a sua gestão não justificam a identificação. Os jogos de recreio infantil no interior dos quarteirões, e os jardins a eles associados, foram substituídos por estacionamento à superfície, pois os estacionamentos subterrâneos não foram construídos (apenas foi construído o “Jardim dos Ulmeiros” com parque infantil).

As áreas verdes de protecção aos grandes eixos viários não foram construídas e os afastamentos das escolas a estes eixos não foram respeitados: o pátio da escola primária que, segundo o Plano de Pormenor, estava separado das vias rápidas por uma barreira verde de protecção de cerca de 40 metros (ART, 1995), está a escassos metros do Eixo Norte-Sul. A escola do ensino preparatório junto ao Eixo Norte-Sul (construída em 1980/81 em instalações pré-fabricadas) teve graves dificuldades de acesso, que levaram ao atropelamento de alunos e vitimaram dois elementos do corpo docente (Vieira de Almeida et al, 2000). A escola primária foi construída segundo a tipologia P3, mas nunca chegou a funcionar completamente como tal (Contumélias, 2005).

A proximidade entre escolas, centro comunitário e instalações da ART tem possibilitado a sua colaboração, a partilha de espaços e de actividades, nomeadamente através da dinamização de acções no centro comunitário, por parte dos alunos da Escola EB 23, e da abertura desta escola à comunidade, após o horário das aulas, para

2002).

utilização das instalações desportivas (Inspeção-Geral da Educação, 2008).

A ART foi criada em 1988, com o objectivo de fomentar a melhoria das condições urbanísticas e ecológicas do bairro, das infraestruturas de apoio directo à comunidade local residente (passagens para peões, segurança, equipamento urbano) e o seu aperfeiçoamento cultural, social, cívico e físico (ART, 1995), num período em que a população se confrontava com as dificuldades de uma urbanização recém-criada, na qual as habitações precedem, geralmente, os equipamentos (Contumélias, 1996). A ART, com a participação dos moradores, deu um importante contributo para a realização dos equipamentos de apoio à população.

8. 4. Análise comparada das três intervenções

Apesar das diferenças, resultantes das condicionantes urbanas e geográficas e de contextos temporais e referências urbanísticas próprios, identificámos nos três bairros princípios comuns de planeamento. Enquadrados por um planeamento municipal de “continuidade”, caracterizado pela expansão e descentralização da cidade, foram concebidos como novas unidades residenciais com territórios bem delimitados (por vias principais) e um número de habitantes ideal para serem semi-autónomas: as populações adoptadas em Alvalade e em Olivais-Sul inserem-se nos valores considerados para as Novas Cidades Inglesas, e a população de Telheiras-sul corresponde à população de uma célula (de Olivais-sul) composta por duas unidades de vizinhança e ao número de habitantes estabelecido para as freguesias, segundo a organização administrativa de Lisboa de 1959. Os princípios urbanísticos comuns aos Planos Directores da cidade resultaram na convergência de alguns critérios de planeamento dos equipamentos dos bairros. Por exemplo, a continuidade da descentralização cívica, administrativa e comercial da cidade, atribuiu aos três bairros uma grande autonomia em relação aos equipamentos de nível local (ainda que com graus diferentes), e nos três Planos dos bairros encontramos equipamentos comuns: comerciais e cívicos (serviços administrativos, cinemas, igrejas), assistenciais, escolas primárias, áreas de recreio infantil e campos de jogos, equipamentos culturais (biblioteca, museu), etc..

Por outro lado, a continuidade das preocupações sociais na política habitacional durante o período do Estado Novo, evidenciadas pelo CSOP nos seus pareceres aos planos de urbanização, reflectiu-se na semelhança dos princípios urbanísticos e dos

equipamentos dos três bairros, para atingir a miscigenação social desejada. A política integrada de habitação e urbanismo adoptada pelo FFH, que vinha a ser desenvolvida pelo GTH à escala local, com o aumento da aproximação do emprego, habitação e equipamentos, teve a conseqüente aplicação ao nível do bairro.

Podemos também atribuir algumas similitudes nos princípios adoptados às influências das correntes urbanísticas: Alvalade inspirou-se na Cidade-Jardim e na Carta de Atenas, Olivais-Sul na Carta de Atenas e nas New Towns (que se inspiraram na Cidade-Jardim), e Telheiras-Sul nas New Towns e no Novo Urbanismo. Nos três bairros estão presentes elementos da cidade tradicional e uma forte ligação das células habitacionais à natureza. Em Alvalade, a estrutura urbana tradicional foi associada a princípios modernistas; em Olivais-Sul, a cidade modernista integrou elementos da cidade tradicional; e em Telheiras-Sul, a cidade tradicional incluiu elementos da cidade modernista.

O quadro síntese comparativo apresentado em anexo (Quadro 1-Anexo II) mostra alguns critérios adoptados nos três bairros. A sua análise permite concluir que existiram mais semelhanças entre os três bairros do que diferenças, ainda que com variações de intensidade (e na forma conceptual). Podemos ainda identificar tendências na concepção dos equipamentos, ou seja o aumento da valorização/adopção de certos critérios.

Como principal característica comum aos bairros identificámos a valorização da proximidade dos equipamentos às populações, em especial do comércio diário e das escolas primárias, que foram planeadas em ligação a outros equipamentos e com áreas de influência idênticas (400-500 metros), de modo a serem alcançadas a distâncias razoáveis por percursos pedonais seguros. Podemos ainda fazer uma analogia entre a área de influência da unidade de vizinhança utilizada em Alvalade e Olivais-Sul (400-500 metros de raio) com a dimensão do bairro de Telheiras-Sul (800 metros de extensão).

A principal diferença residiu no carácter simbólico atribuído aos equipamentos, associada à sua distribuição no espaço urbano: passou-se de um grande pólo de equipamentos em Alvalade (Igreja, escola técnica, centro social, escola primária) para a integração de três pólos de equipamentos em Olivais-sul (um principal e dois

secundários) ligados por percursos pedonais, e em Telheiras-sul distribuíram-se pequenos pólos a pontuar os percursos pedonais.

As principais tendências identificadas foram: (1) perda gradual do carácter simbólico dos equipamentos (em particular da Igreja e das escolas); (2) aumento da optimização dos recursos através do planeamento integrado dos equipamentos e da optimização das estruturas (aumento do número de alunos por escola primária, maior proximidade de certos equipamentos ou sua junção, etc.); (3) reforço da valorização dos percursos pedonais a ligar os equipamentos; (4) aumento do número de equipamentos e da sua proximidade às habitações (equipamentos assistenciais, de recreio infantil, etc.).

CONCLUSÃO

Nesta fase final da dissertação relacionámos o planeamento dos bairros (Alvalade, Olivais-sul, Telheiras-sul) com o planeamento sustentável, para responder à principal questão formulada nos objectivos desta investigação: os seus critérios de planeamento dos equipamentos mantêm-se sustentáveis à luz das premissas actuais?

Nesse sentido, identificámos um conjunto de princípios actuais de planeamento urbano sustentável que os três bairros contêm, com maior ou menor intensidade: adequada inserção urbana no contexto da cidade; ordenamento limitador da dispersão urbana; natureza como elemento de referência na solução urbanística; proximidade das habitações, equipamentos colectivos e transportes; bairros percorriáveis a pé; combinação de usos do solo compatíveis com vista a minimizar as distâncias de viagem; inclusão e coesão sociais; mistura de tipologias de habitação para vários grupos sociais; promoção do contacto diário entre diferentes populações; desenho urbano sustentável (ambientes saudáveis e atrativos).

No planeamento dos equipamentos dos bairros identificámos como elementos sustentáveis: fácil acesso a todos os serviços; estímulo ao acesso a serviços locais (escolas, equipamentos culturais e de recreio, pequeno comércio); diversidade da oferta de serviços; mistura de serviços; ligações pedonais, directas e seguras, entre áreas residenciais, escolas e áreas de recreio; ligação dos equipamentos com os meios transportes e com a habitação; utilização dos equipamentos como incentivo à mistura social nos bairros; tentativa de uso eficiente dos recursos (complementaridade, flexibilidade, partilha, polivalência dos equipamentos); interacção entre o projecto do equipamento, o seu planeamento e o ordenamento urbano; valorização do seu valor simbólico; utilização de elementos históricos e culturais, estimuladores da identidade local; equipamentos básicos assegurados a distâncias a pé; actividades adequadas aos ritmos específicos de pessoas idosas e jovens, nomeadamente espaços públicos e de recreio para várias idades, seguros e livres de automóveis.

Uma das vantagens da estruturação dos bairros com base em princípios sustentáveis é a maior facilidade da sua adaptação a novas exigências (alteração das

necessidades das populações, etc.) e às transformações urbanas, pois para a requalificação do seu espaço urbano ou reprogramação dos seus equipamentos existe uma base que poderá ser reaproveitada por princípios idênticos, mas com as diferenças próprias da evolução. Podemos referir, por exemplo, o caso de Olivais-Sul e de Telheiras-Sul, com uma estrutura pensada para conter percursos exclusivamente pedonais, que hoje deram lugar a ciclovias; ou os percursos pedonais de Alvalade a percorrer o interior dos quarteirões, que são utilizados para encurtar distâncias, ou para fugir ao trânsito, apesar de necessitarem de ser recuperados. Esta ideia poderá ser reforçada, se atendermos que a permanência de alguns critérios de planeamento dos equipamentos em bairros de distintos períodos revela, já por si, que a sua utilização manteve-se válida, independente do factor tempo.

Proximidade: coerência do planeamento, coesão social, identidade local

O bairro deve preservar a sua autonomia em relação a determinados serviços, não só para a comodidade das populações, libertando o seu tempo para outras actividades, mas por questões de identidade, de partilha, de reunião e convivência social, características estas que devem ser consideradas na sua re(estruturação). Para além da sua funcionalidade, os equipamentos dos bairros têm um papel social. Por exemplo, o mercado é um espaço de troca, de encontro, de conversação e de descoberta.

Os equipamentos de proximidade deverão contribuir para a convivência das diferentes gerações, por exemplo, a sua localização junto de espaços verdes ou de equipamentos desportivos para além de garantir um enquadramento atractivo, pode contribuir para esse objectivo. Por outro lado, devem ser utilizados para aumentar a vitalidade urbana dos bairros que muitas vezes ficam desertos ao fim do dia ou durante os fins de semana (equipamentos de lazer, etc.), evitando simultaneamente a utilização de transportes. No entanto, a tranquilidade, recolhimento e conforto do interior dos bairros devem ser assegurados (e mantidos), por exemplo, restringindo os serviços baseados no uso predominante do carro ou equipamentos para um grande número de utentes (estádios, etc.). São critérios de localização importantes para alguns equipamentos que exigem lugares afastados do bulício da cidade (equipamentos de saúde, escolas, igrejas, etc.). As condicionantes urbanísticas ao posicionamento dos equipamentos nos bairros, presentes no período analisado, continuam válidas: o afastamento das vias de grande tráfego e de zonas ruidosas; a incompatibilidade dos

equipamentos com outras funções (escola/indústria, escola/zonas comerciais) e outros equipamentos (escola/cemitério, escola/hospital); a compatibilidade funcional entre equipamentos (escolas/equipamentos sociais, escolas/equipamentos desportivos); e a necessidade de terrenos que beneficiem de boa exposição solar, facilidade de construção, etc..

Os limiares mínimos e máximos dos equipamentos devem ser estudados de forma a assegurar a identidade dos bairros e a garantir que os serviços sejam acessíveis a diferentes grupos sociais (deficientes, idosos, grupos sociais desfavorecidos) e aos territórios marginalizados. Segundo Ascher (2010: 133), “tendo as cidades mudado de escala e de modalidades de funcionamento (...) um dos principais desafios consiste em que os recursos que elas oferecem sejam “acessíveis” a todos”. Este princípio requer uma atenção especial às dificuldades das pessoas com mobilidade condicionada, que podem ser minimizadas, por exemplo, através da integração dos equipamentos que as servem noutros equipamentos (no bairro de Olivais-sul integraram-se salas de aula para deficientes nas escolas primárias), da proximidade/centralidade urbana de certos equipamentos sociais (por exemplo, o centro de dia de Telheiras ou os centros cívicos de reunião criados nos três bairros) ou da criação de percursos acessíveis.

Para tal, o planeamento dos equipamentos nos bairros deve ser realizado não só em termos de número de utentes, áreas de influência, défices e carências ou da sua degradação física, etc., mas na sua relação com as características das suas populações (mais carenciadas, etc.), como aconteceu particularmente no bairro de Olivais-Sul. Os serviços locais dos bairros, devem obedecer a prioridades, de acordo com a escala, natureza e especificidade de cada bairro, pois a necessidade de proximidade de certos equipamentos pode variar para bairros diferentes. A solução não passa por ter os equipamentos à porta, mas pela criação de percursos atraentes, a distâncias razoáveis (para cada utente) dos equipamentos. Percursos pontuados por equipamentos, não só incentivam o andar a pé e a sua utilização mais intensiva, como estruturam e orientam o espaço urbano, sendo o binómio percurso-equipamento fundamental.

Por outro lado, os equipamentos dos bairros devem ser pensados simultaneamente com os conceitos e princípios urbanísticos para a cidade, e as políticas do ordenamento do território e de planeamento dos equipamentos, que poderão ter impactos desfavoráveis à escala local, devem ser coerentes com as necessidades à escala

do bairro. Por exemplo, a adoção de políticas de coesão social, como aconteceu com a política habitacional anti-segregacionista do Estado Novo, utilizando instrumentos urbanísticos de nível local (unidade de vizinhança, centro cívico), viabilizou equipamentos de qualidade e de proximidade para todos os estratos populacionais.

A escola como elemento (re)estruturante dos bairros

Durante o período em análise defendeu-se a escola com funções sociais e comunitárias e a descentralização/disseminação de escolas pelos aglomerados urbanos; as escolas dos bairros estruturaram as malhas urbanas.

A escola como elemento presente é uma referência para a identidade dos bairros e um factor de segurança, como tal, é fundamental a sua relação com o espaço público imediato e a sua envolvente. Por outro lado, a escola pode facilitar a requalificação urbana de bairros degradados, pois a sua estrutura poderá servir para o acesso a outros equipamentos: centro de saúde, centro de dia, creche, biblioteca, centro de formação e emprego (Pereira e Pisco, 2010). As vantagens de ordem económica e a viabilidade relacionada com a dimensão dos estabelecimentos não devem por em causa a escola como elemento de referência social, cultural e urbana. O agrupamento dos diversos graus de ensino e a maior concentração das escolas deve ter em conta as particularidade dos bairros.

Incremento da interacção entre arquitectura, planeamento de infra-estruturas e ordenamento urbano, flexibilidade e adaptação às evoluções.

Um dos princípios de planeamento defendidos pelas correntes urbanísticas ligadas à sustentabilidade é a flexibilidade dos equipamentos e a sua adaptação a diferentes usos para responder à rápida evolução das necessidades. As soluções multifuncionais têm maior capacidade para enfrentar as dinâmicas socio-económicas e urbanísticas, e a variedade de novas circunstâncias, do que as soluções únicas e monofuncionais (Ascher, 2010). Nos bairros estudados foi defendida a sua ligação a espaços públicos (praças pedonais, jardins), a proximidade e complementaridade entre alguns equipamentos (escola/equipamentos de lazer, escola/equipamentos sociais), a partilha de instalações entre equipamentos, a polivalência dos equipamentos (complexos escolares, equipamentos para diferentes usos, utilização da escola para outras funções), e as questões da ampliação e expansão dos equipamentos constituíram uma

preocupação. Por exemplo, em Alvalade, a relação de proximidade de certos equipamentos e de terrenos de reserva para futuros equipamentos permitiu a criação de outros equipamentos afins na mesma área. Estes princípios, possibilitam aos equipamentos dos bairros responder melhor às evoluções e evitar o abandono ou degradação, a existência de um maior número de serviços nos “territórios de exclusão”, a utilização mais intensiva dos equipamentos e um melhor aproveitamento dos meios de transporte.

Também deve ter-se em atenção a complementaridade entre bairros, mas sem esquecer os limites razoáveis a que os equipamentos devem estar dos utentes, pois a utilização de transportes deve ser diminuída. Na cidade consolidada, a reestruturação dos bairros pode servir outras áreas mais carenciadas de equipamentos e sem possibilidade de reconversão das suas funções a curto prazo. Os grandes equipamentos (quartéis, hospitais, estádios, grandes parques, etc.) existentes no interior dos bairros, ou situados na sua periferia, devem ser articulados com o espaço urbano dos bairros, através de percursos pedonais e cicláveis, da sua arquitectura, funções, etc., de forma a não constituírem conjuntos fechados e barreiras físicas no espaço urbano, impedindo a articulação dos bairros com a envolvente. Poderão ser abertos à utilização pela comunidade local, com a criação de jardins ou equipamentos de lazer (aproveitamento dos jardins dos hospitais, cemitérios tipo park-way, etc.), e, alguns deles, transferidos para zonas mais periféricas e reconvertidos para equipamentos de proximidade.

Para o mesmo intuito deve contribuir a arquitectura dos equipamentos, com espaços flexíveis e multifuncionais. Soluções “definitivas”, edifícios projectados para um único fim, muitas vezes localizados de forma a impedir outro tipo de utilização, e zonamentos desfavoráveis, etc., tornam difícil o reajustamento dos edifícios caso seja necessário (Mayfield, 1984). Veja-se, no período em análise, a utilização de projectos-tipo flexíveis e adaptáveis aos terrenos, com espaços transformáveis e adaptáveis a outras funções. Assim, a diversidade da oferta de serviços nos bairros pode não significar o aumento das despesas, mas a sua optimização.

No entanto, não se pode esquecer a importância do valor simbólico dos equipamentos, que lhes foi atribuído durante o Estado Novo, através da sua localização em zonas privilegiadas, zonas de protecção, etc.. A adopção progressiva de políticas de eficiência e economia e a democratização do acesso a certos equipamentos retirou-lhes

gradualmente essa característica. As soluções arquitectónicas resultantes empobreceram as opções urbanísticas de valorização da sua inserção urbana nos bairros (veja-se as escolas de Telheiras-Sul e de Olivais-sul). O mesmo aconteceu com a junção de certos serviços numa única estrutura maior e com a inserção de serviços em edifícios com habitação (veja-se os postos da PSP existentes em Alvalade e em Telheiras-Sul ou os serviços entretanto instalados nos pisos térreos de edifícios habitacionais da Av. Estados Unidos da América), pois ao longo do tempo o valor simbólico de alguns equipamentos esteve associado à sua individualidade. A arquitectura deve, portanto, concorrer para os princípios de planeamento dos equipamentos.

O desenvolvimento futuro desta investigação poderá ser orientado para a aplicação prática das conclusões encontradas, através de uma análise mais aprofundada da situação urbanística dos equipamentos em cada um dos bairros, na procura de soluções de requalificação urbana integradoras dos princípios estudados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrantes, A. E. (1938). *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa: exemplaire corrigé par E. de Gröer*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Abrantes, P. (dir.) (2000). *A educação pré-escolar e os cuidados para a infância em Portugal* [Em linha]. Lisboa, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica [Consult. 19 Mar. 2012]. Disponível em:
<http://193.137.22.207/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=5284&img=480&save=true>
- Actividades desportivas* (188 Cx*) (1942-1963). Fundo da Direcção Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar. Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério da Educação.
- Alarcão A. (1972). “Aviso prévio pelo deputado Alberto Alarcão”. In *Urbanização e habitação: debate na Assembleia Nacional* (Documentos de trabalho, Série ordenamento, 5). Lisboa, Gabinete de Planeamento dos Ministério das Obras Públicas e das Comunicações, p. 15.
- Alegre, M. A. (2009). *Arquitectura escolar. o edifício liceu em Portugal (1882-1978)*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.
- Alexander, C. (1973). “A cidade (não) é uma árvore: recordando uma ideia de Christopher Alexander”. *Binário*, 183, 540-543.
- Almeida, M. C., Silva, M. H. (s.d.). *Estudo comparativo do novo plano e do Plano da OTAM: elaborado para Telheiras*. [s.l].
- Ascher, F. (2010). *Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Ferreira, F. C. et al (ed. lit) (1987). *Guia urbanístico e arquitectónico de Lisboa*. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Associação dos Residentes de Telheiras (ART) (1995). *Plano de Pormenor de Telheiras (Sul): um contributo da Associação de Residentes de Telheiras*. Lisboa, Junho.
- Ataíde A. (1971). *II plano de fomento gimnodesportivo: relatório preliminar*. Lisboa, Centro de Documentação e de Informação do Fundo de Fomento do Desporto.
- Atanásio, M. C. (1959). *Arte moderna e arte da igreja: critérios para julgar e normas de construção*. Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo.
- Azevedo, M. (1967). “O Plano Director da Região de Lisboa”. *Binário*, 108, 117-127.
- Baganha, M. I. et al (2008). *O sector da saúde em Portugal: funcionamento do sistema e caracterização sócio-profissional* [Em linha]. [Consult. 27 Mar. 2012]. Disponível em:

<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/182/182.pdf> .

Barcellos, V. Q. (2011). *Unidade de vizinhança: notas sobre a sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil* [Em linha]. Brasília, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo - Universidade de Brasília [Consult . 25 Mai. 2011]. Disponível em: http://vsites.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/edicao2001/unidade/unidade.htm

Barros, E. M. (1958-1960). “Relatório de uma viagem de estudo à Grã-Bretanha, Holanda e França: 27 de Agosto a 6 de Outubro de 1957”. *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*, 1, 149-176.

Barroso, J. (1995). *Os liceus: organização pedagógica e administração: 1836-1960* (Vol. 1). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Beja, F. et al (1990). *Muitos anos de escolas: edifícios para o ensino infantil e primário: Anos 40 – Anos 70* (Vol. 2). Lisboa, Ministério da Educação, Direcção-Geral de Administração Escolar.

Beja, F. et al (2010). *Muitos anos de escolas: edifícios para o ensino infantil e primário: da escola piloto à área aberta: casos especiais* (Vol. 3). Lisboa, Ministério da Educação, Secretaria-Geral do Ministério da Educação.

Benévolo, L. (1994). *As origens da urbanística moderna* (3a ed.). Lisboa, Presença.

Benévolo, L. (2002). *Historia de la arquitectura moderna* (8a. ed.). Barcelona, Gustavo Gili.

Botelho, J. R. (1959). “As Novas Cidades Inglesas”. *Binário*, 10, 1-14.

Brandão, A. (1967). “Temas de construção escolar: Análise do Liceu de Vila Nova de Gaia”. *Binário*, 103-104, 526-537.

Câmara Municipal de Lisboa (CML) (1941). *Regulamento Geral dos Mercados de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa (1946). Reunião da Ex.ma Câmara efectuada em 16 de Maio de 1946. In *Actas da Câmara Municipal de Lisboa: 1938-?*. Lisboa (Acta nº 105).

Câmara Municipal de Lisboa (1948). *A urbanização do sítio de Alvalade*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa (1973). “Plano Director da Cidade de Lisboa: Projecto de Regulamento”. In *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta nº 480, 11-20.

Camarinhas, C. T. ; Brito, V. (2011). *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa: 1938* [Em linha].[Consult. 9 Set. 2011]. Disponível em: http://utl.academia.edu/CatarinaCamarinhas/Papers/92303/Elementos_para_o_estudo_do_Plano_de_Urbanizacao_da_cidade_de_Lisboa_1938

- Campos, N. (2004). *Mercado de Alvalade Norte*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Actividades Económicas.
- Cardoso, J. M. (1958). *Aspectos sociais da unidade de vizinhança como elemento de urbanização*. Coimbra, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo.
- Cardoso, J. M. (1961). “Unidades Residenciais”. In *Colóquio sobre urbanismo: conferências, 8 a 21 de Março de 1961*. Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 91-101.
- Carreira, H. P. (1979). *Normas para a programação de equipamentos de saúde* (Cadernos GEPS; 2), Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento da Saúde.
- Carvalhinho, L. M. (1997). *O planeamento urbano e os espaços de lazer desportivo: estudo de caso de Benfica, Carnide e São Domingos de Benfica*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Carvalho, M. (1950). “Palestra pronunciada na sessão realizada em 20 de Janeiro de 1950, na sede da A.F. do Porto, sob a presidência do Sr. Director Geral dos Desportos”. *Boletim da Direcção-Geral da Educação Física, desportos e saúde Escolar*, Ano VII, I,II, 93-107.
- Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco (CEUHDP) (1965). *A legislação urbanística de alguns países da Europa: Bélgica, França, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, Polónia, Portugal*. Lisboa, Ministério das Obras Públicas, CEUHDP.
- Centro de Estudos de Planeamento (1978). *Equipamentos colectivos: normas para programação de equipamentos colectivos, recolha dos critérios existentes* (Vol. 1, Colecção Estudos urbanos e regionais, 16). Lisboa, Secretaria de Estado do Planeamento.
- Moutinho, M. et al (org.) (2001). *Urbanismo: um guia para o ensino secundário 10º, 11º e 12º anos*. Lisboa, CESU-ULHT.
- Cerejeiro, R., Freire, Eusa R. (1986). “Equipamento Escolar”. *Boletim GTH*, 50/51, 295-306.
- Choay, F. (2000). *O Urbanismo: Utopias e Realidades: uma antologia* (5a ed.). São Paulo, Perspectiva [orig. 1965].
- Comissão Europeia (CE) (2004). *Os compromissos de Aalborg* [Em linha]. Aalborg [Consult. 28 Mar. 2012]. Disponível em:
http://www.esb.ucp.pt/twt/WebDriveAgenda21/Gallery/aalborg_commitments_portud9dba25d8108/aalborg_commitments_portuguese.pdf
- Comissão Europeia (2007). *Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis* [Em linha]. Leipzig [Consult. 4 Nov. 2009]. Disponível em:
<http://www.eukn.org/binaries/eukn/news/2007/5/leipzig-charter-final-draft-020507-en.pdf>

Comissão Permanente Interministerial para o Desenvolvimento Social (CPIDS) (1973). *Os infantários e os jardins de infância*. Lisboa, Ministério das Corporações e Previdência Social, Ministério da Saúde e Assistência.

Congresso Internacional de Arquitectura (CIA) (1933). *Carta de Atenas* [Em linha]. Atenas [Consult. 12 Ser. 2010]. Disponível em:

<http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/CartadeAtenas1933.pdf>

Conseil Européen des Urbanistes (CEU) (1998). *New Charter of Athens 1998: European Council of Town Planners' principles for planning cities* [Em linha]. Athens [Consult. 29 Mar. 2012]. Disponível em:

<http://www.ceu-ectp.eu/images/stories/download/Athens-Charter-1998.pdf>

Conselho Europeu de Urbanistas (2003a). *A Nova Carta de Atenas 2003: A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do séc. XXI* [Em linha]. [Consult. 25 Mar. 2012]. Disponível em http://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf

Conselho Europeu de Urbanistas (2003b). *Carta de Estocolmo, 6 Novembro 2003: A carta de urbanismo europeu* [Em linha]. [Consult. 29 Mar. 2012]. Disponível em: <http://www.ceunet.org/charterpt.html>

Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) (1968). “Parecer dos Liceus-tipo – ante-projecto do Estudo Normalizado”. In M. J. Palla (2001). *Estudo dos pareceres emitidos sobre equipamentos colectivos de 1960 a 1969*. Lisboa, Conselho superior de obras públicas e transportes, 150-151.

Contumélias, A. (21 de Out., 2007). “Telheiras quer ser o melhor bairro da Europa”. *Notícias Magazine*.

Contumélias, M. (2008). *Uma Aldeia na cidade – Telheiras, o que é hoje e como se produz um bairro?* [Em linha]. Tese de Doutoramento. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa [Consult. 29 Mar. 2012]. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2386/1/Uma%20aldeia%20na%20cidade-revisão%20-%20Julho%202008.pdf>

Costa, J. P. (2010). *Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português* (4a ed.). Lisboa, Livros Horizonte.

Costa Lobo, M. (1969). “Da esquematização à realidade nos planeamentos urbanísticos: a vitalização e equilíbrio dinâmico dos tecidos urbanos complexos”. *Revista Municipal*, Ano XXX, 122/123, 23-26.

Costa Lobo, M. (1979). “Planos de urbanização: tipologia, motivações, objectivos, resultados esperados”. *Arquitectura*, 133, 56-60.

- Da Silva, S. C. (2010). *Arquitectura de cine-teatros: evolução e registo (1927-1959): equipamentos de cultura e lazer em Portugal no Estado Novo*. Coimbra, Almedina.
- Dias, F. S., Dias, T. S. (1993). *Lisboa: Freguesia de Santa Maria dos Olivais*. Lisboa, Contexto.
- Direcção-Geral das Construções Escolares (1976). *Equipamento escolar nas zonas de Telheiras, Carnide e Restelo a cargo da EPUL: resumo da reunião efectuada em 13/2/76 na EPUL*. Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral das Construções Escolares, 6 de Abr.
- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) (ed. lit.) (2000). *Vocabulário do ordenamento do território* (Colecção informação, 5). Lisboa, DGOTDU.
- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (ed. lit.) (2002). *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos* (Colecção informação, 6). Lisboa, DGOTDU.
- Duarte, C. S. (1957). “Blocos na Avenida dos Estados Unidos da América”. *Arquitectura*, 61, 17-24.
- Duarte, C. S. (1958). “Introdução a Howard”. *Arquitectura*, 63, 5-18.
- Duarte, C. S., Machado, A. R. (1964). “As novas construções escolares nas zonas abrangidas pelo Dec.-Lei 42454”. *Boletim GTH*, 1, 28-38.
- Empresa Pública de Urbanização (EPUL) (1976) “Plano de Telheiras (Lisboa). *Binário*, 205-206, 27-28.
- Empresa Pública de Urbanização (2007). *EPUL pxirothier 2008*. 8 de Agosto.
- Fondation Le Corbusier (2012). *Unité d'habitation, Marseille, France: 1945* [Em linha]. [Consult. 29 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.fondationlecorbusier.fr/>
- Forshaw, J. H., Abercrombie, P. (1943). *County of London Plan*. London, MacMillan.
- Freire, E. R. (1980). “Sistema dominó-escolas primárias”. *Boletim GTH*, 37/38, 147-239.
- Freitas, A. P. (1969). “Equipamento Urbano”. In *Colóquio de urbanismo, Funchal, Janeiro 1969: palestras e conclusões das mesas redondas*. Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 57-70.
- Fundo de Fomento da Habitação (FFH) (1970). *III Plano de Fomento: sector da habitação, proposta de revisão: 1971-1973* (Vol. 1). Lisboa, Ministério das Obras Públicas, FFH.
- Fundo de Fomento da Habitação (1978). *Plano Integrado de Setúbal: Plano Geral*. Lisboa, FFH.
- Fundo de Fomento da Habitação (1986). *Plano Integrado de Setúbal Relatório: ponto da Situação e propostas*. Lisboa, FFH.
- Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) (1970). *P3 projecto normalizado de escolas*

primárias: programa. estudo-base. Lisboa, Direcção Geral das Construções Escolares.

Gabinete de Estudos e Planeamento (1971a). *Normas sobre construções escolares: edifícios e terrenos para escolas primárias* (Redacção provisória). Lisboa, Direcção Geral das Construções Escolares.

Gabinete de Estudos e Planeamento (1971b). *Normas sobre construções escolares: designação urbanística dos terrenos escolares* (Redacção provisória). Lisboa, Direcção Geral das Construções Escolares.

Gabinete técnico de Habitação (GTH) (1963a). *Olivais-Sul*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Gabinete técnico de Habitação (1963b). “Olivais-Sul”. *Revista Municipal*, Ano XXIV, 97, 70-101.

Gabinete técnico de Habitação (1972). *Realizações e planos*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Gabinete técnico de Habitação (1977). *Escolas Primárias de Olivais e Chelas, Estudo analítico*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU) (1956). *Normas para as instalações dos liceus e escolas do ensino profissional nas províncias ultramarinas*. Lisboa, Ministério do Ultramar.

Gaspar, J. et al (2005) “As redes de equipamentos colectivos”. In C. A. Medeiros (dir.). *Geografia de Portugal, IV. planeamento e ordenamento do território*. Lisboa, Circulo dos Leitores, 107-165.

Giedion, S. (2004). *Espaço, tempo e arquitectura*. São paulo, Martins Fontes [orig. 1941].

Giraldes, M. R. (1969). “Planeamento de creches: definição de prioridades para o Continente”. *Informação Social*, 16, 2-78.

Giusti, J. (1976). *Instrumentos de planificação urbana e integração dos equipamentos nas zonas urbanas*. Lisboa, Direcção-Geral das Construções Escolares.

Gonçalves, A. E. et al (1972). *Necessidade de coordenação do planeamento escolar com o planeamento físico do território*. Lisboa, Direcção-Geral das Construções Escolares.

Graça, A. S. et al (1979). *Lisboa – cidade-Abril*. Lisboa, Caminho.

Grant, J. (2006). *Planning the good community: new urbanism in theory and practice*. London [etc.], Routledge.

Gröer, E. (1945-1946). “Introdução ao urbanismo”. *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*, 1, 17 – 86.

Grupo de Trabalho Sobre Construções Escolares (GTSCE) (1965). *Projecto de relatório: para comentário*. Ministério das Obras Públicas e da Educação Nacional, Organização de

Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Homem, F. F. (1945). "Proposta de um plano de organização da assistência infantil de Lisboa" (Trabalho apresentado à comissão Instaladora do Instituto Maternal). *Boletim da Assistência Social*, 24, 511 -517.

Howard, E. (1969). *Les cités-jardins de demain*, Paris, Dunod.

Howard, E. (1985). *Garden cities of tomorrow*. Bristol, Attic Books.

Inspeção-Geral da Educação (2008). *Avaliação externa das escolas: relatório: agrupamento de escolas de Telheiras*. Lisboa, Ministério da Educação.

Jacobs, J. (2009). *Morte e vida de grandes cidades* (2a ed.). São Paulo, Martins Fontes [Ed. Orig. 1961]

Janarra, P. (1994). *A política urbanística e de habitação social no Estado Novo: o caso do bairro de Alvalade de Lisboa (entre o projecto e o concretizado)* [Texto policopiado]. Dissertação de mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Krier, L. (1992). *Leon Krier: architecture and urban design: 1967-1992*. London, Academy Editions.

Krier, L. (1999). *Arquitectura: escolha ou fatalidade*. Lisboa, Estar.

Lamas, J. R. (2011). *Morfologia urbana e desenho da cidade* (6a ed.). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e tecnológica.

Lauga (1941). *Mercados de Lisboa: relatório: estudos do Arquitecto Lauga*.

Le Corbusier (2009). *Urbanismo* (3a ed.). São Paulo, Martins Fontes.

Lobato, L. G. (1951). "A Experiência de Alvalade". *Técnica: revista de engenharia dos alunos do IST*, 209-210, 329-340.

Lobato, L. G. (2004). *Memórias técnicas*. Lisboa, Instituto de Soldadura e Qualidade.

Lôbo, M. S. (1995). *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco* (2a ed.). Porto, DGOTDU/FAUP.

Lourenço, A. C. (1998). *Olivais e Telheiras: marcos do movimento moderno na expansão planeada de Lisboa* [Texto policopiado]. Dissertação de mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Lynch, K. (2010). *A boa forma da cidade* (2a ed.). Lisboa, Edições 70.

Macedo, A. C. (2007). "A carta do novo urbanismo norte-americano". *Revista Integração*, Ano XIII (48). [Consult. 29 Mar. 2012]. Disponível em ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/11_48.pdf

Machado, J. (1968), "Olivais-sul: características numéricas", *Boletim GTH*, 14, 212-229.

Marques, F. M. (2003). *Os liceus do Estado Novo: arquitectura, currículo e poder*. Lisboa,

Educa.

Maurício, A. M. (2007). *Política e plano: os planos directores de Lisboa durante o Estado Novo* [Texto policopiado]. Tese de mestrado. Coimbra, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Mayfield, J. (1985). *Políticas para instalações escolares mais flexíveis: documento para discussão*. Lisboa, Direcção-Geral das Construções Escolares, OCDE-P.

Merlin, P. (1969). *Les villes nouvelles: urbanisme régional et aménagement*. Paris, Presses Universitaires de France.

Merlin, P. (1976). *Les villes nouvelles françaises*. Paris, La Documentation Française.

Mesquita, J. (Comp.) (1952). *Plano director de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Ministério das Obras Públicas (1948). *Quinze anos de obras públicas: 1932-1947* (Vol. 2). Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas.

Ministério das Obras Públicas (1969). “Colóquio sobre Política de Habitação”. *Binário*, 130/131, 51-58.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2009). *Carta social: rede de serviços e equipamentos: a dependência: o apoio informal, a rede de serviços e equipamentos e os cuidados continuados integrados*. Gabinete de Estratégia e Planeamento. [Consult. 28 Mar. 2012]. Disponível em: http://www.cartasocial.pt/pdf/estudo_dependencia.pdf

Moreira, M. V. (1950). *Problemas de habitação: ensaios sociais*. Lisboa, Grandes Oficinas Gráficas Minerva.

Mumford, L. (1958) «Sir Ebenezer Howard: Garden cities of to-morrow: do ensaio de Lewis Mumford "A ideia da cidade-jardim e o urbanismo moderno"», *Arquitectura*, 63, 19-22.

Nogueira Pinto (1972). “Comunicação de sua excelência o Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Dr. Nogueira Pinto. Tomar”. In R. A. Sanches et al (1973). *Política de obras públicas, urbanismo, habitação, comunicações e transportes: comunicações* (Documentos de trabalho, Série geral, 9). Lisboa, Gabinete de Planeamento dos Ministérios das Obras Públicas e das Comunicações.

Nóvoa, A., Santa-Clara, A. T. (coord.) (2003). *Liceus de Portugal: histórias, arquivos e memórias*. Porto, Asa.

Nunes, J. P. (2007). *À escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul: Lisboa 1959-1969*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Pawlowski, C. K., Véchambre, J. (1993). *Tony Garnier: pionnier de l'urbanisme du XXème siècle*. Lyon, Les Créations du Pélican.

Pereira, M., Pisco, P. (2010) “Coesão territorial e equidade social: importância estratégica dos

equipamentos colectivos”. In *Actas do Seminário os dez anos da lei de bases da política de ordenamento do território e urbanismo - Génese e evolução do sistema de gestão territorial, 1998-2008*. Lisboa, DGOTDU, 209-222.

Perry C. (1929). “The neighborhood unit”. In P. Clarence et al, *Neighborhood and Community Planning* (Vol. 7, 22–140) [Em linha] New York, Regional Plan of New York and its Environs. [Consult. 29 Mar. 2012]. Disponível em:

http://codesproject.asu.edu/sites/default/files/code_pdfs/The_Neighborhood_Unit_a.pdf

Pevsner, N. (2002). *Pioneiros do Desenho Moderno* (3a ed.). São Paulo, Martins Fontes.

Pinto, C. O. (1969). *Planeamento Urbano: Aspectos urbanísticos da cidade de Lisboa: V Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino de Municipios, Santiago do Chile – Novembro de 1969*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Pinto, P. L. (2002). *Regulamentação do espaço edificado: da norma jurídica ao desenho urbano*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Pinto Machado, J. L. (1960). *Planos regionais e planeamento territorial*. Lisboa, Centro de Estudos de Urbanismo.

Pinto Machado, J. L. (1984). *Da arte urbana ao ordenamento físico do território*. Lisboa, Instituto Fontes Pereira de Melo.

Pisco, P. J. (2005). *A escola como factor organizador do espaço urbano: o contexto das capitais de distrito*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

Pita, A. (1980). “Telheiras-EPUL: uma perspectiva da sua gestação”. *Arquitectura*, 137, 42-68.

PLCO Arquitectos (2011). *Requalificação do edifício do caleidoscópio: universidade de lisboa* [Em linha]. [Consult. 27. Mar. 2012]. Disponível em:

http://www.cm-lisboa.pt/archive/doc/memoria_descritiva_campogrande.pdf

Presidência do Conselho (1968a). *III Plano de Fomento: para 1968-1973: educação e investigação* [Em linha]. Lisboa, Presidência do Conselho [Consult. 28 Mar. 2012]. Disponível em: http://www.dpp.pt/pt/base-de-dados/Arquivo-historico/Documents/III%20Plano%20de%20Fomento/ECPP-117_0000_Indice.pdf

Presidência do Conselho (1968b). *III Plano de Fomento para 1968-1973: emprego e política social, habitação e urbanização, saúde* [Em linha]. Lisboa, Presidência do Conselho [Consult. 28 Mar. 2012]. Disponível em: http://www.dpp.pt/pt/base-de-dados/Arquivo-historico/Documents/III%20Plano%20de%20Fomento/ECPP-116_0000_Indice.pdf

Prôa, A. P. et al (2009). *Freguesia de São João de Brito, 1959-2009 : comemoração do 50ª*

- aniversário*. Lisboa, Junta de Freguesia de São João de Brito.
- Prôa, A. P. et al (2010). *Freguesia de Alvalade, 1959-2009 : comemoração do 50º aniversário*. Lisboa, Junta de Freguesia de Alvalade.
- Procuradoria Geral da República (PGR) (1991). *Parecer da Procuradoria Geral da República ao Regulamento do Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa* (Plano Director de Lisboa de 1967). Procuradoria Geral da República.
- Ramos, T. L. (1997). *Planeamento e morfologia dos espaços urbanos dos bairros de Olivais e Telheiras: organização espacial e configuração física*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.
- Rau (1980). “Centro cívico de Telheiras”. *Arquitectura*, 137, 62.
- Ribeiro, A. (1967). “Breve introdução a uma problemática dos centros cívico-comerciais”. *Boletim GTH*, 2 (12), 140-155.
- Rodrigues, F. (1986). “Habitação social: um percurso”. *Boletim GTH*, 50/51, 221-242.
- Rodrigues, E. C., Guimarães, H. T. (1986). “Olivais e Chelas: um percurso”. *Boletim GTH*, 50/51, 209-227.
- Rogers, R. (coord.) (1999). *Towards an Urban Renaissance*. London, Urban Task Force.
- Rosas, F. (dir.), Brito, J. M. (dir.) (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa, Circulo dos Leitores.
- Rosmaninho, N. (1996). *O princípio de uma «revolução urbanística» no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*. Coimbra, Minerva.
- Shaw, R. (1961). “As Cidades Novas da Grã-Bretanha”. In *Colóquio sobre urbanismo: 8-21 de Março de 1961*. Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 464-471.
- Silva, A. da (1941). *A vida de Robert Owen*. [S.l.], Minerva.
- Silva, C. N. (1987). *Planeamento municipal e a organização do espaço em Lisboa: 1926-1974*. Lisboa, CEG-INIC.
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) (1962). *464 anos de assistência na cidade de Lisboa: 1498-1962*. Lisboa, SCML.
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1943). “2ª Instrução Regulamentar Provisória: dos postos e centros Sociais”. In *Diplomas e despachos referentes ao ano de 1943*. Lisboa, SCML, 164-171.
- Secretariado Técnico/Presidência do Conselho (ST-PC) (1972). *Ordenamento do território: relatório do sub-grupo dos equipamentos urbanos*. Lisboa, ST-PC.
- Sousa, A. S. (1945-46). “A obra de melhoramentos urbanos”. *Boletim da Direcção Geral dos*

Serviços de Urbanização, 1, 93-97.

Stefan, M. A. (2004/2005). *The New Urbanism movement: the case of Sweden*. International Master's Programme in European Spatial Planning. Blekinge Tekniska Högskola. [Consult. 18 Mai. 2011]. Disponível em: [http://www.bth.se/fou/cuppsats.nsf/all/1a1569475bb2850dc125701900436866/\\$file/ThesisAlina_Stefan.pdf](http://www.bth.se/fou/cuppsats.nsf/all/1a1569475bb2850dc125701900436866/$file/ThesisAlina_Stefan.pdf)

Subsecretariado de Estado da Assistência Social (1945). “Plano de organização assistencial: Envio de uma brigada móvel ao Concelho do Fundão”. *Boletim da Assistência Social*, 2º ano (24), 499-510.

Tostões, A. (1992). *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, arquitecto dos espaços verdes de Lisboa*. Lisboa, Edições Salamadra.

Tostões, Ana (2001). “O Bairro de Alvalade no quadro de desenvolvimento urbano de Lisboa”. In *Lisboa: conhecer, pensar, fazer cidade*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Informação Urbana, 64-71.

Tostões, A. (2003). “Lisboa, arquitectura e urbanismo: do Passeio Público ao jardim da Fundação Calouste Gulbenkian”. In Tostões et al (2003). *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 98-113.

UIA (1960). Carta de Construcciones Escolares. In *Carta de Construcciones Escolares: Unión International de Arquitectos; escuela rural com casa para el maestro; 2000 unidades*. (Vol. 3 de Secretaria de Educacion Publica). México, Comité Administrador del Programa Federal de Construcción de Escuelas

Valente Pereira, L. (1983). *Os equipamentos colectivos e a transformação urbano-rural*. Lisboa, M.H.O.P.T, LNEC.

Veiga da Cunha, L. (1947). “Condicionamento das Piscinas”. *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*, 1, 9-20.

Vieira de Almeida, P. (1994). “Telheiras (Urbanização de)”. In F. Santana (dir.), E. Sucena (dir.) (1994). *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa, Carlos Quintas, 901-902.

Vieira de Almeida, P. et al (2000). “Plano de pormenor de Telheiras”. *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, 12 (especial), 10-33.

Ward, A. (2000). *Assessment of Garden City planning principles in the act* [em linha]. Environment ACT, Heritage Unit. [Consult. 31 Mai. 2011]. Disponível em: http://www.cmd.act.gov.au/data/assets/pdf_file/0004/147577/gardencity.pdf

Worm, C. et al (1986). “Equipamento Urbano”. *Boletim GTH*, 50/51, 267-272.

Züquete, C. Z., Castro, J. C. (1966). “Projecto de um mercado provisório, Célula B- Olivais Sul”, *Boletim GTH*, 11, 70-74.

PROJECTOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS

Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

Camara, M. (1963). *Ante-projecto do Ajardinamentodos Logradouros da Av. Do Brasil: Planta*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa (CML) (1946). *Plano de Urbanização da zona a sul da Avenida Alferes Malheiro: memória descritiva e justificativa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa (1950). *Casas de renda Económica: planta geral das células n.º 1 e 2*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa (1967). *Plano Director 1967* (Dirigido e orientado pelo arquitecto urbanista Georges Meyer-Heyne (vol. 1 e 2). Lisboa, Câmara Municipal.

Coutinho, M. A. (1950). *Memória Descritiva e justificativa do projecto do jardim junto ao centro escolar da célula n.º 2*.

D' Athouguia, R. J. (1961). *Liceu Masculino de Alvalade: memória descritiva do projecto*. Ministério das Obras Públicas, Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário.

Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa (GPDRL) (1964). *Plano Director da Região de Lisboa: Antepiano* (vários vols.). Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.

Faria da Costa, G. (1959). *Enquadramento da Igreja de S. João de Brito: memória descritiva*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 3ª Repartição – Arborização e Jardinagem.

Fontes, E. S. (1959). *Projecto de arborização e ajardinamento do centro escolar da célula 6 de Alvalade: nota justificativa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Gabinete de Estudos e Urbanismo (GEU) (1959a). *Olivais Sul - células B,C, D,E, e F. - Reajustamento: memória descritiva e justificativa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Gabinete de Estudos e Urbanismo (1959b). *Olivais Sul - Plano de utilização de lotes de terreno urbanizado e disponível para construções: Decreto-Lei 42454 de 18-8-1959: memória descritiva e justificativa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Gabinete de Estudos e Urbanismo (1959c) *Plano Director de Urbanização de Lisboa: peças escritas (1954-1959)*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Gabinete Técnico de Habitação (1964). *Olivais Sul: projecto de espaços livres: Planta geral de arborização*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Telles, G. R. (1954). *Projecto de Ajardinamento da Zona Comercial da Célula n.º 8: memória descritiva*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Telles, G. R. (1957). *Memória justificativa do Anteprojecto dos Ajardinados da Avenida dos Estados Unidos da América*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Telles, G. R. (1960). *Av. dos Estados unidos da América: projecto dos Ajardinados: Plano geral: troço entre a Av. de Roma e a Av. Rio de Janeiro*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Arquivo do Ministério da Educação e Ciência

Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS) (1947). *Ante-Projecto Tipo das Escolas Técnicas Elementares. Memória Justificativa*. Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (1957). *Liceu Rainha D. Leonor: Anteprojecto: memória descritiva e justificativa*. Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

EPUL

Ominium Technique d'Aménagement (OTAM) (1969a). *Programme D'Amenagement de la maille de Telheiras: Note de Travail*. Lisboa, Câmara municipal de Lisboa.

Ominium Technique d'Aménagement (1969b). *Plano de Ordenamento de Telheiras: U.O.34*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Ominium Technique d'Aménagement (1969c). *Plan Masse de Telheiras: U.O.34*. Lisbonne, Chambre Municipale de Lisbonne.

Vieira de Almeida, P. (cord.), Pita, A. (cord.) (1972). *Telheiras Sul: Ante-Plano Células 7, 8 e 9: memória descritiva* (Ago.). Lisboa, Empresa Pública de Urbanização de Lisboa.

Vieira de Almeida, P., Pita, A. (coords.) (1973). *Telheiras Sul: Plano de Pormenor Células 8 a 15*. Lisboa, EPUL.

Vieira de Almeida, P., Pita, A. (coords.) (1974). *Telheiras Sul: Plano de Pormenor Células 1 a 7, 16 e 17*. Lisboa, EPUL.

Arquivo Histórico da DGOTDU

Aguiar, J. A. (1949). *Plano de Urbanização de Albergaria-a-Velha: Peças Escritas*. [consult. A 09 de Dez. de 2011]. Disponível em <http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>

Faria da Costa, G. (1950). *Plano de Arranjo e Extensão da Vila de Alcobaça: peças escritas*. [consult. A 09 de Dez. de 2011]. Disponível em <http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>

Garrett, A. A. (1948). *Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto: peças escritas*. [consult. A 09 de Dez. de 2011]. Disponível em <http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>

Gröer, E. (1940). *Plano de Ordenamento, de Extensão e Embelezamento da Cidade de Coimbra: memória descritiva e justificativa*.

Gröer, E. (1944). *Anteprojecto de urbanização de Braga: Anteprojecto-B*. [consult. a 7 de Dez. de 2011]. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>

Losa, A. (1952). *Anteplano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros: peças escritas*.

[consult. a 6 de Out. de 2011]. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>

Silva, M. J., Silva D. M. (1944). *Anteprojecto do Plano de Urbanização de Vila de Matosinhos: peças escritas*. [consult. a 9 de Dez. de 2011]. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>

Xavier, L., Pimentel, A. F. (1950). *Anteplano de Urbanização de Tondela: peças escritas*. [consult. a 14 de Dez. de 2011]. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>

PARECERES

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Pareceres do Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP):

Parecer n.º 0664, 1936: Novos edificios para correios, telégrafos e telefones nas diferentes localidades do país.

Parecer n.º 0896, 1938: Aveiro: Projecto dum Mercado Municipal.

Parecer n.º 1414, 1942: Anteprojecto do novo Liceu de Setúbal.

Parecer n.º 1450, 1943: Projecto de construção de um Estádio na Horta.

Parecer n.º 1605, 1945: Parecer do Plano de Arranjo e Urbanização da Cidade de Coimbra.

Parecer n.º 1615, 1945: Anteprojecto de Urbanização da Cidade de Portalegre.

Parecer n.º 1616, 1945: Plano de Urbanização de Tomar.

Parecer n.º 1658, 1945: Parecer do Anteprojecto de Urbanização e de Expansão da Cidade de Braga.

Parecer n.º 1706, 1946: Anteplano de Urbanização da Cidade de Faro.

Parecer n.º 1773, 1946: Projecto de construção do Mercado Municipal de Paço de Arcos.

Parecer n.º 1774, 1947: Anteplano de Urbanização de Évora.

Parecer n.º 1820, 1947: Anteplano de Urbanização de Beja.

Parecer n.º 1891, 1948: Anteplano de Urbanização da Costa da Caparica.

Parecer n.º 1893, 1948: Antepiano de Urbanização de Vila Franca de Xira.

Parecer n.º 1944, 1948: Antepiano de Urbanização de Santarém.

Parecer n.º 1918, 1949: Antepiano de Urbanização de Gondomar.

Parecer n.º 1986, 1949: Antepiano de Urbanização de Torres Vedras.

Parecer n.º 2028, 1949: Antepiano de Urbanização de Leiria.

Parecer n.º 2046, 1949: Antepiano de Urbanização de Tavira.

Parecer n.º 2075, 1950: Antepiano de Urbanização de Vila Real.

Parecer n.º 2125, 1950: Projecto de construção do novo edifício da Escola Técnica Elementar Gomes Teixeira, no Porto.

Parecer n.º 2184, 1951: Antepiano de Urbanização da Guarda.

Parecer n.º 2200, 1951: Antepiano de Urbanização da Batalha.

Parecer n.º 2281, 1952: Antepiano de Urbanização de Guimarães.

Parecer n.º 2353, 1953: Antepiano de Urbanização da Cidade das Caldas da Rainha.

Parecer n.º 2364, 1953: Anteprojecto da Escola Técnica Elementar Ramalho Ortigão a construir no Porto.

Parecer n.º 2427, 1953: Anteprojecto de Construção do Novo Mercado Municipal da Cidade da Guarda.

Parecer n.º 2487, 1954: Antepiano de Urbanização de Espinho.

Parecer n.º 2507, 1954: Plano Regulador da Cidade do Porto.

Parecer n.º 2530, 1954: Construção de uma Piscina Municipal, em Lisboa.

Parecer n.º 2755, 1957: Plano de Urbanização de Beja: revisão.

Parecer n.º 2759, 1957: Antepiano de Urbanização de Lagos.

Parecer n.º 2886, 1959: Loures: Plano Parcial.

Parecer n.º 2888, 1959: Lisboa: Liceu Masculino de Alvalade.

Parecer n.º 2985, 1960: Estudo de Normalização dos Projectos das Escolas Industriais e Comerciais.

Parecer n.º PI 0074, 1960: Plano de Loures.

Parecer n.º 3125, 1961: Arranjo Urbanístico Envolvente da Escola Técnica da Póvoa de Varzim.

Parecer n.º 3082, 1962: Antepiano de Urbanização de Odivelas.

Parecer n.º 3110, 1962: Plano de Urbanização da Freguesia da Amadora.

Parecer n.º 3231, 1962: Antepiano de Urbanização de Estremoz.

Parecer n.º PI 0108, 1962: Construção do Estádio Municipal de Guimarães.

Parecer n.º 3483, 1966: Antepiano de Urbanização do Seixal.

Parecer n.º PI 0166, 1971: Plano de Urbanização da Unidade de Ordenamento de Telheiras.

Parecer n.º 3821, 1972: Plano Director de Beja: esboço.

Parecer n.º 3822, 1972: Antepiano de Urbanização da Maia: aditamento.

Parecer n.º 3849, 1972: Anteprojecto do Hospital Regional de Viana do Castelo.

Parecer n.º PI 0168, 1972: Localização do Hospital Distrital da Guarda.

Parecer n.º 3908, 1973: Plano de Urbanização de Coimbra 1970: ordenamento do concelho.

Parecer n.º 3947, 1973: Parecer do Plano Geral de Urbanização de Espinho.

Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência:

Direcção-Geral das Construções Escolares/Gabinete de Trabalho Planos de Urbanização (GTPU):

Informação n.º GEP 81/71: Ante-Plano de Urbanização da Vila de Ermezinde, conselho de Valongo, distrito do Porto.

Informação n.º GEP 2/74: “Urbanização e loteamento de um terreno sito no lugar de Aldeia, freguesia de Valadares – Vila Nova de Gaia”.

Parecer n.º 5/72 (e ofício n.º 863 de 14/8/74): Parecer Equipamento Escolar do Conjunto de Casas Económicas de Agualva-Cacém-Sintra.

Parecer n.º 6/72: Ante-plano de Urbanização da Vila de Constância.

Parecer n.º 11/72: Plano Regulador de Brandoa – Falagueira.

Parecer n.º 18/72: Plano Parcial de Urbanização dos terrenos compreendidos entre as Av. João XXI e Salazar e as Ruas Bernardo Sequeira e de Baixo em Braga.

Parecer 8/73: Plano Parcial de Urbanização da Zona Desportiva e de Ensino em Vila Nova de Famalicão.

Parecer n.º 14/74: Ante-plano Director Sectorial de Oeiras.

Direcção-Geral das Construções Escolares/Direcção das Instalações para o ensino Secundario e Médio (DIESM):

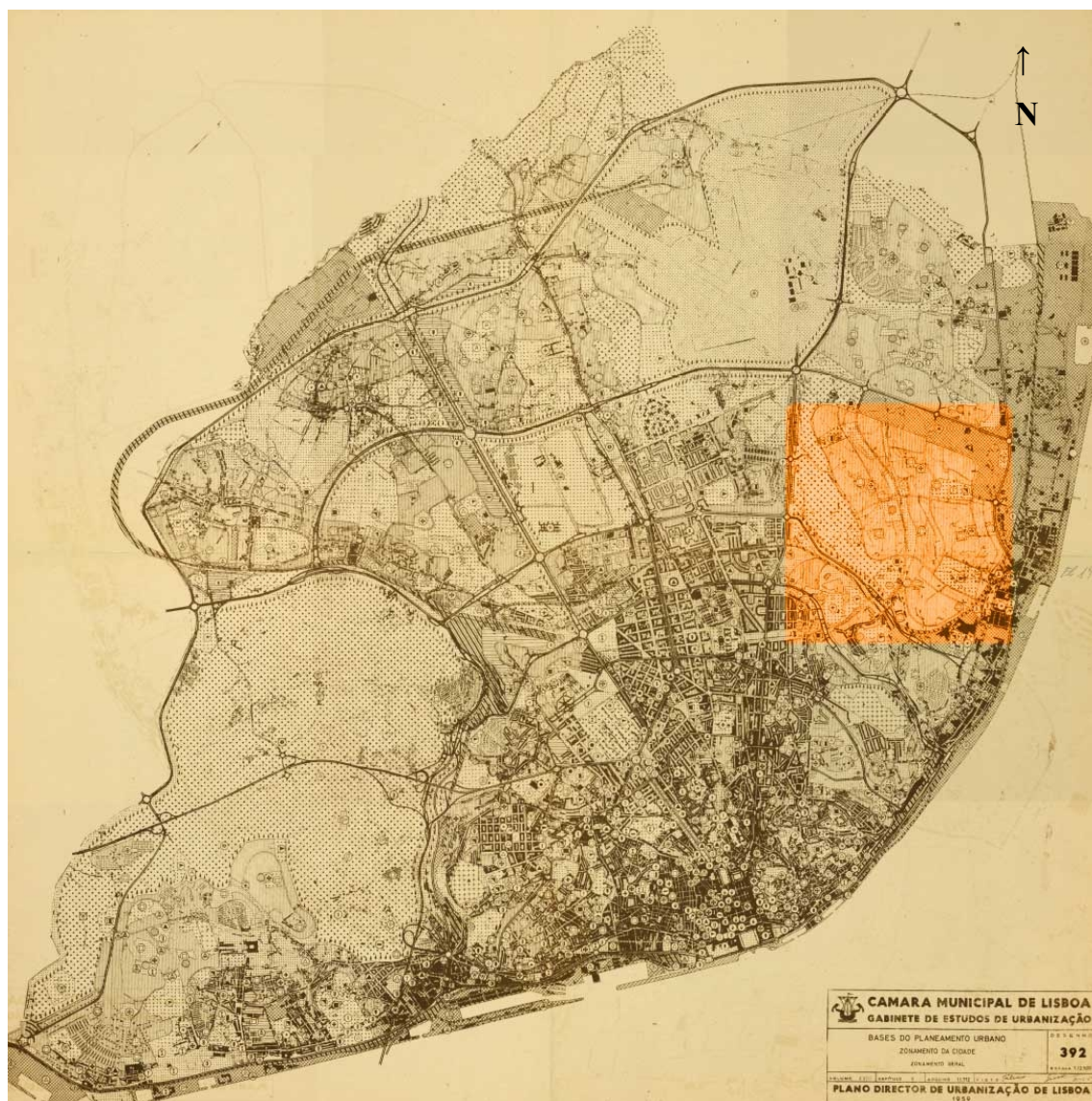
Parecer n.º E2/74: “Programa Base e Estudo Prévio da Escola Secundária dos Olivais”. Comissão de Revisão.

Arquivo Histórico da DGOTDU:

Informação – DGSU, 1950: Plano Parcial de Urbanização de uma Zona destinada a Casas de Renda Económica em Ramalde. Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização [consult. a 31 de Out. De 2011]. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>

ANEXOS

Figura 3- Plano Director de Urbanização de Lisboa (1959)



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa/Arco do Cego, Plano Director de Urbanização de Lisboa, GEU-CML, 1959.

Legenda:

 Localização do Bairro de Olivais-Sul

Figura 4- Plano de Urbanização de Olivais-Sul (1960)

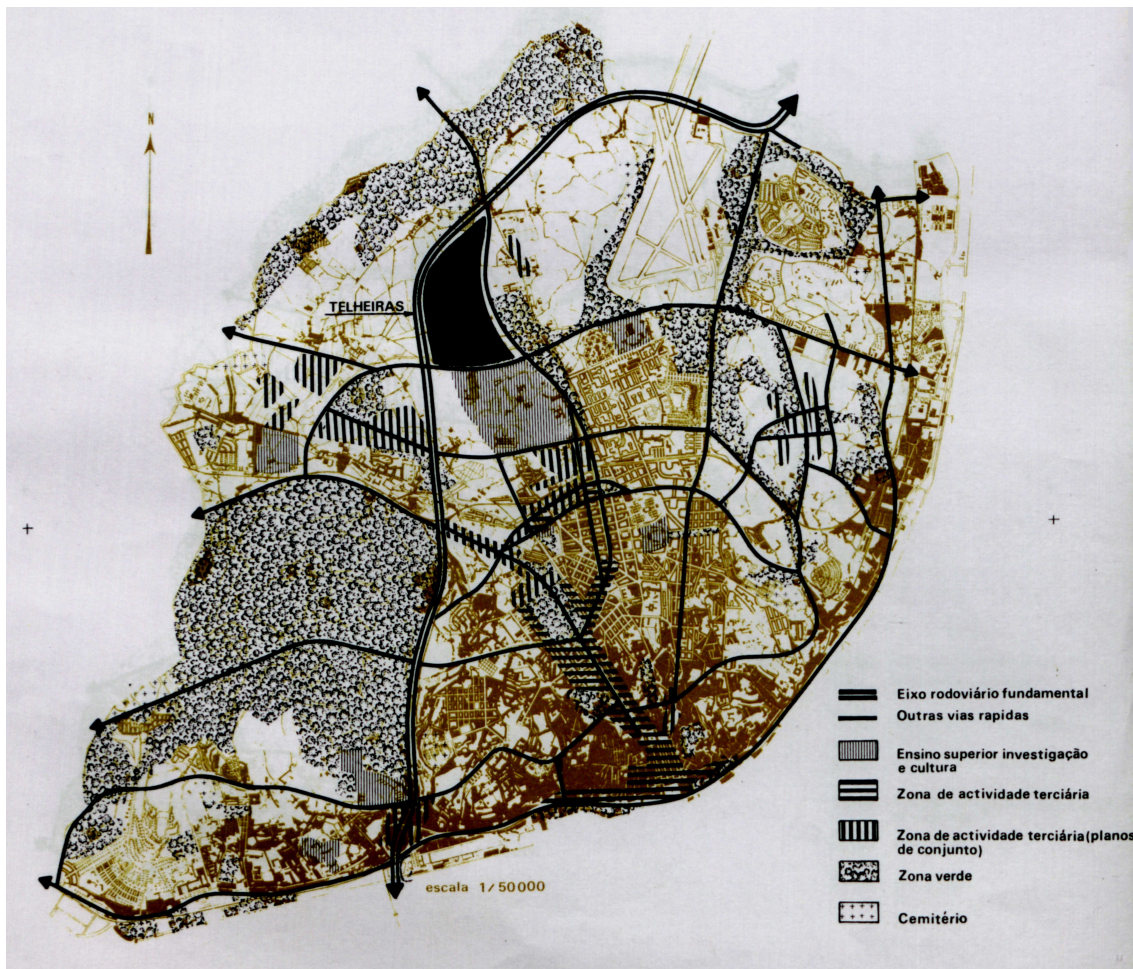


Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa/Arco do Cego, Olivais Sul - Plano Geral, GTH-CML, [s.d.].

Legenda:

- | | |
|--|-----------------------------|
| 1- Escola Primária | 7- Centro desportivo |
| 2- Escola pré-primária | 8- Cemitério |
| 3- Zona de recreio infantil | 9- Parque público |
| 4- Igreja | 10- Creche-lactário |
| 5- Centro cívico comercial principal
(mercado, assistência, etc.) | 11- Serviços médico-sociais |
| 6- Centro cívico comercial secundário:
(mercado, assistência, etc.) | |

Figura 5- Plano Director da Cidade de Lisboa (1967)

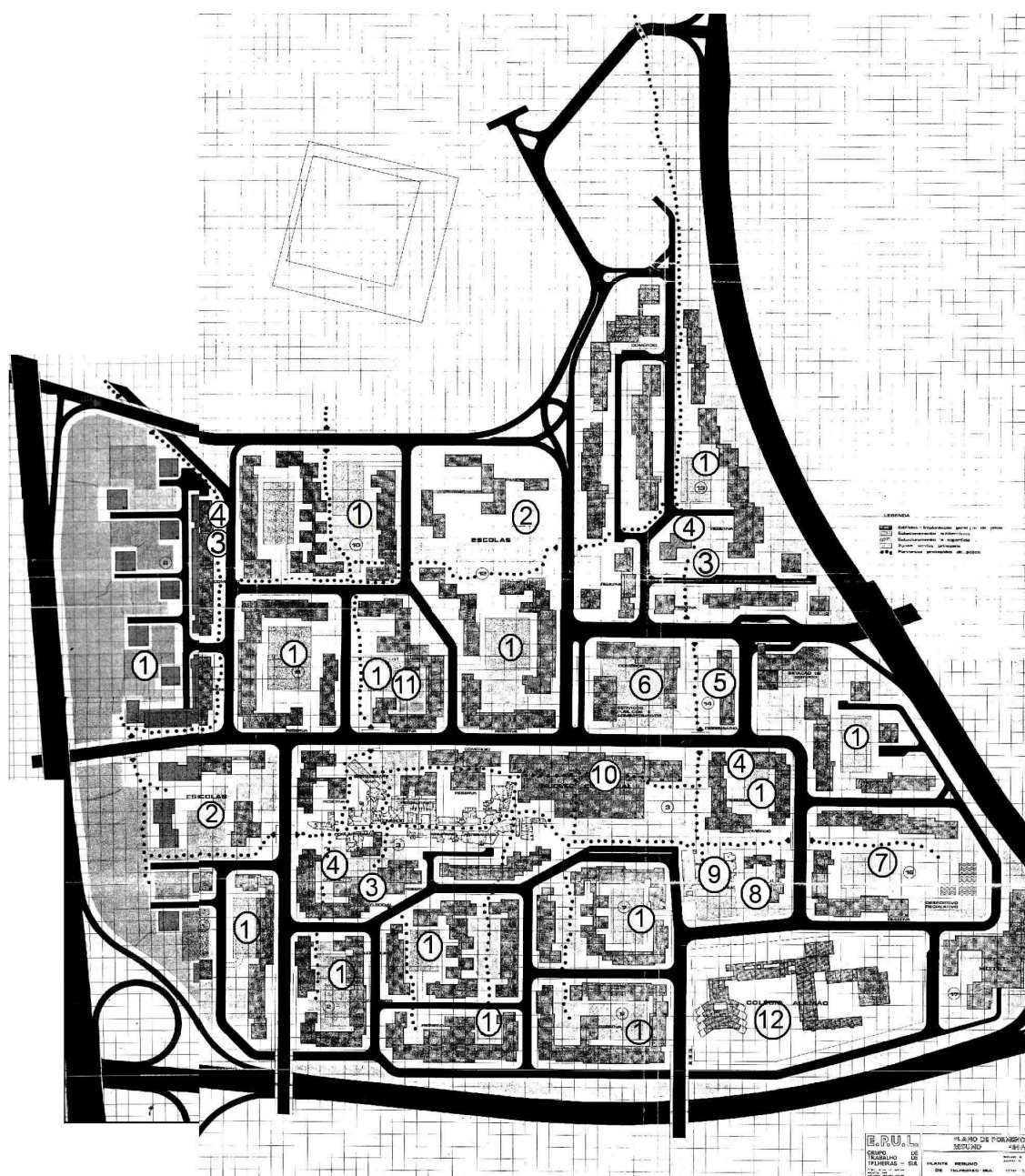


Fonte: EPUL, Plano de Ordenamento de Telheiras, OTAM, 1969.

Legenda:

■ Localização do Bairro de Telheiras-Sul

Figura 6 - Plano de pormenor de Telheiras-Sul (1974)



Fonte: EPUL, Plano de Pormenor de Telheiras, Vieira de Almeida e Pita, 1974.

Legenda:

- | | |
|------------------------------------|--|
| 1 - Jogos infantis | 6 - Centro cívico |
| 2 - Escola primária e pré-primária | 7- Centro desportivo e recreativo |
| 3 - Centro social | 8 - Escola pré-primária |
| 4 - Creche | 9 - Equipamento religioso e cultural |
| 5 - Dispensário | 10 - Centro comercial |
| | 11 - Centro social, centro de dia e habitações para a terceira idade |

ANEXO II

Quadro comparativo dos três bairros

Quadro 1: Matriz síntese: semelhanças e diferenças das soluções dos equipamentos dos bairros

CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO DOS EQUIPAMENTOS		ALVALADE	OLIVAIS-SUL	TELHEIRAS-SUL
CRITÉRIOS GERAIS	Aproveitamento de equipamentos existentes nas malhas vizinhas e previsão da utilização dos equipamentos por essas malhas.	XX	X	XXX
	Constituição de áreas de reserva para futuros equipamentos.	X	–	X
	Equidade no acesso aos serviços.	X	XX	XXX
	Favorecimento da coesão social, do encontro e das relações de vizinhança entre diferentes classes e idades.	X	XX	XXX
	Diversidade de equipamentos para vários grupos etários (ex: equipamentos desportivos).	X	XXX	XX
	Equipamentos para servir a população com mobilidade condicionada (idosos, etc.).	–	X	XX
	Valorização dos equipamentos de proximidade: escola, equipamentos de lazer, assistenciais, etc.	X	XX	XXX
	Abertura das funções e instalações da escola à comunidade.	–	X	X
	Equipamento escolar integrado com equipamento desportivo	X	X	X
	Partilha de instalações entre escolas	–	X	XX
	Escola primária como elemento básico de estruturação e dimensionamento da malha urbana.	X	XX	–
	Abertura do quarteirão para espaço público e equipamentos	X	XX	XXX
	Eixo central da estrutura urbana constituído pelos principais equipamentos de sociabilização e animação, que interessavam à malha: centro cívico e instalações comerciais ligados a importantes vias de circulação, transportes públicos e caminhos pedonais.	XX	XXX	X
	Hierarquização dos equipamentos em função da sua área de influência.	X	XXX	–
Hierarquização dos equipamentos relacionada com a sua posição nas vias.	XX	X	–	
DISTRIBUIÇÃO	Equipamentos agrupados em núcleos ou pólos	X	XXX	X
	Dispersão dos equipamentos, misturados com outras funções (habitação, comércio, etc.).	XX	X	XXX
	Concentração dos campos de jogos em grandes espaços.	X	–	X
	Descentralização dos equipamentos assistenciais e culturais.	X	XX	XXX
	Substituição dos mercados por lojas na proximidade das habitações.	–	–	X
DIM.	Número máximo de alunos por escola primária.	640	600	850
	Área de terreno para as escolas primárias (m ² /aluno).	18,87 m ²	20 m ²	17 m ²

	CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO (CONT.)	ALVALADE	OLIVAIS-SUL	TELHEIRAS-SUL
ÁREAS DE INFLUÊNCIA	Áreas de influência diferenciadas em função do tipo de equipamento e dos destinatários.	X	XXX	X
	Área de influência máxima dos equipamentos igual ou inferior a 1000 metros.	X	XX	XXX
	Área de influência máxima da escola primária entre 400 a 500 metros	X	X	X
	Mercados com áreas de influência inferiores a 1000 metros.	X	X	–
ACESSIBILIDADE	Percursos pedonais a ligar habitações e equipamentos.	X	XX	XXX
	Percursos pedonais hierarquizados a ligar os equipamentos	–	X	XX
	Percursos pedonais seguros a ligar a escola às habitações	X	X	X
	Acesso aos equipamentos por percursos cómodos e pouco extensos, cruzando os arruamentos principais na medida indispensável	X	XX	XX
LOCALIZAÇÃO	Conjugação dos equipamentos com zonas comerciais	X	XXX	XX
	Optimização de instalações complementares (escolas perto dos parques desportivos de zonas verdes)	X	XX	X
	Escolas próximas ou ligadas a equipamentos sociais (Igreja, centro social, dispensários, creches, jardins de infância, etc.).	X	X	XXX
	Localização de equipamentos desportivos nas áreas menos propícias à habitação (zonas non aedificandi)	X	X	XX
	Parques infantis junto das habitações em ligação com espaços verdes.	X	XX	XX
	Mercados conjugados com zonas comerciais.	X	X	–
INSERÇÃO URBANA	Equipamentos agrupados no mesmo edifício (programas mistos).	–	–	X
	Integração de equipamentos com habitação no mesmo edifício	X	–	X
	Vários equipamentos no mesmo complexo	–	XX	X
	Carácter simbólico e de referência	XX	X	–
	Ligação entre a arquitectura do equipamento e seu planeamento	XX	X	–
	Valorização da sua ligação ao espaço público (praças, espaços pedonais, jardins).	XXX	XX	X
	Escolas com enquadramento paisagístico agradável (ligação com espaços verdes, espaços públicos, parques), afastadas de zonas de maior ruído e movimento.	X	X	–
	Campos de jogos integrados em parques públicos.	X	XX	–
Valorização do património histórico através da sua recuperação para equipamentos culturais (biblioteca, museu, etc.).	X	XX	XXX	